



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CAROLINA SONNTAG CAPELO

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BUSCA ATIVA E SEU IMPACTO NO
MONITORAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE FORTALEZA-CEARÁ

FORTALEZA-CEARÁ

2025

CAROLINA SONNTAG CAPELO

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BUSCA ATIVA E SEU IMPACTO NO
MONITORAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE FORTALEZA-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Wendel Melo Andrade.

FORTALEZA-CEARÁ

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C241a Capelo, Carolina Sonntag.
Avaliação do programa busca ativa e seu impacto no monitoramento da frequência escolar na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza-Ceará / Carolina Sonntag Capelo. – 2025.
126 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Wendel Melo Andrade.

1. Programa busca ativa. 2. Política pública. 3. Evasão escolar. 4. Monitoramento. I. Título.

CDD 320.6

CAROLINA SONNTAG CAPELO

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BUSCA ATIVA E SEU IMPACTO NO
MONITORAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE FORTALEZA-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: 26/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wendel Melo Andrade (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Maione Rocha de Castro Cardoso
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dr.^a Glessiane Coeli Freitas Batista Prata
Secretaria da Educação de Fortaleza (SME-Fortaleza)

AGRADECIMENTOS

À Deus e minha família.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o Programa Busca Ativa como política pública implementada na rede pública municipal de Fortaleza-Ceará. A pesquisa busca avaliar as contribuições do Programa Busca Ativa para a permanência dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir das ações desenvolvidas em uma escola da rede pública do município de Fortaleza, na perspectiva da gestão escolar e dos monitores que atuam nesta política. Com isso, busca uma maior compreensão do processo de implementação e os efeitos do programa nas escolas públicas municipais de Fortaleza. A investigação adota uma abordagem qualitativa, utilizando-se de trabalho de campo e análise documental. A pesquisa levanta contribuições para a compreensão das dinâmicas e desafios de identificar crianças e adolescentes que estão fora da escola ou que apresentam problemas de frequência e promover um ambiente onde todas as crianças e adolescentes possam ter acesso e dar continuidade à sua trajetória escolar. Esta pesquisa ainda considera as continuidades, mudanças e transformações das políticas educacionais municipais, bem como, utiliza-se de dados das escolas e da Secretaria Municipal de Educação (SME) para identificar alunos que não estão frequentando a escola regularmente ou que estão fora da rede escolar. A perspectiva avaliativa adotada para análise da política baseia-se nos pressupostos da Avaliação em Profundidade. O caminho metodológico adotado envolve a coleta de dados empíricos, através de entrevistas semiestruturadas com a comunidade escolar: diretores, coordenadores, professores e monitores, além da análise dos documentos orientadores e estruturantes do programa. A pesquisa revelou que a busca ativa melhora a frequência escolar, especialmente entre alunos em situação de vulnerabilidade. Os principais desafios são a resistência de algumas famílias, a insegurança nas visitas e a falta de formação dos agentes. As estratégias mais eficazes envolvem ligações, visitas domiciliares e diálogo com os responsáveis. Os participantes destacam a necessidade de mais apoio, formação e valorização dos profissionais. Academicamente, a relevância deste estudo é a possibilidade de proporcionar uma análise abrangente de um programa local no contexto das políticas educacionais. Portanto as implicações dos resultados para a política de busca ativa em Fortaleza são claras e indicam que a política tem cumprido seu papel de forma eficiente ao combater a evasão escolar e promover a inclusão educacional, apesar dos resultados positivos, a análise sugere que algumas melhorias podem ser feitas para expandir ainda mais o impacto da política, especialmente em relação à cobertura e profundidade das ações implementadas.

Palavras-chave: programa busca ativa; política pública; evasão escolar; monitoramento.

ABSTRACT

This research deals with the Active Search Program as a public policy implemented in the municipal public school system of Fortaleza, Ceará. The research aims to evaluate the contributions of the Active Search Program to the retention of students in the initial years of Elementary School, based on the actions developed in a public school in the city of Fortaleza, from the perspective of the school management and the monitors who work in this policy. With this, it seeks a greater understanding of the implementation process and the effects of the program in the municipal public schools of Fortaleza. The investigation adopts a qualitative approach, using fieldwork and document analysis. The research raises contributions to the understanding of the dynamics and challenges of identifying children and adolescents who are out of school or who have attendance problems and promoting an environment where all children and adolescents can have access and continue their school trajectory. This research also considers the continuities, changes and transformations of municipal educational policies, as well as using data from schools and the Municipal Department of Education (SME) to identify students who are not attending school regularly or who are out of the school system. The evaluative perspective adopted for the analysis of the policy is based on the assumptions of In-Depth Evaluation. The methodological approach adopted involves the collection of empirical data through semi-structured interviews with the school community: principals, coordinators, teachers and monitors, in addition to the analysis of the program's guiding and structuring documents. The research revealed that active search improves school attendance, especially among students in vulnerable situations. The main challenges are the resistance of some families, insecurity during visits and the lack of training of agents. The most effective strategies involve phone calls, home visits and dialogue with those responsible. The participants emphasize the need for more support, training and appreciation of professionals. Academically, the relevance of this study is the possibility of providing a comprehensive analysis of a local program in the context of educational policies. Therefore, the implications of the results for the active search policy in Fortaleza are clear and indicate that the policy has fulfilled its role efficiently in combating school dropout and promoting educational inclusion. Despite the positive results, the analysis suggests that some improvements can be made to further expand the impact of the policy, especially in relation to the coverage and depth of the actions implemented.

Keywords: active search program; public policy; school dropout; monitoring.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Eixos da Avaliação em Profundidade na Pesquisa.....	24
Quadro 2 –	Delineamento da Pesquisa.....	32
Quadro 3 –	Relação entre as Categorias de Análise e as Perguntas da Entrevista....	68
Quadro 4 –	Resultados das Categorias de Análise da Pesquisa	80
Quadro 5 –	Eixos da Avaliação em Profundidade na Pesquisa.....	82
Quadro 6 –	Principais Estratégias Desenvolvidas e Resultados da Política de Busca Ativa Escolar em Fortaleza.	104
Quadro 7 –	Limitações e Alcances da Política de Busca Ativa Escolar em Fortaleza..	109

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS	19
2.1	Perspectiva avaliativa da política pública.....	19
2.2	Caracterização da pesquisa.....	25
2.3	Lócus e sujeitos da pesquisa	27
2.4	Delineamento (desenho) da pesquisa.....	28
2.5	Procedimento de análise dos dados	36
3	O PROGRAMA BUSCA ATIVA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL DE CONTINGÊNCIA DA EVASÃO ESCOLAR.....	39
3.1	As políticas públicas de educação e sua relevância social	39
3.2	Políticas Públicas: Definição, Contexto, Papel Do Estado, Tipos De Pp'S..	42
3.3	O Programa Busca Ativa como Política Pública Educacional de contingência da evasão escolar.....	47
3.3.1	<i>Os envolvidos no Busca Ativa Escolar</i>	54
3.3.2	<i>Sobre o Monitoramento</i>	60
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	64
4.1	Categoria 1: Compreensão sobre o programa e implementação na escola..	70
4.2	Categoria 2: Estratégias desenvolvidas pela escola	72
4.3	Categoria 3: Dificuldades do desenvolvimento do programa	74
4.4	Categoria 4: Acompanhamento da frequência dos estudantes.....	76
4.5	Categoria 5: As contribuições das estratégias desenvolvidas na escola	77
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	82
5.1	Avaliação da efetividade do Programa Busca Ativa Escolar na redução da evasão em Fortaleza.....	86
5.2	Discussão sobre os impactos, desafios e perspectivas da Política Busca Ativa	90
5.3	Confronto dos resultados com outras pesquisas	99
5.4	Uma leitura crítica do Programa Busca Ativa em Fortaleza.....	101
5.5	Uma leitura crítica do Programa Busca Ativa em Fortaleza.....	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS.....	115

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	120
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 1.....	123
APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 2.....	125
APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 3.....	126

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação versa sobre o Programa Busca Ativa, enquanto política pública na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. Uma política pública implementada pela Rede Municipal de Ensino de Fortaleza no ano de 2013 e focando em suas estratégias, desafios e impactos no contexto educacional local. O Programa Busca Ativa surge como uma resposta à necessidade de enfrentar a evasão escolar e garantir a permanência dos alunos nas instituições de ensino, especialmente em áreas vulneráveis. Para Epstein e Sheldon (2013), intervenções coordenadas, como acompanhamento individualizado e envolvimento das famílias, são essenciais para melhorar a frequência escolar e promover a permanência dos alunos. Essas intervenções sustentam a necessidade de programas como o Busca Ativa, que visam identificar e abordar fatores que contribuem para a evasão escolar, garantindo um ambiente de suporte contínuo para os alunos em risco de abandono.

Nesta pesquisa, serão exploradas as metodologias adotadas pelo programa para identificar e reintegrar estudantes fora da escola, avaliando a eficácia das ações desenvolvidas e os resultados obtidos em termos de frequência e desempenho escolar. Tal pesquisa busca fornecer uma visão mais aprofundada sobre como o programa se articula com os fatores que influenciam seu sucesso ou limitações. Ao investigar essas dimensões, pretende-se inferir sobre as práticas do programa e sua articulação nas escolas como rede de apoio educacional no município de Fortaleza.

Configura-se objeto de estudo desta investigação as ações vinculadas ao Programa Busca Ativa que são desenvolvidas pela escola no combate à infrequência escolar. O foco está em compreender como as políticas públicas e as iniciativas locais no âmbito escolar são implementadas para reduzir a desigualdade educacional e assegurar a permanência dos alunos nas escolas.

A Política Pública de Busca Ativa na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza emerge como uma resposta estratégica à problemática da evasão escolar e ao desafio de garantir a permanência dos alunos nas instituições de ensino. Este programa faz parte de uma abordagem mais ampla de políticas educacionais voltadas para a inclusão e equidade no acesso à educação, refletindo uma tendência crescente de utilizar estratégias eficientes no tocante à retenção escolar.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (2020), a Busca Ativa funciona como uma ferramenta crucial na identificação e no acompanhamento dos alunos que apresentam riscos de abandono escolar, promovendo ações direcionadas para reverter essa

situação. Essa implementação destaca a importância da integração entre a escola, a família e a comunidade para a efetivação dessa política, cujo foco é a diminuição das desigualdades educacionais e a elevação da qualidade do ensino.

A abordagem da Busca Ativa se respalda pela literatura acadêmica que discute a eficácia de políticas semelhantes em contextos variados. A política representa um modelo eficaz de intervenção precoce, ao permitir que as instituições de ensino ajam rapidamente para localizar e apoiar os alunos em risco de evasão. A adoção de práticas sistemáticas e coordenadas pode levar a melhorias significativas nas taxas de frequência e no desempenho escolar. Dessa forma, o programa Busca Ativa em Fortaleza se insere em um contexto de políticas públicas que visam enfrentar desafios educacionais complexos, utilizando estratégias fundamentadas em evidências e práticas para promover a inclusão e a continuidade da trajetória do estudante.

A evasão escolar é um fenômeno que compromete a continuidade da aprendizagem e contribui para o aprofundamento das desigualdades educacionais. Está diretamente relacionada às condições sociais, econômicas e institucionais que impactam o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

As estratégias adotadas com a Busca Ativa, implementadas em redes de ensino como a de Fortaleza, surgem como mecanismos fundamentais para localizar, intervir e reintegrar alunos em risco de abandono. Ao adotar práticas sistemáticas de identificação e acompanhamento, o programa visa não apenas a reinserção escolar, mas também o oferecimento de suporte contínuo para prevenir reincidências. Essa abordagem está alinhada à perspectiva de que políticas públicas eficazes devem considerar as múltiplas dimensões do direito à educação (UNICEF, 2021; CENPEC, 2021). Segundo Bauer *et al.* (2021), a Busca Ativa é essencial para assegurar que crianças e adolescentes não apenas retornem à escola, mas também encontrem nela condições reais para continuar sua trajetória educacional com dignidade e apoio.

Assim, a relação entre a evasão escolar e a Busca Ativa é fundamental para a compreensão e implementação de políticas que promovam a permanência escolar e a redução das desigualdades no acesso à educação. Este vínculo então, reflete a importância de intervenções dirigidas e coordenadas na luta contra a evasão escolar e na garantia da permanência e sucesso dos alunos na escola. A Busca Ativa é uma ferramenta indispensável para reduzir a evasão escolar. Ela possibilita uma abordagem mais direta e personalizada para lidar com as dificuldades enfrentadas pelos alunos, oferecendo suporte específico que pode fazer a diferença na permanência deles na escola (Demo, 2014).

O interesse na realização desta investigação se deu a partir da vivência desta pesquisadora na gestão escolar, na qual pude observar práticas de resgate de alunos que abandonam a escola sem deixar maiores explicações. Estas práticas trouxeram à tona uma intenção de pesquisa sobre quais estratégias são utilizadas dentro da comunidade escolar para inibir a evasão e o abandono, bem como me colocou frente a outras realidades escolares e como cada grupo escolar a partir da sua experiência e dinâmica, pode desenvolver.

O acompanhamento diário da presença dos alunos é um assunto importante, pois pode fornecer dados e análises precisas, que serão úteis para estudos futuros. Acreditamos que este estudo é significativo para a comunidade acadêmica, uma vez que trata de um tema inovador e pouco explorado em Fortaleza. Além disso, é relevante para a sociedade, pois ajuda a fornecer informações consistentes sobre a implementação de políticas educacionais públicas a nível municipal.

Apontar nesta pesquisa os principais indicadores da evasão escolar, provoca uma discussão ampla sobre a temática, sobretudo por não minimizar as causas apontadas como se tudo estivesse relacionado apenas a um aspecto, que é extremamente relevante, como a necessidade da criança ou jovem em trabalhar, mas que não é único. E além da reflexão, buscar estratégias enquanto comunidade escolar para solucionar tal indicativo, torna-se além de necessário, um desafio a ser solucionado. O foco nas estratégias adotadas nos insere em um contexto crítico, contudo prático no que cerne a solução do problema.

De acordo com Mendes (2020), a infrequência e o abandono escolar não afetam apenas o aprendizado imediato dos estudantes, mas também perpetuam ciclos de desigualdade, restringindo significativamente suas oportunidades futuras. A ausência escolar está frequentemente ligada a um aumento na probabilidade de enfrentar baixa renda, desemprego e exclusão social ao longo da vida. Isso destaca a importância de implementar intervenções eficazes para combater esses problemas.

Diante da necessidade de melhorar a frequência escolar no município de Fortaleza, a Secretaria Municipal de Educação desenvolve uma política pública que representa um esforço importante no combate à evasão escolar, visando garantir o direito fundamental à educação para todos os jovens.

A busca ativa de estudantes em situação de evasão escolar demanda o envolvimento de diversos setores e ações integradas para que sejam eficazes. A criação de canais de comunicação entre a escola, a família e a comunidade são essenciais para identificar o mais breve possível os casos de infrequência e atuar de forma a inibir as faltas frequentes ou que perpassam três dias. Segundo John Hattie (2009), em sua obra em sua obra seminal, *Visible*

Learning, a intervenção precoce e o acompanhamento personalizado são cruciais para prevenir a evasão escolar. A busca ativa permite que educadores identifiquem alunos em risco e intervenham antes que o problema se agrave. Programas eficazes de busca ativa têm mostrado resultados significativos na melhoria da retenção escolar e no engajamento dos alunos.

A luta contra a evasão escolar requer um esforço conjunto e contínuo, envolvendo o poder público, a sociedade civil, a família e os próprios estudantes. Portanto, na prática, cabe à escola diariamente identificar os alunos faltosos e lançar no sistema a frequência das turmas, destacando aqueles que não estão presentes, para a partir daí começar uma busca por estes alunos. Em um primeiro passo através do contato com a família, posteriormente indo à própria residência do aluno e em último caso acionando o conselho tutelar como mediador e interventor para a busca ou solução do problema da evasão.

Desta maneira, tem-se um resultado por escola da realidade da frequência escolar e cabe ao corpo gestor desenvolver estratégias de intervenção para conter o avanço da evasão, bem como evitar que aconteça. Essa política de contingência, além de fomentar um equilíbrio social a longo prazo, diante da expectativa de inclusão social, atende também ao que prevê a constituição como dever do estado.

Portanto, em algumas situações, a problemática perpassa o muro da escola e necessita da colaboração de outros setores da sociedade neste acompanhamento, já que sabemos que a educação é um dever do estado e deve ser garantida. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996). Ou seja, é dever da sociedade e do estado oportunizar a educação aos indivíduos, tornando-os cidadãos.

Entende-se que necessitamos compreender que existem fatores para a análise da evasão escolar. Desmotivação da família em levar a criança para a escola, necessidade de trabalhar ou ajudar a família no sustento de casa e falta de estímulo pedagógico são alguns destes fatores. Contudo, mais do que elencar estes fatores, faz-se necessário compreender que para cada estudante e família envolvidos nesse processo, a tomada de consciência só ocorrerá sob a pressão dos fracassos vividos e dos obstáculos encontrados pelo sujeito.

Pesquisas recentes sobre evasão apresentam faces distintas; avaliam que a evasão é resultado da decisão do aluno ou de uma combinação de fatores sociais, sejam eles econômicos e pessoais, sejam a necessidade precoce de ingresso no mercado de trabalho, sejam as

dificuldades encontradas em razão das condições desfavoráveis de currículo escolar, de professores e de organização da escola.

Castro (2021) argumenta que a evasão escolar não deve ser vista apenas como uma escolha individual dos alunos, mas como o resultado de uma série de fatores sociais e econômicos. Ele destaca que pressões para a entrada precoce no mercado de trabalho e condições socioeconômicas desfavoráveis têm um impacto significativo na decisão dos estudantes de abandonar a escola.

Outros fatores podem ser: a falta de maturidade do estudante, reprovações sequenciadas, problemas financeiros, falta de perspectiva de trabalho, ausência de empatia na escola, estudo por obrigação familiar, casamentos não planejados e nascimento de filhos, gerando baixa autoestima entre as crianças e os jovens, além de fatores pessoais muito específicos. Por isso não é possível esgotar as reflexões, visto que ainda é um problema muito abrangente e de muita complexidade.

É importante que se priorize também a compreensão das questões de ordem pedagógica, como as expectativas do aluno em relação aos estudos e o acolhimento da escola, que deveria encorajá-lo ou estimulá-lo a priorizar a conclusão do seu percurso escolar, já que a evasão cria prejuízos sociais e educacionais para a sociedade.

A escola, portanto, deve refletir sobre sua prática diária, na medida em que provoca desinteresse por parte destes jovens que não se sentem atraídos por um modelo ultrapassado de ensino. Cabe também a ela, a maior responsabilidade frente a busca e permanência de cada um dos sujeitos envolvidos neste processo. Nenhum a menos, deve ser o lema de cada instituição de ensino desse país, e buscar cada aluno que se evade deve ser uma política pública permanente e independente do governo.

A busca ativa é então uma política pública de monitoramento da frequência diária do aluno com o intuito de garantir a permanência dos mesmos na rede municipal de ensino de Fortaleza, como política pública educacional para combater a evasão escolar, o baixo índice de frequência, ou mesmo o abandono escolar, tendo como expectativa final a contribuição na melhoria dos índices de diminuição das desigualdades sociais vigentes.

Nesse sentido, podemos dizer que o acompanhamento da assiduidade escolar fornece informações valiosas para a avaliação e reformulação de políticas públicas educacionais, ajudando a medir a eficácia de estratégias e ações já existentes e a formular novas iniciativas. A definição exata de evasão e abandono escolar não é necessariamente simples e direta. Filho e Araújo (2017) corroboram com esta premissa a partir da ideia de que as interpretações para esses termos são múltiplas. Essa diversidade contribui para ampliar o campo

conceitual e pode dificultar a quantificação precisa dos casos, interferindo no estudo das causas e dos princípios que podem levar a alternativas claras e objetivas para superação dessa questão.

A fiscalização da frequência dos alunos tem um papel crucial na educação, não apenas como uma prática administrativa, mas como um dever social e um esforço coletivo que impacta diversos aspectos da sociedade. A educação é um direito fundamental garantido por lei, garantida pela constituição federal de 1988 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988, em seu artigo 205, que assegura a educação como direito de todos e no artigo 206, que garante ao estado a responsabilidade de garantir educação básica obrigatória e gratuita.

Nesse montante entram também aqueles que porventura não tiveram acesso ao ensino na idade certa. Há também conformidade da lei com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), garante igualdade de condições para acessar e permanecer estudando para qualquer criança e adolescente.

Supervisionar a presença dos estudantes então, assegura que esse direito esteja sendo cumprido, promovendo o acesso contínuo e equitativo à educação para todas as crianças e adolescentes. E ao garantir que todos os alunos frequentem regularmente a escola, a sociedade está promovendo a inclusão e reduzindo a desigualdade educacional, garantindo que todos tenham minimamente as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver.

A vigilância da frequência escolar é, portanto, uma prática essencial que vai além do ambiente escolar, envolvendo toda a comunidade escolar em um esforço para garantir que cada aluno tenha a oportunidade de aproveitar ao máximo a educação. É uma responsabilidade compartilhada que reflete e promove os valores de justiça, inclusão e coesão social.

Como já mencionamos, a ausência escolar frequente pode ser um sinal de problemas sociais mais amplos, como violência familiar, pobreza ou problemas de saúde. Monitorar a frequência permite identificar esses problemas precocemente e buscar soluções, ajudando a prevenir a exclusão social e a marginalização dos jovens.

Com dados sobre frequência, o sistema de suporte da frequência desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, o Sistema de Gestão Educacional (SGE), pode oferecer suporte mais eficaz e intervenções direcionadas para alunos que estão em risco, abordando questões subjacentes que afetam sua presença escolar. Acompanhar a frequência diária ajuda a avaliar a eficácia das políticas educacionais e a identificar áreas onde são necessários ajustes. Melhores políticas e práticas são desenvolvidas com base em dados reais sobre a frequência escolar, resultando em uma educação de maior qualidade.

Ainda de acordo com Demo (2014), a frequência regular dos alunos tem um impacto significativo na qualidade do aprendizado e no desempenho acadêmico. O monitoramento da frequência escolar é crucial para manter padrões educacionais elevados e garantir o sucesso dos alunos. A educação desempenha um papel essencial no desenvolvimento social e econômico de um país, e assegurar que todos os jovens tenham acesso contínuo à escola os prepara para contribuir positivamente para a economia e a sociedade (Demo, 2014).

A educação proporciona as habilidades e conhecimentos necessários para reduzir a desigualdade social e econômica, promovendo uma sociedade mais equitativa e próspera. Segundo Jessé Souza, a educação é um dos principais instrumentos para reduzir a desigualdade social. Ela disponibiliza às pessoas os recursos essenciais para aprimorar suas condições de vida e participar de forma mais justa na sociedade (Jessé, 2018).

Diante deste cenário, esta pesquisa busca respostas para a seguinte questão central: De que modo as ações vinculadas ao Programa Busca Ativa que são desenvolvidas nas escolas da rede pública de Fortaleza contribuem para a permanência dos alunos no ambiente escolar?

Consideramos a hipótese de que o Programa Busca Ativa contribui para a permanência dos alunos no ambiente escolar. Primeiramente, o Programa desempenha um papel crucial na redução da evasão escolar ao proporcionar um acompanhamento sistemático e personalizado dos alunos em risco, o que pode melhorar significativamente suas taxas de frequência e acompanhamento de rendimento escolar. Além disso, acreditamos que a intervenção precoce promovida pelo programa possa atuar como um fator diminuidor de dificuldades socioeconômicas e pessoais que frequentemente levam ao abandono escolar, ao conectar os alunos com recursos e canais adequados.

O fortalecimento da comunicação entre escola, família e comunidade, facilitado pelo Programa Busca Ativa, contribui para uma rede de suporte mais individualizada, essencial para manter os estudantes motivados e envolvidos com suas atividades escolares particulares. Por fim, entendemos que a implementação de estratégias eficazes e o acompanhamento contínuo dos casos de infrequência escolar contribuem para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e adaptado às necessidades individuais dos alunos, resultando em uma melhoria significativa na taxa de permanência escolar.

Essa hipótese será explorada e avaliada ao longo da pesquisa para compreender a efetividade e o impacto real do programa na realidade educacional de Fortaleza.

Buscando respostas à nossa questão central, este trabalho tem como objetivo geral: Avaliar as contribuições do Programa Busca Ativa para a permanência dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir das ações desenvolvidas em uma escola da rede pública

do município de Fortaleza, na perspectiva da gestão escolar e dos monitores que atuam nesta política.

Para o atendimento do objetivo geral elencado, temos como objetivos específicos: (1) Estudar e/ou apresentar o Programa Busca Ativa, enquanto política pública de fomento a permanência do aluno no ambiente escolar; (2) Identificar as ações vinculadas ao Programa Busca Ativa que são desenvolvidas pelas escolas no combate à infrequência escolar; (3) Avaliar as contribuições das ações vinculadas ao Programa Busca Ativa para a permanência do aluno na escola.

A perspectiva avaliativa adotada para análise da política investigada segue os pressupostos da Avaliação em Profundidade seguindo os pressupostos teóricos de Gussi (2019), Rodrigues (2016; 2019) e Lejano (2012).

A pesquisa se baseará em documentos que constituem uma fonte da qual podem ser retiradas informações que fundamentam as indagações da pesquisa. A pesquisa contou com uma revisão bibliográfica sobre políticas públicas com foco no ciclo de políticas públicas, explorando o processo de implementação. Foram realizadas pesquisas sobre a atuação do Ministério Público, a fim de identificar participação no surgimento da Busca Ativa na rede municipal. Como referencial teórico foi apoiado por Rua (2014), Secchi (2010 e 2019) e Santos (2015).

O estudo coletou informações contextualizadas e evidências que comprovem a implementação da política conforme os ritos teóricos de aplicação de uma política pública. A fundamentação teórica, que serviu para avaliar se os elementos essenciais para colocar uma política em prática estavam presentes, baseou-se nas contribuições de Rua (2014). Por último, buscou-se organizar e sistematizar os dados para atender aos objetivos da investigação. A pesquisa revelou que a Secretaria Municipal de Educação tem avançado na consolidação das diretrizes de implementação.

A integração dessas abordagens teóricas permitiu uma compreensão abrangente dos mecanismos pelos quais o Programa Busca Ativa influencia a permanência dos alunos nas escolas, além de possibilitar uma avaliação crítica das políticas públicas e das práticas implementadas no município de Fortaleza.

Metodologicamente esta investigação se configura como sendo de natureza aplicada. Quanto ao atendimento dos objetivos, temos uma pesquisa do tipo exploratória. No que se refere a abordagem do problema, consideramos que ela se enquadra em uma pesquisa do tipo explicativa, ou descritiva e/ou causal. No tocante aos procedimentos de pesquisa, utilizamos elementos de dois tipos, sendo eles: (1) Pesquisa bibliográfica e Pesquisa

documental; e (2) Pesquisa de Campo. A combinação desses dois procedimentos de pesquisa será utilizada de forma integrada para a avaliação do Programa Busca Ativa e seu impacto na permanência dos alunos na escola.

Este trabalho está organizado em seis seções primárias, cada uma com um propósito específico que contribui para a compreensão e análise do Programa Busca Ativa na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.

A primeira seção consiste nesta introdução que apresenta o tema e a relevância da pesquisa, bem como os objetivos e as hipóteses que guiarão o estudo. Esta seção contextualiza o problema da evasão escolar e a importância da política pública de Busca Ativa como uma resposta a esse desafio. A introdução também define os parâmetros da pesquisa, explicando a estrutura geral do trabalho e as questões centrais que serão abordadas.

A segunda seção aborda a metodologia, detalhando os procedimentos e técnicas utilizadas na coleta e análise de dados. São descritas as abordagens da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com ênfase nas técnicas específicas empregadas, como a entrevista semiestruturada e a observação assistemática. Esta seção explica como foram realizados os processos de coleta e análise de dados, e como essas metodologias ajudam a responder às questões de pesquisa e a validar as hipóteses propostas. Além disso, são discutidas as limitações e as considerações éticas relacionadas à pesquisa.

A terceira seção versa sobre o referencial teórico, que fornece uma base acadêmica e conceitual para o estudo. Aqui, serão discutidas as principais teorias e modelos relacionados às políticas públicas educacionais, com foco específico em estratégias de intervenção e retenção escolar. Serão analisadas obras e estudos relevantes que ajudam a situar o Programa Busca Ativa dentro do contexto mais amplo das políticas educacionais e práticas de gestão escolar. Este capítulo é crucial para entender os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa e para contextualizar as análises que serão realizadas posteriormente.

A quarta seção apresenta uma análise dos dados coletados a partir das categorias de análises estabelecidas, pautando-se dos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

A quinta seção traz uma discussão dos resultados encontrados, por meio de uma síntese por categoria, além de uma avaliação da efetividade do Programa Busca Ativa escolar na redução da evasão em Fortaleza. Apresenta-se também um confronto dos resultados com outras pesquisas, e uma leitura crítica do referido Programa.

A sexta seção consiste nas considerações finais, onde são elencados os contributos desta pesquisa para a ciência, a partir dos resultados encontrados.

Cada seção é desenvolvida na perspectiva de construir uma compreensão abrangente do programa Busca Ativa e avaliar suas contribuições para a permanência dos alunos no ambiente escolar, garantindo uma abordagem bem fundamentada e metodologicamente consistente sobre quais estratégias são eficazes na contribuição da manutenção do estudante no ambiente escolar.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentamos o caminho metodológico adotado para a realização desta pesquisa, que se caracteriza por ser de natureza aplicada, explicativa e/ou outras e qualitativa. A escolha por essas abordagens se deve ao objetivo de compreender e analisar fenômenos complexos, de forma detalhada, sem a intenção de quantificar ou generalizar os dados, mas, sim, de explorar as experiências, práticas e percepções dos sujeitos envolvidos.

Esta seção está organizada da seguinte maneira: inicialmente refletimos sobre a perspectiva avaliativa da política, na sequência discutimos a caracterização da pesquisa, em seguida abordamos o *locus* dos sujeitos da sua pesquisa, logo após o delineamento da pesquisa e em seguida, serão detalhadas as técnicas de coleta de dados adotadas, como entrevistas semiestruturadas, e os instrumentos utilizados para garantir a validade dos dados. Por fim, será apresentada a estratégia de análise dos dados qualitativos, por meio de análise de conteúdo.

2.1 Perspectiva avaliativa da política pública

A abordagem avaliativa utilizada na análise da política em questão baseia-se na Avaliação em Profundidade, fundamentando-se nos referenciais teóricos de Gussi (2019), Rodrigues (2016; 2019) e Lejano (2012).

A avaliação em profundidade do Programa Busca Ativa, a partir de uma perspectiva crítica, exige o reconhecimento de que tal política pública educacional está inserida em um contexto de racionalidade neoliberal, no qual a lógica da eficiência gerencial e da responsabilização individual é frequentemente priorizada em detrimento de abordagens estruturais e emancipadoras. (Gussi, 2019; Rodrigues, 2016; Rodrigues, 2019; Lejano, 2012).

A partir dos referenciais teóricos de Gussi (2019), Rodrigues (2016; 2019) e Lejano (2012), compreende-se que uma verdadeira avaliação qualitativa não pode se limitar à mensuração de indicadores de desempenho, mas deve mergulhar nas contradições históricas, sociais e institucionais que moldam a experiência dos sujeitos impactados por essas políticas. O programa, ao focar em estratégias de rastreamento e reintegração escolar, corre o risco de desconsiderar as causas estruturais da evasão escolar, como a precariedade das condições de vida, o trabalho infantil, a violência e a exclusão territorial.

Vale ressaltar que os aspectos políticos e institucionais que atravessam a formulação e a implementação do Programa Busca Ativa. Sob a perspectiva, a política educacional brasileira tem sido profundamente influenciada por uma racionalidade neoliberal,

como apontam Gussi (2019) e Rodrigues (2019), que prioriza a lógica da responsabilização individual, a gestão por resultados e a eficiência técnica em detrimento de abordagens estruturais. Isso significa que, muitas vezes, as políticas públicas deixam de lado os compromissos com justiça social e passam a funcionar como mecanismos de controle e regulação da pobreza, deslocando para os indivíduos (famílias, professores, diretores) a responsabilidade por problemas que são, na verdade, sistêmicos.

Torna-se necessário questionar as bases epistemológicas que sustentam o discurso oficial da política educacional brasileira, frequentemente orientado por narrativas de "inclusão eficaz" que obscurecem as desigualdades produzidas pelo próprio sistema. Lejano (2012) propõe que a fusão entre texto e contexto, ao analisar uma política pública, é indispensável para revelar os sentidos atribuídos pelos diferentes atores sociais. No caso do Programa Busca Ativa, é fundamental compreender como professores, gestores escolares, famílias e alunos interpretam a política e como essa interpretação se articula com seus contextos vivenciais. A avaliação em profundidade, portanto, deve captar não apenas os resultados numéricos de retorno escolar, mas também os sentidos subjetivos de pertencimento, resistência e exclusão que permeiam as trajetórias educacionais interrompidas.

O Programa Busca Ativa Escolar foi concebido em 2017 por uma parceria entre o UNICEF e a Undime, com apoio do Congemas e Conasems, como uma resposta estratégica à crescente exclusão escolar e aos desafios impostos por um contexto de austeridade fiscal e racionalidade gerencial no pós-2016. A formulação desta literatura acerca da política foi moldada por interesses institucionais voltados à eficiência, responsabilização individual e controle de resultados, cujo esses aspectos refletem uma ideologia neoliberal que, segundo Gussi (2019), tende a priorizar metas e indicadores em detrimento da transformação estrutural. A articulação com o UNICEF confere ao programa caráter suprapartidário, embora sua origem institucional e interlocução técnica estejam diretamente vinculadas a organizações internacionais e governos locais comprometidos com metas de eficácia e gestão eficiente.

É imprescindível fomentar que a participação política não foi concebida de forma autônoma, haja vista que resultou de uma rede de atores que incluía governos municipais, sociedade civil e organismos internacionais, em um momento histórico caracterizado por cortes orçamentários em políticas sociais e por uma crescente pressão sobre a autonomia das unidades escolares. A parceria com o UNICEF, embora traga respaldo técnico e recursos, também reflete uma transferência de agendas globais para espaços locais, alinhando práticas locais às diretrizes de uma educação que foca na “inclusão eficaz” — expressão que, para Lejano (2012), encobre os processos de exclusão que permanecem invisíveis sob a retórica do sucesso institucional.

Segundo Lejano (2012), é indispensável analisar que quanto aos seus propósitos a política foi estruturada dentro de uma lógica técnica e centralizada, sem articulação suficiente com políticas de assistência social ou ações comunitárias mais amplas, limitando-se ao aparato administrativo e tecnológico que coleta e processa dados de alunos em risco.

Para Rodrigues (2019) e Gussi (2019), torna-se evidente que ainda que a Busca Ativa traga avanços práticos para diminuir a evasão escolar, ela permanece vinculada a uma racionalidade instrumental de controle e responsabilização individual — um modelo que, embora eficaz no curto prazo, corre o risco de perpetuar a exclusão estrutural, ao induzir permanência sem enfrentar com profundidade as desigualdades socioeconômicas e institucionais que realmente produzem a evasão.

A perspectiva libertadora e experiencial proposta por Rodrigues (2016) convida à construção de uma avaliação que acolha a experiência vivida dos sujeitos como elemento central de análise, em oposição ao tecnicismo abstrato das métricas padronizadas. Nesse sentido, o Programa Busca Ativa deve ser analisado não apenas pelo alcance estatístico de suas metas, mas também pela sua capacidade de provocar transformações concretas e emancipadoras na vida dos estudantes em situação de vulnerabilidade, e ainda nas famílias, no bairro e sobre como a educação pública contribui para melhoria de vida e/ou perspectiva de futuro dos indivíduos. O diálogo com os territórios e com os saberes locais é essencial para romper com a lógica da imposição de soluções homogêneas e descontextualizadas.

A crítica à lógica neoliberal, conforme delineada por Gussi (2019), implica a denúncia da captura das políticas públicas por uma racionalidade instrumental que fragmenta a educação em metas, resultados e produtividade. No âmbito da Busca Ativa, é necessário refletir se a política está de fato promovendo uma reinserção escolar qualificada ou se apenas realoca corpos para dentro da escola sem garantir as condições necessárias para sua permanência e aprendizagem significativa.

A avaliação neomarxista, ao enfatizar as relações de dominação e exploração, permite compreender como as políticas educacionais – mesmo as bem-intencionadas – podem operar como mecanismos de reprodução das desigualdades, se não forem acompanhadas por uma crítica profunda ao modelo de desenvolvimento excludente e à política de austeridade que afeta especialmente os setores sociais mais vulneráveis.

É preciso resgatar o potencial emancipatório da avaliação como prática transformadora, tal como defendido por Rodrigues (2019), propondo um deslocamento do foco avaliativo do cumprimento burocrático para a escuta dialógica e comprometida com os sujeitos da política.

A experiência do Programa Busca Ativa constituiu uma oportunidade para repensar o papel da escola na construção de cidadania ativa e na valorização das singularidades dos estudantes, desde que a avaliação não se limite ao aparato técnico-administrativo, mas se torne um exercício político de questionamento e reconstrução dos sentidos da educação pública. A partir de uma abordagem hermenêutica crítica, que integra teoria e prática, texto e contexto, sujeito e estrutura, é possível ressignificar a política pública não como ferramenta de controle, mas como espaço de luta, resistência e esperança.

A avaliação do Programa Busca Ativa precisa considerar a lógica de poder e a estrutura institucional que sustenta a gestão das políticas públicas no Brasil. A aplicação do paradigma neomarxista, conforme discutido por Gussi (2019), exige uma reflexão crítica sobre como as práticas de rastreamento e reintegração escolar podem perpetuar o ciclo de marginalização de grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

O foco na evasão escolar, embora seja uma preocupação legítima, muitas vezes mascara as condições estruturais de desigualdade e a falta de investimentos adequados em recursos pedagógicos, infraestrutura escolar e apoio psicossocial. A busca ativa de alunos, portanto, se torna uma política de contingência que, em sua maioria, apenas ameniza os sintomas de um problema social mais profundo, sem oferecer soluções reais para a equidade educacional. Assim, a avaliação crítica deve problematizar a eficácia do programa diante de um contexto educacional profundamente marcado pela exclusão e pela ausência de políticas públicas que atuem de forma integrada e emancipatória.

No desenvolvimento desta pesquisa, a Avaliação em Profundidade foi adotada como perspectiva teórico-metodológica, alinhada aos referenciais de Rodrigues (2016; 2019), Gussi (2019) e Lejano (2012), que defendem uma avaliação crítica, dialógica, contra-hegemônica e libertadora, fundamentada no paradigma neomarxista e na hermenêutica crítica.

Para organizar a avaliação de uma política pública, Rodrigues (2016; 2019) apresenta quatro eixos analíticos que orientam a pesquisa e proporcionam uma compreensão ampla de seus impactos e da eficácia da política avaliada.

Eixo 1 – Conceção da Política: Envolve a investigação da origem da política, seus fundamentos teóricos, suas definições e os objetivos que orientam sua formulação.

Eixo 2 – Processo de Implementação: Refere-se à análise da forma como a política é colocada em prática, incluindo os procedimentos adotados, os obstáculos enfrentados e as estratégias empregadas pelos atores responsáveis por sua execução.

Eixo 3 – Efeitos e Significados para os Atores Envolvidos: Examina os impactos percebidos pela população ou pelos sujeitos diretamente envolvidos, considerando suas vivências e as interpretações que atribuem à política em seus contextos específicos.

Eixo 4 – Análise Crítica, Emancipatória e Transformadora: Propõe uma reflexão crítica sobre os limites da política diante de uma lógica neoliberal, questionando se suas ações efetivamente promovem inclusão social ou se se limitam ao cumprimento de metas burocráticas.

Ao logo do trabalho, a organização e desenvolvimento da investigação, a partir dos eixos propostos pela Avaliação em Profundidade ocorrem da seguinte forma:

O eixo 1, que trata da concepção da política, é abordado na seção 3 deste trabalho, onde são discutidos os fundamentos legais, os objetivos e a definição da política pública da Busca Ativa Escolar, tendo como base os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a LDB 9394/96 (Brasil, 1996). Nesse ponto, discute-se como a política é formalizada, quais os seus propósitos declarados e como se insere no cenário das políticas públicas educacionais.

O eixo 2, que se refere ao processo de implementação da política, é analisado na seção 4 que versa sobre a análise dos dados, especialmente quando são apresentados os relatos dos sujeitos entrevistados (diretora, coordenadora, professoras e monitores). Esse eixo é evidenciado nas discussões sobre as práticas cotidianas de monitoramento da frequência, os desafios operacionais enfrentados pelas equipes de campo e as estratégias adotadas para contato com as famílias. Aqui, evidencia-se como o processo ocorre na realidade, muitas vezes distante do que está normatizado, devido às limitações estruturais, inseguranças territoriais e falta de apoio institucional.

O eixo 3, que aborda os efeitos e os sentidos atribuídos à política pelos sujeitos envolvidos, está contemplado na análise das entrevistas e dos dados coletados, onde são apresentados os impactos percebidos pelos profissionais da educação, tanto no que se refere à melhoria da frequência escolar quanto às limitações enfrentadas no dia a dia. Este eixo aparece de forma clara quando se discute como a política é interpretada pelos agentes, como ela interfere em suas lacunas e seus efeitos sobre o processo de escolarização dos alunos.

Já, o eixo 4, que contempla uma análise crítica, libertadora e emancipatória da política, permeia todo o desenvolvimento da análise, mas se consolida na Discussão dos Resultados e nas Considerações Finais, quando se problematiza de forma mais aprofundada os limites da Busca Ativa como política de enfrentamento da evasão escolar dentro de uma lógica neoliberal, que prioriza o controle e a responsabilização individual, em detrimento de políticas

estruturantes que enfrentem as causas sociais da evasão, como pobreza, desigualdade territorial, falta de assistência social e de políticas públicas integradas.

Assim, ao considerar os eixos da Avaliação em Profundidade, não se limita à análise técnica da política, mas amplia sua compreensão para além dos números, alcançando os sentidos, as contradições e os desafios vividos pelos sujeitos que operam e vivenciam a política pública em seus territórios, conforme defendem Rodrigues (2016; 2019) e Gussi (2019). Conforme observamos no Quadro 1.

Quadro 1 - Eixos da Avaliação em Profundidade na Pesquisa

EIXO	DESCRIÇÃO	LOCAL DE ABORDAGEM NA PESQUISA
Eixo 1 – Concepção da Política	Análise da origem, dos fundamentos, da definição e dos objetivos da política.	Capítulo 2 – O Programa Busca Ativa como Política Pública Educacional , especialmente na contextualização dos marcos legais (CF/88, LDB 9394/96, documentos da SME).
Eixo 2 – Processo de Implementação	Compreensão de como a política é executada na prática, seus fluxos, desafios operacionais e estratégias utilizadas pelos agentes.	Capítulo de Metodologia e Análise dos Dados , nas falas dos entrevistados (diretores, coordenadores, professores e monitores) que descrevem as ações, práticas, dificuldades e modos de atuação.
Eixo 3 – Efeitos e Sentidos Atribuídos pelos Sujeitos	Análise dos impactos percebidos, das experiências dos sujeitos envolvidos e dos sentidos que atribuem à política em seus contextos.	Análise dos Dados e Discussão dos Resultados , especialmente nos relatos que mostram melhorias na frequência, percepção das famílias, desafios sociais e limitações operacionais.
Eixo 4 – Análise Crítica, Libertadora e Emancipatória	Reflexão crítica sobre os limites da política dentro de uma lógica neoliberal. Questiona se a política promove inclusão real ou apenas responde a metas burocráticas.	Discussão dos Resultados e Considerações Finais , ao problematizar a Busca Ativa como política paliativa frente às desigualdades estruturais. Propõe a necessidade de políticas intersetoriais e transformadoras.

Fonte: elaborado pela autora

Ao adotar uma perspectiva de avaliação qualitativa e hermenêutica, conforme os pressupostos de Rodrigues (2016), torna-se fundamental a incorporação das vozes dos sujeitos diretamente afetados pela política. Professores, alunos e familiares devem ser vistos não apenas

como objetos de observação, mas como protagonistas da construção do conhecimento sobre o Programa Busca Ativa.

O desafio é superar a dicotomia entre a educação como um serviço técnico e a educação como um processo de transformação social e política. Nesse sentido, a avaliação deve permitir uma aproximação com as realidades vividas pelos indivíduos, considerando suas experiências, desafios e resistências. Apenas assim será possível desenvolver uma análise mais sensível, que leve em conta as nuances e complexidades da implementação do programa, indo além dos números e atingindo as dimensões subjetivas e simbólicas do processo educativo. Essa abordagem proporciona um olhar mais holístico, capaz de identificar falhas e possibilidades de mudança, com vistas a uma educação mais inclusiva, justa e transformadora.

A Avaliação em Profundidade adotada neste trabalho possibilita uma leitura crítica e ampliada do Programa Busca Ativa, indo além da análise burocrática e técnica. Ao considerar os sujeitos, seus contextos e as contradições históricas que atravessam a política educacional, evidencia-se que, embora o programa apresente resultados significativos na melhoria da frequência escolar, ele ainda opera dentro dos limites impostos por uma lógica neoliberal que trata a educação como um serviço e não como um direito social pleno.

Assim, a avaliação realizada reafirma a importância de superar práticas meramente gerencialistas, defendendo uma educação comprometida com a transformação social, com a escuta sensível dos territórios e com a construção de políticas públicas que dialoguem com as reais necessidades das comunidades. Este percurso avaliativo, portanto, reafirma que a eficácia de qualquer política educacional só será possível se for capaz de enfrentar, de forma estrutural, as desigualdades sociais e promover uma educação que busque ser mais democrática, libertadora e emancipatória.

2.2 Caracterização da pesquisa

A pesquisa científica se caracteriza por diferentes abordagens, metodologias e técnicas de coleta de dados, que variam conforme os objetivos do estudo e o tipo de conhecimento que se busca produzir. Dentre as várias classificações, a pesquisa pode ser definida como básica ou aplicada, exploratória, descritiva ou explicativa, entre outras, e também pode adotar diferentes procedimentos para a coleta e análise de dados, como a pesquisa bibliográfica, documental ou de campo.

A pesquisa proposta busca avaliar a contribuição das ações vinculadas ao Programa Busca Ativa para a permanência dos alunos no ambiente escolar. Trata-se de uma investigação

de natureza básica, pois visa gerar novos conhecimentos, sem uma aplicação prática imediata, com o intuito de avançar na compreensão científica dos fenômenos estudados. Embora o foco não esteja em intervenções diretas, os resultados esperados têm o potencial de contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais e práticas escolares voltadas à inclusão e permanência escolar.

A pesquisa se caracteriza como básica, pois permite que o pesquisador se envolva profundamente no contexto estudado e capture as complexidades das interações, atitudes e percepções dos participantes. Ela é, portanto, ideal para momentos iniciais de investigação, quando o objetivo é desenvolver hipóteses ou questões de pesquisa para estudos futuros, mais profundos e estruturados (Demo, 2013).

Para Demo (2013) a pesquisa, sob o ponto de vista da natureza básica, objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

A investigação de natureza básica tem como principal característica o seu objetivo de gerar conhecimento novo sem uma aplicação imediata ou prática. Ela busca entender fenômenos, processos ou princípios que ainda não são completamente compreendidos, sem necessariamente se preocupar com a aplicação direta desse conhecimento em soluções concretas ou produtos (Gil, 2021).

A pesquisa é também exploratória, dado que visa proporcionar uma compreensão preliminar sobre um fenômeno ainda pouco estudado ou com escassa literatura. O objetivo é identificar aspectos e variáveis importantes para o melhor entendimento do objeto de estudo.

A pesquisa conta com abordagem qualitativa, pois se concentra em entender fenômenos, comportamentos e contextos de maneira profunda, não necessariamente mensurável ou generalizável, mas sim interpretativa e rica em detalhes (Demo, 2013).

A combinação dessas características metodológicas foi escolhida em função da necessidade de investigar um fenômeno pouco explorado e da dificuldade de quantificar as variáveis envolvidas. A abordagem qualitativa é fundamental para captar a riqueza dos dados e proporcionar uma análise mais holística e contextualizada do objeto de estudo.

A escolha da metodologia básica, exploratória e qualitativa está diretamente relacionada à natureza do objeto de estudo, permitindo uma compreensão detalhada e contextualizada do fenômeno investigado. Essa abordagem é fundamental para garantir a profundidade e a riqueza dos dados coletados, assegurando que os objetivos da pesquisa sejam adequadamente alcançados.

2.3 Lócus e sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Maria Odnílra Cruz Moreira. A escolha do *lócus* justifica-se por sua posição eficaz na implementação da política de Busca Ativa. A escola tem um histórico extenso de práticas exitosas em relação a Busca Ativa escolar e possui um elevado percentual de alunos matriculados e frequentando a escola.

Os principais sujeitos da pesquisa são a gestão escolar, professores e monitores de Busca ativa, além das famílias dos alunos atendidos.

A pesquisa foi conduzida com sujeitos pertencentes ao contexto educacional de uma instituição de ensino, composta por diretores, coordenadores, professores e monitores. A escolha dos participantes se baseia na sua atuação direta e significativa no processo pedagógico e nas interações cotidianas com os alunos e outros profissionais da educação. Todos os sujeitos da pesquisa serão anônimos, respeitando o princípio da confidencialidade e garantindo a privacidade das informações fornecidas.

A seleção abrange diferentes níveis hierárquicos e funções dentro da instituição, incluindo diretores, coordenadores, professores e monitores, com o objetivo de obter uma visão ampla e diversificada das práticas educacionais, das necessidades formativas e das estratégias de gestão escolar. Para garantir uma variedade de perspectivas, os participantes foram escolhidos com base em sua experiência mínima de 1 ano na função, o que assegura que possuem conhecimento suficiente para oferecer contribuições relevantes sobre as questões abordadas na pesquisa.

A participação na pesquisa foi voluntária, com a solicitação de consentimento informado. Os sujeitos foram convidados a participar com base na sua disposição para compartilhar experiências e perspectivas sobre a temática da pesquisa.

A pesquisa seguiu as diretrizes éticas, preservando o anonimato e confidencialidade dos participantes, sem identificação de dados pessoais ou profissionais, e sendo garantido o direito de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

A presente pesquisa pretende avaliar de que modo as ações vinculadas ao Programa Busca Ativa que são desenvolvidas pela escola contribuem para a permanência dos alunos no ambiente escolar. Para alcançar este objetivo, foi necessário delimitar um grupo diversificado de participantes que pudessem fornecer uma perspectiva abrangente e multifacetada sobre a temática. Os participantes selecionados para este estudo incluem gestores escolares, professores de sala de aula regular, agentes monitores da Busca Ativa e familiares de alunos atendidos na escola.

Os gestores escolares, representados pela figura do diretor, desempenham um papel fundamental na implementação e no acompanhamento das políticas educacionais. Eles são responsáveis por coordenar e supervisionar as atividades pedagógicas, garantir a infraestrutura adequada e promover a permanência e boa frequência dos alunos no ambiente escolar. Sua visão administrativa e sua experiência na gestão escolar são essenciais para avaliar as contribuições do Programa Busca Ativa para a permanência dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação infantil, a partir das ações desenvolvidas em uma escola da rede pública do município de Fortaleza, na perspectiva da gestão escolar e dos monitores que atuam nesta política.

Os professores de sala de aula regular são igualmente importantes para esta pesquisa, pois eles estão diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e a frequência dos mesmos garantirá seu desenvolvimento no processo. A interação desses professores com os alunos fornece uma compreensão sobre a integração e a adaptação curricular necessária para uma educação eficaz a partir da permanência deste aluno.

Os agentes de Busca Ativa são voluntários selecionados pelo programa, especializados no acompanhamento de alunos com histórico de faltas e evasão, bem como acompanhar a frequência diária de todo corpo discente. São responsáveis por desenvolver e implementar estratégias pedagógicas individualizadas que atendam às particularidades de cada aluno, frente ao desafio de não permitir a infrequência dos alunos.

Os familiares dos alunos atendidos oferecem uma perspectiva única e pessoal sobre a eficácia da política pública de Busca Ativa. Suas experiências e observações sobre o desenvolvimento acadêmico e social de seus filhos, bem como sobre a interação deles com a escola, são fundamentais para avaliar o impacto da política na vida dos alunos.

A combinação dessas diferentes perspectivas permitirá uma avaliação abrangente e detalhada das contribuições do programa na rede municipal de ensino de Fortaleza.

2.4 Delineamento (desenho) da pesquisa

A presente pesquisa pretende avaliar de que modo as ações vinculadas ao Programa Busca Ativa que são desenvolvidas pela escola contribuem para a permanência dos alunos no ambiente escolar. Será uma pesquisa de natureza Básica, pois envolve verdades e interesses universais, procurando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa adota elementos de diferentes abordagens de pesquisa, sendo os principais: a pesquisa bibliográfica (teoria e metodologia), a pesquisa documental (documentos, leis e dados estatísticos) e a pesquisa de campo (aplicação de questionários/entrevistas, observação direta). Cada uma dessas abordagens tem características específicas que contribuem para a exploração e análise do objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica envolve a revisão de obras, artigos, livros, dissertações, teses e outros materiais já publicados que abordem o tema da pesquisa. Este procedimento é uma etapa fundamental na pesquisa qualitativa, pois permite que o pesquisador compreenda o estado da arte sobre o assunto, identifique teorias, conceitos, métodos e resultados de estudos anteriores, além de ajudar na construção do referencial teórico.

Em uma pesquisa exploratória qualitativa, a pesquisa bibliográfica serve para mapear o que já foi estudado, identificar lacunas no conhecimento e definir um direcionamento para novas investigações. Esse procedimento não envolve coleta de dados empíricos diretamente do campo, mas sim uma análise secundária, ou seja, a partir de dados já existentes. A pesquisa bibliográfica também ajuda a formular as perguntas de pesquisa, a justificar o estudo e a dar embasamento teórico ao trabalho (Gil, 2021).

A pesquisa bibliográfica é fundamental para embasar teoricamente o estudo, proporcionando uma revisão das obras e estudos anteriores relevantes sobre políticas públicas e programas de busca ativa. Essa abordagem permite compreender os conceitos, teorias e debates existentes, ajudando a situar a pesquisa dentro de um contexto acadêmico mais amplo. Segundo Gil (2021), a pesquisa bibliográfica é fundamental para contextualizar o estudo e compreender as teorias e conceitos existentes sobre o tema. Ela proporciona uma base sólida para a formulação de questões de pesquisa e a definição de hipóteses.

A pesquisa bibliográfica foi à primeira etapa do processo investigativo, tendo como objetivo mapear o estado da arte sobre a temática de políticas públicas educacionais voltadas para a redução da evasão escolar e a melhoria da frequência escolar. A revisão de literatura envolveu a consulta a livros, artigos acadêmicos e teses que abordam as políticas públicas de inclusão educacional e o Programa Busca Ativa, fornecendo a base teórica necessária para compreender as principais teorias e conceitos que orientam a análise. Segundo Gil (2021), essa etapa é crucial para o embasamento teórico, pois permite ao pesquisador identificar as lacunas no conhecimento existente e definir um direcionamento claro para a pesquisa.

Em se tratando da pesquisa documental, ela é uma importante ferramenta para a coleta de dados que não estão disponíveis em fontes primárias. Ela permite ao pesquisador compreender melhor o contexto social, cultural ou histórico relacionado ao fenômeno estudado.

O uso de documentos ajuda a enriquecer a análise, fornecendo dados adicionais que muitas vezes não são capturados por outros métodos Gil (2021).

A pesquisa documental envolve a coleta minuciosa de materiais como relatórios, atas, correspondências, jornais e registros oficiais, sejam eles impressos ou digitais, provenientes de instituições públicas e privadas. Conforme Minayo (2014), esses documentos — que ainda não passaram por tratamento analítico — devem ser selecionados com critério, considerando sua relevância para os objetivos do estudo, e analisados de maneira sistemática, mantendo um foco claro nas questões centrais da pesquisa. A força desse tipo de pesquisa reside na riqueza e na estabilidade das fontes, possibilitando uma compreensão contextual e histórica aprofundada do fenômeno em análise.

No caso do Programa Busca Ativa em Fortaleza, a pesquisa documental complementou a análise teórica ao incorporar informações empíricas provenientes da Secretaria Municipal de Educação — como matrículas, frequência e indicadores de evasão —, bem como documentos institucionais, demonstrativos estatísticos e relatórios internos do programa. Esse conjunto de dados forneceu suporte para avaliar a aplicação prática da política, evidenciando resultados concretos e permitindo cruzar informações quantitativas e qualitativas. Ao alinhar-se à perspectiva de Minayo (2014), essa abordagem reforça a compreensão do contexto histórico e social da política, enriquecendo a interpretação dos resultados e fortalecendo a discussão crítica sobre os fatores que influenciam a efetividade da busca ativa escolar.

Em se tratando da Pesquisa de Campo, de acordo com Lima (2018), a sua realização é fundamental para a obtenção de dados primários e para uma compreensão direta das condições e dinâmicas relacionadas ao fenômeno investigado. Na pesquisa de campo, serão utilizadas técnicas específicas para coletar dados detalhados e relevantes sobre as contribuições do programa Busca Ativa. Se caracteriza por ocorrer no local onde o fenômeno acontece.

Diferente das pesquisas bibliográficas e documentais, que se baseiam em fontes secundárias, a pesquisa de campo envolve a coleta de dados primários diretamente com os sujeitos ou no ambiente de estudo. Este tipo de pesquisa é muito comum em estudos qualitativos, uma vez que permite que o pesquisador observe e se envolva com a realidade social, cultural ou comportamental do fenômeno em questão.

A pesquisa de campo pode ser realizada por meio de entrevistas abertas, observação participante, grupos focais, entre outros. A coleta de dados ocorre de forma flexível, com pouca ou nenhuma imposição de hipóteses pré-estabelecidas, o que possibilita que novos insights e dimensões do fenômeno sejam descobertos durante o processo investigativo. A pesquisa de

campo é uma forma de mergulhar na experiência dos participantes e entender suas percepções e significados de maneira mais rica e detalhada.

Em síntese, os procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo são essenciais para a realização de estudos exploratórios qualitativos. Cada um desses procedimentos contribui de maneira distinta, mas complementar, para o entendimento do fenômeno estudado. Enquanto a pesquisa bibliográfica oferece uma base teórica e histórica, a pesquisa documental permite a análise de informações pré-existentes e a pesquisa de campo possibilita a coleta de dados diretos, frequentemente mais profundos e contextualizados. Combinados, esses métodos oferecem ao pesquisador um panorama amplo e detalhado, sendo fundamentais para investigações iniciais que buscam explorar e compreender fenômenos complexos.

A pesquisa de campo foi à etapa em que se deu a coleta de dados primários, por meio de entrevistas abertas e observação participante em escolas da rede municipal de Fortaleza. Através dessas técnicas, foi possível capturar as percepções dos profissionais da educação, como coordenadores pedagógicos e professores, sobre as dificuldades e desafios enfrentados na implementação do programa, além de identificar como o monitoramento da frequência escolar afeta o cotidiano dos alunos e as estratégias adotadas para combater a evasão.

A pesquisa de campo proporcionou uma imersão direta na realidade do programa, permitindo que o pesquisador compreendesse melhor as dinâmicas de implementação e os efeitos concretos do Programa Busca Ativa na vida dos alunos e na rotina escolar, como aponta Lima (2018), que destaca a importância desse procedimento para a obtenção de dados diretos e significativos.

A combinação desses três procedimentos metodológicos – pesquisa bibliográfica, documental e de campo – permitiu uma análise holística e aprofundada do Programa Busca Ativa, identificando não apenas os aspectos teóricos e contextuais da política, mas também os desafios e resultados observados na prática.

A utilização desses métodos de forma integrada proporcionou uma compreensão rica e detalhada sobre os fatores que influenciam a eficácia do programa na redução da evasão escolar e no fortalecimento da frequência dos alunos, contribuindo para a formulação de recomendações que podem aprimorar as estratégias já implementadas. Dessa forma, o trabalho foi capaz de oferecer uma visão abrangente e crítica sobre a efetividade do Programa Busca Ativa na rede municipal de Fortaleza, alinhando-se aos objetivos de análise e reflexão propostos pela pesquisa.

O Quadro 2 traz uma síntese dos procedimentos adotados seguidos de suas respectivas técnicas e instrumentos de coleta.

Quadro 2 - Delineamento da Pesquisa.

ETAPAS	PROCEDIMENTOS	TÉCNICAS	INSTRUMENTOS	ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS
1	Pesquisa bibliográfica	Levantamento bibliográfico	Livros, artigos, dissertações e teses	OE 1
2	Pesquisa documental	Análise de documentos	Documentos, Leis, decretos, entre outros	OE 1
3	Pesquisa de Campo	Entrevista semi-estruturada	Roteiro de entrevista	OE 2 e 3
		Observação participante	• Formulário de observação • Diário de Campo	

Fonte: elaborado pela autora

A coleta de dados inclui entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo do material institucional, buscando uma compreensão profunda e contextualizada das práticas educacionais inclusivas.

As técnicas de pesquisa qualitativa são fundamentais para a coleta de dados ricos e detalhados sobre fenômenos sociais, culturais e comportamentais. Entre as diversas técnicas utilizadas, a entrevista semiestruturada e a observação participante se destacam pela sua flexibilidade, profundidade e capacidade de proporcionar uma compreensão mais holística dos contextos investigados. Ambas são especialmente úteis quando se deseja explorar a subjetividade e as experiências individuais dos participantes em seus contextos naturais.

A seguir, apresentamos as fundamentações teóricas e práticas dessas duas técnicas de pesquisa qualitativa, com base em suas características, vantagens e desafios.

A entrevista semiestruturada é uma das técnicas qualitativas mais utilizadas em estudos que buscam entender as experiências, percepções e significados atribuídos pelos indivíduos aos fenômenos que os cercam. De acordo com Minayo (2010), essa técnica de

entrevista se caracteriza pela flexibilidade, permitindo que o pesquisador tenha um guia com questões preestabelecidas, mas mantendo a liberdade para explorar as respostas do participante de maneira mais aberta e adaptável.

A entrevista semiestruturada pode ser vista como uma combinação entre a entrevista estruturada (com perguntas fixas e definidas) e a entrevista não estruturada (mais espontânea, sem perguntas pré-determinadas). No modelo semiestruturado, o pesquisador segue um roteiro com questões previamente elaboradas, mas as respostas dos entrevistados podem levar a novas questões, permitindo ao entrevistador explorar aspectos inesperados ou aprofundar temas emergentes.

O entrevistador tem liberdade para se adaptar ao fluxo da conversa, ajustando o rumo das perguntas conforme o que surge durante a entrevista. Isso permite uma maior riqueza nas respostas e uma compreensão mais profunda das experiências da entrevista. A possibilidade de seguir um roteiro, mas também de explorar diferentes áreas conforme o entrevistado se expressa, torna a entrevista semiestruturada particularmente útil para explorar questões complexas ou subjetivas, como sentimentos, opiniões, crenças ou experiências de vida. A conversa pode ser conduzida de maneira mais natural e amigável, favorecendo a criação de um ambiente de confiança, o que, por sua vez, pode resultar em respostas mais honestas e detalhadas por parte dos participantes.

Durante a entrevista, o pesquisador começa com questões gerais e vai ajustando o rumo da conversa conforme as respostas dos participantes, aprofundando-se em pontos relevantes ou surgindo com novas perguntas baseadas no que foi dito. Além disso, a entrevista semiestruturada é frequentemente gravada (com o consentimento do participante) e transcrita para análise posterior. A entrevista semiestruturada permite então que o pesquisador obtenha uma compreensão mais rica e detalhada da visão de mundo do entrevistado. A flexibilidade do formato possibilita a descoberta de novos temas que não haviam sido antecipados. Além disso, ela permite maior liberdade de expressão ao participante, gerando dados mais genuínos.

O principal desafio dessa técnica é que, por ser flexível, ela exige do entrevistador habilidades para manejar a conversa de forma a não perder o foco da pesquisa e garantir que todos os aspectos relevantes sejam explorados. A análise dos dados também pode ser mais complexa devido à variedade de respostas e ao volume de informações coletadas.

A observação participante é uma técnica de pesquisa em que o pesquisador se envolve ativamente no ambiente ou contexto que está sendo estudado. Em vez de ser um observador passivo, o pesquisador participa das atividades do grupo ou comunidade, ao mesmo tempo em que coleta dados sobre os comportamentos, interações e práticas dos participantes.

Essa técnica é amplamente utilizada em estudos etnográficos e em outras investigações que buscam compreender fenômenos em seu contexto natural e cotidiano.

Esta observação, segundo Silva (2016), caracteriza-se pela imersão do pesquisador no ambiente de estudo, o que lhe permite obter uma compreensão direta e autêntica das práticas e interações que ocorrem naquele contexto. O pesquisador pode adotar diferentes graus de participação, desde uma observação mais distante, apenas registrando o que acontece, até uma participação ativa, onde ele se envolve nas atividades do grupo de forma mais próxima. A observação no contexto natural permite ao pesquisador compreender as práticas sociais, culturais ou comportamentais de forma mais holística, já que ele pode observar diretamente os processos, interações e dinâmicas que ocorrem no ambiente estudado.

Ao observar os comportamentos e interações, o pesquisador também coleta dados não verbais (como gestos, expressões faciais, linguagem corporal, etc.), que muitas vezes não são acessíveis por outras técnicas, como a entrevista. Ao participar ativamente do ambiente, o pesquisador tem a oportunidade de construir relações mais estreitas com os participantes, o que pode resultar em uma melhor compreensão das suas perspectivas e uma maior confiança na coleta de dados.

Durante a observação participante, o pesquisador deve decidir seu grau de envolvimento no contexto: pode ser um participante observador (onde o pesquisador participa das atividades, mas mantém um papel de observador) ou um observador participante (onde o pesquisador se envolve profundamente, interagindo com os participantes). Independentemente do grau de participação, o pesquisador deve sempre manter um equilíbrio entre seu papel de participante e sua função de observador.

Tanto a entrevista semiestruturada quanto a observação participante são técnicas valiosas para a pesquisa qualitativa, proporcionando insights profundos e ricos sobre os fenômenos estudados. A entrevista semiestruturada, com sua flexibilidade e capacidade de explorar experiências subjetivas, é ideal para entender as percepções e significados individuais, enquanto a observação participante permite uma compreensão contextualizada e detalhada das dinâmicas sociais e culturais em campo. Ambas as técnicas, quando bem aplicadas, oferecem dados preciosos para a pesquisa social e humana, contribuindo para o avanço do conhecimento e para a construção de teorias mais representativas e contextualizadas.

A entrevista semiestruturada foi adotada na pesquisa como técnica fundamental para acessar, de forma aprofundada, as percepções de gestores, professores e pais sobre o Programa Busca Ativa. Sua estrutura flexível permitiu que o roteiro de perguntas servisse como guia, mas abrisse espaço para explorações espontâneas, ampliando a compreensão das vivências

e dos desafios enfrentados pelos participantes. Segundo Gil (2021), essa técnica oferece o equilíbrio ideal entre sistematização e liberdade, possibilitando a coleta de dados subjetivos, como sentimentos, opiniões e experiências pessoais, fundamentais para avaliar o impacto e a efetividade da política educacional. Embora demande habilidade por parte do entrevistador e rigor na análise das respostas, sua riqueza qualitativa é incontestável.

Complementando essa abordagem, a observação participante foi utilizada como instrumento para captar, de maneira direta, as práticas cotidianas das escolas envolvidas no programa. A inserção do pesquisador no ambiente escolar, sem um protocolo rígido, favoreceu o registro de interações espontâneas e a compreensão do contexto real de aplicação da política. Essa técnica permitiu observar como a Busca Ativa se traduzia nas ações práticas, nos relacionamentos entre os atores e na rotina pedagógica, fornecendo uma dimensão mais concreta da política em ação. A combinação entre entrevista e observação contribuiu para uma análise mais densa, contextualizada e sensível às dinâmicas sociais envolvidas na política pública investigada.

A observação participante é uma técnica qualitativa que permite ao pesquisador imergir no ambiente estudado para captar as interações sociais e comportamentos dos sujeitos em seu contexto real. De acordo com Silva (2016), essa prática garante uma compreensão mais autêntica dos fenômenos, pois o pesquisador não apenas observa, mas também participa ativamente das dinâmicas do grupo, o que favorece a percepção de aspectos culturais e sociais muitas vezes invisíveis em métodos mais formais. O grau de envolvimento pode variar, mas o essencial é manter um equilíbrio entre participação e análise, evitando interferências indevidas nas ações dos observados.

Uma das principais contribuições da observação participante é a possibilidade de registrar dados não verbais, como expressões corporais, atitudes e interações espontâneas que não seriam captadas em entrevistas. Essa aproximação também facilita o desenvolvimento de relações de confiança entre pesquisador e participantes, o que enriquece a coleta de dados. No entanto, exige atenção contínua para que a presença do pesquisador não altere significativamente o comportamento dos sujeitos, garantindo, assim, a fidedignidade dos dados obtidos.

No contexto da presente pesquisa, a combinação da observação participante com entrevistas semiestruturadas oferece uma abordagem metodológica robusta. A entrevista permitirá captar as percepções e experiências de gestores, professores e pais acerca da política de Busca Ativa, enquanto a observação trará à tona os desdobramentos práticos da implementação dessa política no cotidiano escolar. Essa articulação entre escuta e observação

viabiliza uma análise mais aprofundada sobre os efeitos da política na permanência escolar dos alunos, contribuindo para a compreensão do seu impacto real nos territórios investigados.

2.5 Procedimento de análise dos dados

A análise de conteúdo é uma metodologia amplamente utilizada nas Ciências Humanas e Sociais para examinar e interpretar dados qualitativos, como textos, discursos, imagens, entrevistas, entre outros tipos de comunicação. Desenvolvida por Pierre Mouly e posteriormente aprimorada por Laurence Bardin (2016), a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas sistemáticas que visa a compreender o significado subjacente dos textos analisados, identificando padrões, temas e categorias que emergem a partir do conteúdo analisado. Em sua obra "Análise de Conteúdo" (2016), Bardin apresenta um método de análise que se torna um dos mais importantes referenciais para pesquisadores que buscam interpretar dados qualitativos de forma rigorosa e estruturada.

A Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016), é um conjunto de técnicas de comunicação que possibilita a descrição objetiva e sistemática de um conteúdo por meio de categorias que surgem a partir dos dados. Ela se aplica principalmente à análise de conteúdos textuais, mas também pode ser utilizada para a análise de discursos orais, audiovisuais e outros tipos de material informacional. O objetivo central da análise de conteúdo é interpretar e extrair significados dos dados coletados, permitindo que o pesquisador compreenda as mensagens, as intenções, as representações sociais ou as tendências presentes no material analisado.

A metodologia busca ir além do simples entendimento superficial, identificando padrões, temas ou categorias repetitivas que permitem compreender a construção de significados e contextos nos textos ou nas falas dos sujeitos. Isso é feito por meio da organização e classificação do conteúdo em unidades de análise (palavras, frases, parágrafos, segmentos) que depois são agrupadas em categorias mais amplas e significativas.

Bardin (2016) descreve a Análise de Conteúdo como um processo composto por três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise é a fase inicial do processo de análise e envolve a organização do material a ser analisado, bem como a definição dos objetivos e das questões de pesquisa. Nesse momento, o pesquisador realiza uma leitura flutuante do conteúdo para se familiarizar com o material e identificar os aspectos que serão explorados.

A etapa de pré-análise também pode incluir a formulação das hipóteses iniciais e a definição das unidades de registro (unidades mínimas que serão analisadas, como palavras ou

frases) e unidades de contexto (que são os segmentos maiores que envolvem uma determinada ideia ou tema).

Um aspecto fundamental dessa fase é a escolha das categorias de análise, que podem ser previamente estabelecidas ou surgir durante o processo de leitura do conteúdo. As categorias devem ser relevantes para a pesquisa e devem permitir a classificação dos dados de forma que se revelem os padrões e os temas presentes no conteúdo.

A segunda etapa é a exploração propriamente dita, onde o material é lido e analisado de forma mais detalhada. Nessa fase, as unidades de análise identificadas são agrupadas em categorias. A exploração do material envolve uma leitura atenta, buscando os conteúdos explícitos e implícitos que podem ser agrupados de acordo com a interpretação do pesquisador.

Durante essa fase, o pesquisador realiza a codificação do material, ou seja, ele atribui rótulos (códigos) às unidades de conteúdo que compartilham um tema comum. As categorias são a base para a construção da análise e podem ser tanto dedutivas (quando surgem de uma teoria ou conceito previamente definidos) quanto indutivas (quando as categorias surgem diretamente da leitura do material, sem prévias definições teóricas).

Após a exploração do material, a fase final da análise consiste no tratamento dos resultados, onde as informações extraídas são interpretadas, organizadas e analisadas. Nessa etapa, o pesquisador interpreta as categorias formadas e as relaciona com o contexto da pesquisa, oferecendo uma explicação para os padrões encontrados. O tratamento dos resultados também envolve a discussão sobre os significados dos achados e a relação desses significados com os objetivos da pesquisa.

A interpretação final permite que o pesquisador ofereça respostas às questões levantadas na pesquisa e, dependendo do caso, pode levar à formulação de novas perguntas ou hipóteses. A interpretação deve ser cuidadosamente fundamentada, com base na categorização dos dados, nas evidências extraídas e nas teorias que sustentam a pesquisa.

Bardin (2016) distingue diferentes abordagens para a análise de conteúdo, sendo as mais comuns a análise quantitativa e a análise qualitativa.

A análise quantitativa, se concentra na contagem de ocorrências de determinadas palavras ou categorias dentro do conteúdo analisado. O objetivo é identificar a frequência com que certos temas ou palavras aparecem no texto, o que pode revelar tendências ou padrões de comportamento. A análise quantitativa tende a utilizar métodos estatísticos para apresentar os dados de forma numérica, o que pode ajudar a reforçar a validade da pesquisa.

A análise qualitativa, por outro lado, vai além da contagem e busca compreender o significado e o contexto dos conteúdos. O foco está na interpretação das categorias e na

compreensão dos processos de significação que elas representam. Em vez de apenas medir a frequência de determinadas palavras ou frases, o pesquisador procura entender as relações e os sentidos que esses elementos carregam.

A metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) é uma ferramenta poderosa para a interpretação de dados qualitativos, permitindo que o pesquisador extraia significados de textos e outros conteúdos informacionais de maneira sistemática e rigorosa. Sua flexibilidade e adaptabilidade tornam-na útil em diversas áreas do conhecimento, como nas Ciências Sociais, Psicologia, Comunicação, Educação, entre outras. Ao adotar um processo estruturado de análise, que envolve a pré-análise, a exploração e o tratamento dos resultados, a análise de conteúdo possibilita uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, enriquecendo o entendimento dos temas e questões propostas na pesquisa.

A aplicação da Análise de Conteúdo exige do pesquisador não apenas domínio técnico sobre o método, mas também uma postura crítica diante do material analisado. Isso porque os significados extraídos dos dados não são neutros nem automáticos; eles dependem da sensibilidade do pesquisador para captar nuances, contradições e elementos simbólicos presentes nos discursos. Dessa forma, o processo analítico demanda constante retorno ao conteúdo original, revisão das categorias e confrontação com o contexto empírico da pesquisa. Essa postura contribui para que os resultados obtidos não se limitem à reprodução de falas ou dados, mas ofereçam interpretações que dialoguem com a realidade concreta dos sujeitos envolvidos no estudo.

O uso da Análise de Conteúdo permite ampliar o alcance da pesquisa qualitativa ao estabelecer conexões entre diferentes unidades de sentido identificadas no material. Ao organizar o conteúdo em categorias significativas, o pesquisador pode construir relações entre temas que, à primeira vista, pareceriam isolados. Esse cruzamento de informações favorece a formulação de análises mais consistentes sobre comportamentos, percepções, práticas sociais ou institucionais, o que é especialmente útil em pesquisas que envolvem temas complexos, como políticas públicas, educação, saúde ou processos de exclusão social. A técnica, portanto, não apenas organiza os dados, mas também contribui para uma leitura mais aprofundada da realidade investigada.

3 O PROGRAMA BUSCA ATIVA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL DE CONTINGÊNCIA DA EVASÃO ESCOLAR

Nesta seção, apresentamos o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa sobre Avaliação da política pública Busca Ativa como monitoramento da frequência diária do estudante da rede municipal de ensino de Fortaleza.

Com isso buscamos obter uma visão mais abrangente das principais teorias e estudos relacionados, destacando a relevância da Busca Ativa escolar. Este referencial está organizado nas seguintes subseções: a subseção 3.1, que discute as políticas públicas de educação e sua relevância social, abordando as iniciativas que visam promover a inclusão educacional e reduzir desigualdades; e a seção 3.2, que foca no Programa Busca Ativa como uma política pública educacional de contingência da evasão escolar, analisando seus objetivos, funcionamento e resultados esperados.

A partir da análise de obras e teorias que tratem deste tema buscamos identificar lacunas na literatura existente, as quais esta dissertação pretende explorar, com o intuito de contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre a eficácia do Programa Busca Ativa na redução da evasão escolar em Fortaleza.

3.1 As políticas públicas de educação e sua relevância social

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu artigo 205, assegura que a educação é um direito de todos, sendo também um dever do Estado e da família. Sua promoção deve ocorrer em cooperação com a sociedade, com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho.

Silva e Souza (2020) ressaltam que esse direito está diretamente ligado à busca pela igualdade, visando à conquista da liberdade, que abrange a autonomia, a emancipação e o crescimento pessoal. Nesse sentido, a educação deve ser flexível e adaptável às transformações constantes da sociedade. A prática educativa precisa ser emancipadora, fundamentada na realidade das pessoas e no esforço para construir o conhecimento de maneira que elas possam intervir nos contextos nos quais estão inseridas. Freire (1987, p. 22) destaca que:

A práxis é reflexão e ação dos humanos sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. Dessa forma, essa

superação exige a inserção crítica dos oprimidos na sociedade opressora, com a qual, simultaneamente, atuam sobre ela.

A oferta de uma educação de qualidade é um dos maiores desafios enfrentados no Brasil. Embora existam ações em diversas esferas do governo para garantir os direitos educacionais de crianças e jovens, é necessário que essas iniciativas sejam efetivas e acompanhadas de continuidade nas suas execuções.

Desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), programas voltados para a permanência escolar foram implementados, mas a continuidade e os resultados desses programas ainda são questões problemáticas. No contexto da região amazônica, as dificuldades geográficas e logísticas tornam esses desafios ainda mais pronunciados. Muitas populações locais, como indígenas e ribeirinhos, acabam ficando à margem da sociedade e enfrentam barreiras significativas para o acesso à educação, o que resulta em altos índices de evasão escolar (Anic; Silva, 2021).

Ao se falar sobre políticas públicas de educação não tem como desvinculá-las da educação. Não se trata de um arcabouço que serve à demagogia dos governantes ou friamente de um dado a serviço da epistemologia, mas antes e, sobretudo ao que é o princípio básico da vida em sociedade: a harmonia social.

A evasão escolar constitui um fenômeno multifacetado, resultante de um conjunto de fatores que envolvem desde a realidade institucional até questões familiares e pessoais do estudante. Diante dessa complexidade, o enfrentamento da problemática exige ações articuladas e consistentes por parte do poder público, que garantam aos gestores escolares e educadores condições adequadas para a realização do processo de ensino e aprendizagem.

Como observam Branco *et al.* (2020), é fundamental que haja uma integração entre diferentes setores envolvidos na proteção da infância e juventude. Isso implica na criação de uma Rede de Proteção que reúna a escola, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar e os serviços de assistência social, com o objetivo de assegurar o direito à educação a todas as crianças, adolescentes e jovens.

Há iniciativas governamentais voltadas para a melhoria da gestão educacional, com foco em infraestrutura, na promoção da participação comunitária e na criação de projetos que fortaleçam os vínculos entre escola e sociedade. Um exemplo significativo é o Movimento Todos Pela Educação, de natureza não governamental, que propõe metas objetivas: garantir a matrícula de todos os jovens de 4 a 17 anos; assegurar a alfabetização até os 8 anos de idade; promover o aprendizado adequado em cada etapa escolar; garantir a conclusão do ensino médio

até os 19 anos; e ampliar os investimentos em educação, com boa gestão dos recursos (Brasil, 2009).

O direito à educação é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), especialmente em seu artigo 53, que reforça o compromisso com o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Esse direito é também reiterado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que fundamenta a estrutura do sistema educacional brasileiro.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece uma série de metas voltadas para a ampliação da oferta e da qualidade da educação básica. Entre as metas que se relacionam diretamente com o enfrentamento da evasão escolar estão: a universalização do ensino fundamental para estudantes entre 6 e 14 anos (Meta 2); a ampliação do acesso ao ensino médio para jovens de 15 a 17 anos (Meta 3); a alfabetização de todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental (Meta 5); e a elevação da taxa de alfabetização de jovens e adultos, com vistas à erradicação do analfabetismo absoluto e redução significativa do analfabetismo funcional (Meta 9) (Brasil, 2014).

Apesar dos avanços previstos, ainda existem grandes desafios para assegurar o cumprimento dessas metas, sobretudo devido à priorização limitada que a educação recebe por parte dos gestores públicos. Muitas vezes, questões educacionais são relegadas a um segundo plano, mesmo diante de sua importância estratégica.

A efetivação dessas metas depende do comprometimento das três esferas de governo — federal, estadual e municipal —, bem como de políticas públicas integradas que promovam a permanência do aluno na escola. Para isso, é necessário investimento contínuo em infraestrutura, contratação de profissionais, formação inicial e continuada de professores, concursos públicos, acesso equitativo aos serviços educacionais, além da criação de políticas sociais voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade.

A UNICEF (2021) aponta que ao se tratar sobre o tema das políticas públicas é importante falar em ferramentas de proteção integral às crianças e aos adolescentes precisam ser ativadas e amplificadas. Trata-se da mobilização intersetorial, da sociedade civil e de cada família. Como um grande grupo de apoio.

Ela ainda menciona que a proteção contra a violência doméstica, que recai sobre crianças e adolescentes, também precisa ser incrementada por meio da divulgação de campanhas e do fortalecimento das parcerias com a assistência social e a saúde. Para a UNICEF (2021):

não menos importante é a preparação para receber essa parcela da população que nunca esteve ou que retorna às escolas. Trata-se de acolher as populações negra, indígena, LGBT e garantir a elas a possibilidade de serem como são, combatendo as discriminações, acolhendo diferenças corporais. (UNICEF, 2021).

3.2 Políticas Públicas: Definição, Contexto, Papel Do Estado, Tipos De Pp'S

Antes de entrar na discussão é preciso definir o conceito de políticas públicas, porque são dois conceitos que podem ser pensados de forma separada, entretanto quando pensadas juntas seguem uma outra direção, ainda que tenham a mesma finalidade, que é preservar o bem da Polis, tão cara para o mundo grego.

Souza (2006) indica que as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. E em continuidade ao seu pensamento reforça que entender a origem e a ontologia de uma área é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas.

Ainda segundo Souza (2006), Os "pais" fundadores da área de políticas públicas contou com quatro grandes "pais" fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos de 1930, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

À guisa de esclarecimento e para um melhor entendimento, tem-se uma ligeira explicação, segundo Souza (2006). Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Toda sociedade com certa complexidade possui uma instância de poder destinada exclusivamente à gestão de negócios públicos Aranha, Martins (1998, p. 151).

Segundo as autoras, a política é a atividade que diz respeito à vida pública. A política é, portanto, a arte de governar, de gerir os destinos da cidade, finalizam. Tendo sempre como ponto basilar o interesse comum.

Para Peters, política pública corresponde à soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegações, influenciando a determinado modo, a vida dos cidadãos (Souza, 2006). Tudo que se relaciona à políticas públicas tem como origem e finalidade as pessoas, a questão se volta para as necessidades da população.

Em um mesmo sentido, Norberto Bobbio (*apud*. Rodrigues, 2010) define políticas públicas como a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas. Partindo desse pressuposto, cabe ao Estado o poder de legislar e tornar eficazes os mecanismos que ditarão o ordenamento jurídico que defina os limites e a sua eficácia entre os cidadãos.

Nos últimos anos, a política pública como um campo de estudo tem ganhado grande importância. Ela se destaca pela capacidade de enfrentar diversos problemas que desafiam as administrações governamentais. Originando-se na década de 1930, nos Estados Unidos, tornou-se uma área de conhecimento e uma disciplina acadêmica voltada para as ações dos governos, ao contrário da Europa, onde o foco é nas teorias explicativas relacionadas ao Estado e à função do governo na elaboração de políticas públicas.

A política pública passa a ser objeto de estudo com maior relevância nas últimas décadas no Brasil. Surge em meio à necessidade de solucionar problemas relevantes da sociedade e que desafiam o governo em meio à complexidade e falta de solução. Em suma, é a qualificação da ação para o enfrentamento de um problema importante e de caráter coletivo.

Temos portanto, um tema relevante e de extrema complexidade social, uma enorme quantidade de alunos evadidos do ambiente escolar devido às suas condições vinculadas a uma segregação social advinda de anos e anos de escravização em um país colonizado e um complexo embate para se enfrentar, nasce uma política pública de contingência destes números de evasão e abandono.

A evasão escolar é um fenômeno que tem impactado profundamente as instituições educacionais no Brasil, gerando grande preocupação entre profissionais da educação e pesquisadores da área. De acordo com Dore et al. (2014), a evasão escolar é um fenômeno complexo e multifacetado, com diversas causas que envolvem fatores individuais, sociais e institucionais. Esses fatores podem resultar tanto no abandono temporário do aluno (quando ele se afasta da escola por algum período) quanto na evasão definitiva (quando ele deixa a escola de forma permanente).

Segundo Ferreira (2001) e Queiroz (2002), a responsabilidade pela evasão escolar não recai exclusivamente sobre as instituições educacionais, mas também sobre a família e a ausência de políticas públicas eficazes. O Estado, ao não cumprir com sua função de garantir o direito à educação, contribui para o agravamento do problema.

No contexto da região amazônica, os problemas relacionados à evasão escolar são ainda mais graves. Os índices de abandono escolar na região Norte são significativamente mais altos do que em outras partes do Brasil, devido às condições geográficas e logísticas desafiadoras. Isso coloca as populações locais à margem da sociedade, com dificuldades de acesso à educação, o que contribui para o aumento da evasão (Anic; Silva, 2021).

Riffel e Malacarne (2010) definem a evasão escolar como a ação de abandonar a escola, o que pode ocorrer quando o aluno deixa de frequentar a instituição educacional para realizar outra atividade. Para Karasinski (2019), o conceito de evasão pode variar conforme o sistema educacional adotado, as práticas pedagógicas e as formas de avaliação utilizadas, considerando-se também o contexto específico em que o fenômeno ocorre.

Durante a pandemia de Covid-19, os desafios relacionados à evasão escolar se intensificaram, principalmente em áreas de difícil acesso, onde a falta de infraestrutura, como a internet, agravou ainda mais as desigualdades educacionais. Além disso, as dificuldades socioeconômicas também contribuíram para o aumento da evasão.

De acordo com Anic e Silva (2021), a diferenciação entre evasão e abandono escolar é complexa. A evasão é caracterizada pelo fato de o aluno sair da escola e não se matricular em outra instituição, enquanto o abandono ocorre quando o aluno se afasta temporariamente da escola, mas retorna no ano letivo seguinte. Silva Filho e Araújo (2017) corroboram esse conceito, relacionando o abandono ao afastamento do aluno do sistema de ensino sem solicitar transferência, o que resulta na sua exclusão do ambiente escolar.

A exclusão social dos estudantes que abandonam a escola é um problema grave e duradouro. Esses indivíduos enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e são marginalizados pela sociedade. Boneti (2003) argumenta que a exclusão não pode ser vista de forma fragmentada, pois ela afeta vários aspectos da vida do indivíduo, como o social, o econômico e o educacional.

A exclusão compromete o papel do cidadão na sociedade e, portanto, é fundamental que esses estudantes tenham acesso à educação de qualidade, conforme preveem a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (Brasil, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (Brasil, 1996), que garantem o direito à educação para todos.

Segundo Secchi, (2010, p. 4,) o que define se uma política é ou não pública, é se ela responde a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo de pública.

Assim, as políticas públicas surgem no cenário da globalização como forma de regulação social e de ajuste estrutural, como um mecanismo formal (Estado) e informal (sociedade civil) que estruturam o conjunto de setores da vida social, política e econômica, nas dimensões pública e privada e que, no caso específico do Brasil, apontam para uma concepção produtivista e mercantilismo, procurando desenvolver habilidades e competências definidas pelo mercado, o que possibilitaria a empregabilidade (Frigotto, 2001, p. 64).

Segundo Frigotto as Políticas públicas, nesse sentido, como estratégias e ações adotadas para resolver problemas sociais, econômicos e ambientais, visando o bem-estar coletivo e a melhoria da qualidade de vida da população e ou pelo menos uma tentativa de equilíbrio estrutural. Elas englobam uma ampla estrutura de iniciativas, desde a formulação de leis e regulamentações até a implementação de programas e serviços públicos.

A importância das políticas públicas reside em sua capacidade de estruturar e coordenar respostas eficazes a desafios coletivos, promovendo justiça social, equidade e desenvolvimento sustentável. Ao definir prioridades e investir recursos, as políticas públicas influenciam diretamente a sociedade, moldando aspectos fundamentais da vida cotidiana, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Além disso, elas têm um papel crucial na diminuição das desigualdades, na promoção da inclusão e no progresso econômico e social, refletindo e respondendo às necessidades da população menos favorecida e que mais necessita.

É o que fica claro quando se percebe que tudo quanto envolve a produção de bens públicos, cabendo ao Estado a garantia de políticas que se processam oriundas de diversos interesses, necessidades e demandas de dada população que vive em delimitado território (Rodrigues, 2010).

Assim, as políticas públicas surgem no cenário da globalização como forma de regulação social e de ajuste estrutural, como um mecanismo formal estado e informal, sociedade civil que estruturam o conjunto de setores da vida social, política e econômica, nas dimensões pública e privada e que no caso específico do Brasil, apontam para uma concepção produtivista e mercantilista, procurando desenvolver habilidades e competências definidas pelo mercado, o que possibilitaria a empregabilidade (Frigotto, 2001, p. 64).

A educação, como princípio fundamental de uma sociedade democrática, enfrenta desafios substanciais em contextos de desigualdade social. A evasão escolar, por

exemplo, é um fenômeno que tem suas raízes em diversas determinantes sociais e econômicas, que afetam diretamente o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas.

Segundo Castro (2021), a análise das determinantes sociais e econômicas da evasão escolar revela que, em grande parte, a permanência dos estudantes na escola depende de fatores como a renda familiar, a estabilidade do ambiente social e a qualidade das políticas educacionais implementadas. Dessa forma, as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a inclusão escolar, desempenham um papel crucial na minimização desses obstáculos.

Dentro desse contexto, as políticas de busca ativa se destacam como uma estratégia de combate à evasão escolar. Segundo Mendes e Ribeiro (2020), a busca ativa é um mecanismo utilizado para identificar e reverter o abandono escolar, através de intervenções que buscam não apenas a reintegração dos alunos ao sistema escolar, mas também a criação de condições para que eles possam concluir sua trajetória educacional com sucesso.

A eficácia dessas políticas, no entanto, está atrelada à sua capacidade de articular as necessidades individuais dos alunos com as condições materiais e pedagógicas oferecidas pelas instituições de ensino. Nesse sentido, a formação dos professores e as metodologias de ensino utilizadas desempenham um papel decisivo.

A importância da pedagogia na construção do conhecimento e na formação de cidadãos críticos e participativos é amplamente discutida por Paulo Freire (1996), que defende a educação como um processo de libertação.

Para Freire, o ensino não deve ser visto apenas como transmissão de conteúdos, mas como um processo dialógico e reflexivo, que valoriza o conhecimento do aluno e sua capacidade de transformação da realidade. Essa perspectiva está intimamente ligada ao conceito de "pedagogia da autonomia", onde o professor não é um mero transmissor de saberes, mas um facilitador do aprendizado, ajudando os alunos a desenvolverem sua capacidade crítica e sua ação transformadora na sociedade.

No entanto, a implementação de políticas públicas de educação que priorizem a inclusão social e o combate à evasão escolar requer também uma análise crítica das condições estruturais e dos desafios impostos pela desigualdade social. De acordo com Jessé Souza (2009), as disparidades sociais no Brasil geram uma divisão entre a educação destinada aos mais pobres e aquela destinada aos mais ricos, reproduzindo um sistema de exclusão social que se reflete nas escolas.

A “escola do conhecimento social”, como descrita por Libâneo (2012), é um exemplo claro dessa segregação, onde os alunos das classes populares, muitas vezes, têm acesso

a uma educação que reforça as desigualdades, ao invés de propiciar condições para a mobilidade social.

A implementação efetiva de políticas públicas de inclusão, portanto, exige um comprometimento profundo com a democratização do acesso à educação de qualidade. Isso envolve não só o desenvolvimento de metodologias de ensino que respeitem a diversidade dos alunos, mas também a criação de um ambiente escolar que ofereça condições adequadas para a aprendizagem. Segundo Bourdieu (1989), a educação deve ser entendida como um campo simbólico que, ao mesmo tempo em que reproduz as desigualdades sociais, pode ser um vetor de transformação se houver uma real valorização da pluralidade de experiências e saberes presentes nas salas de aula.

Portanto, ao refletirmos sobre a evasão escolar e as políticas de busca ativa, é fundamental reconhecer que a educação não é apenas uma questão de acessar o conteúdo curricular, mas de garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural, embora essa seja uma realidade utópica na atualidade.

3.3 O Programa Busca Ativa como Política Pública Educacional de contingência da evasão escolar

O Programa Busca Ativa Escolar surge como uma resposta estratégica e emergencial às altas taxas de evasão escolar observadas no Brasil, especialmente nas redes públicas de ensino. Esse programa, implantado em 2017, no governo Dilma, tem o objetivo de identificar e monitorar os alunos em risco de abandono escolar, busca garantir que crianças e adolescentes permaneçam na escola, promovendo a educação como um direito inalienável.

A evasão escolar, fenômeno complexo e multifacetado, é influenciada por uma série de fatores sociais, econômicos e institucionais, que exigem uma ação integrada e coordenada para sua mitigação.

No contexto brasileiro, as políticas públicas educacionais devem ser pensadas de forma a enfrentar essas questões estruturais, e o Programa Busca Ativa se destaca como uma ferramenta inovadora para a continuidade dos estudos de alunos vulneráveis. Ao unir tecnologias de monitoramento com uma abordagem mais próxima da comunidade escolar, o programa visa não apenas a detecção precoce da evasão, mas também a promoção de ações de reintegração, envolvimento familiar e fortalecimento da rede de apoio.

Esta pesquisa busca analisar a efetividade do Programa Busca Ativa como política pública educacional, refletindo sobre suas contribuições para a redução da evasão escolar e a melhoria da qualidade da educação, considerando suas limitações e desafios para a implementação plena e sustentável em diversos contextos.

Essa norma reforça que o Estado deve assegurar não apenas o acesso, mas também a garantia da continuidade dos estudos e a formação cidadã dos indivíduos. Ao promover essa redação, a Constituição enuncia a educação como um direito social fundamental, reafirmando, ainda, que a responsabilidade pela sua efetivação é compartilhada com a família e a sociedade. Esse preceito constitucional legitima políticas como a Busca Ativa, já que visa garantir a permanência dos alunos na escola.

A educação deve ser fundamentada nos princípios da igualdade de oportunidades para o acesso e a permanência nas instituições de ensino. Contudo, as políticas públicas implementadas na educação básica em todo o território nacional não criaram as condições necessárias para atingir um nível satisfatório de qualidade.

Para tanto, é necessário entender a execução da Busca Ativa e Monitoramento da frequência diária dos alunos como uma ação subjacente de política pública educacional, considerando que se trata de um projeto na rede de ensino da cidade de Fortaleza. Segundo Ximenes (2018), a execução permite entender a efetivação de políticas, programas e iniciativas. O autor destaca três aspectos que possibilitam a análise da implementação:

A primeira, sob o aspecto essencialmente operacional, avalia se determinada atividade foi ou não exitosa, por exemplo, a partir de uma determinada particularidade, no nível da execução. Na segunda vertente, na perspectiva da análise de programa propriamente dito, considera-se se foi eficiente quanto à utilização dos recursos, ou eficaz quanto à realização 38 daquilo que se propôs a fazer. Quanto à terceira vertente, é importante saber que, por detrás de qualquer implementação de programa, existe uma concepção de política pública, implícita ou explícita, menos ou mais aprofundada. (Ximenes, 2018, p. 17).

A execução da Busca Ativa e o Monitoramento da frequência diária dos alunos, de maneira mais ou menos detalhada, como abordado na terceira vertente, será vista dentro da perspectiva de política pública, já que busca solucionar a questão do absenteísmo escolar. A iniciativa da busca ativa representa um esforço do município para efetivar estratégias e cumprir as metas estabelecidas neste plano.

Para uma melhor compreensão, Rua (2014) ressalta que o entendimento dos objetivos e das normas indica o que pode ser realizado, mas não orienta sobre os esforços

necessários das agências responsáveis pela implementação no que tange à cooperação e ao engajamento dos envolvidos na política.

Traçar a evolução da busca ativa escolar ao longo do tempo, envolve analisar como a abordagem e as práticas relacionadas a identificar e envolver alunos ausentes ou em risco de evasão escolar mudaram e se adaptaram às necessidades e contextos educacionais ao longo dos anos.

No plano de políticas públicas, o Programa Busca Ativa Escolar emerge como uma resposta organizada a esse cenário. Trata-se de uma política distributiva e redistributiva, conforme as categorias de Lowi (1964; 1972), pois mobiliza recursos públicos e prioriza grupos vulneráveis. Sua implantação precede o enfrentamento da evasão escolar, cumprindo as metas da LDB e os objetivos do PNE. Ao atuar proativamente para localizar e apoiar alunos ausentes, o programa não apenas cumpre a função educativa do Estado, mas também atende a uma necessidade social urgente.

Portanto, esse enfoque político-institucional revela que a busca ativa é muito mais do que um instrumento administrativo: é uma ação estatal estratégica, legitimada por marcos legais e vinculada a direitos constitucionais, que busca promover a justiça educacional por meio da intervenção direta junto às causas da evasão.

Antes do século XX, a educação formal era um privilégio restrito a uma minoria da população. Em muitas sociedades, o acesso ao ensino era limitado, e a preocupação com a frequência escolar e a evasão não figurava entre as prioridades das comunidades. Nesse contexto, a maior parte dos jovens não tinha a oportunidade de frequentar a escola de maneira regular, e a educação era considerada uma questão de elite.

Com o advento do século XX, no entanto, o cenário começou a mudar. O surgimento de políticas educacionais marcou o início de um novo capítulo na história da educação. Reformas educacionais, impulsionadas pela crescente demanda por uma formação mais acessível e inclusiva, levaram à criação de sistemas de ensino mais estruturados. A obrigatoriedade da educação foi estabelecida em muitos países, e as escolas passaram a registrar a presença dos alunos de forma sistemática, permitindo um controle mais eficaz sobre a frequência escolar.

Paulo Freire (2007) defendia que o acesso à educação deve ser um direito universal e inalienável, ele argumentava que a educação deve ser uma prática libertadora, onde todos os indivíduos, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural, têm a oportunidade de aprender e se desenvolver. O autor ainda criticava a educação tradicional, que via como um processo bancário, em que o conhecimento é depositado nos alunos, sem espaço

para diálogo e reflexão. Ele enfatizava a importância de uma educação crítica, que não apenas oferecesse acesso ao conhecimento, mas também promovesse a conscientização sobre as realidades sociais e políticas, permitindo que os alunos se tornassem agentes de mudança em suas comunidades.

Esse mesmo pensamento sobre a perspectiva da educação brasileira encontra respaldo em Libâneo (2012) quando ele afirma que a defesa de uma escola pública obrigatória e gratuita para toda a população tem sido uma luta permanente entre os operadores da educação brasileira. E ressalta que isso faz com que sobressaiam temas sobre funções sociais e pedagógicas, como a universalização do acesso e da permanência, o ensino e a educação de qualidade, o atendimento às diferenças sociais e culturais, e a formação para a cidadania crítica. (Libâneo, 2012, p.15).

Um ponto de vista que conflui para o mesmo pano de fundo que é uma educação mais abrangente, mais sutil e sorrateira. No seguimento de totalizar as vias de acesso à educação como uma prioridade de toda a população sem distinção, como nos tempos passados e sem perder a ideia de qualidade, mais inclusiva e mais participativa, do ponto de vista dos menos favorecidos.

Ao que alerta Alves (1995, p.112) ao afirmar que os processos educativos, quando compreendidos de um ponto de vista sociológico, tem a função de criar bons remadores. Continuando seu raciocínio, alerta para o risco que correm as universidades de serem um fábrica para servir as muitas burocracias da sociedade.

Além disso, Paulo Freire (2007) acreditava que a inclusão na educação era fundamental para combater as desigualdades sociais. Ele defendia que a educação deve ser contextualizada e relevante para a vida dos alunos, reconhecendo suas experiências e culturas como partes essenciais do processo de aprendizado. Esse olhar atento do educador que ultrapassa os limites do seu campo de saber e toca o cotidiano dos alunos em sua realidade plena, essa evasão precisa ser entendida na sua totalidade.

Em resumo, Paulo Freire via o acesso à educação como um elemento vital para a justiça social e a emancipação, enfatizando a importância de um sistema educacional que seja inclusivo, crítico e transformador. Mais do que uma pedagogia, Paulo Freire criava uma filosofia da educação, com um corpo consistente, voltada à prática transformadora, como enfatiza Brabo (2021).

Durante esse período inicial de transformação, a atenção a problemas de frequência começou a se manifestar. A busca ativa, em sua forma mais rudimentar, surgiu como uma estratégia para lidar com a ausência escolar, visando garantir que os alunos frequentassem a

escola regularmente. A legislação e as políticas públicas se consolidaram ao longo do meio do século XX, enfatizando a necessidade de garantir a frequência escolar. Programas governamentais foram implementados, e novas estratégias começaram a ser desenvolvidas, como a análise sistemática das ausências e o envolvimento de assistentes sociais. Esse enfoque multidisciplinar visava criar um ambiente mais propício para a educação, abordando não apenas as questões de frequência, mas também os fatores sociais que a influenciavam.

À medida que o século XX chegava ao fim, a complexidade dos desafios enfrentados pela educação se tornava evidente. Modelos e programas mais sofisticados começaram a surgir, com ênfase na inclusão social. Reconheceu-se que as desigualdades sociais e econômicas eram fatores críticos que contribuíam para a evasão escolar. Assim, iniciativas mais amplas foram implementadas para atender às necessidades de alunos em situações vulneráveis, promovendo uma abordagem mais abrangente e humanizada na busca ativa escolar.

No início do século XXI, a tecnologia começou a desempenhar um papel crucial na educação. O uso de sistemas de informação e plataformas digitais transformou a maneira como a frequência escolar era monitorada. Abordagens baseadas em dados tornaram-se ferramentas indispensáveis, permitindo a identificação de padrões de absenteísmo e a previsão de riscos de evasão. A integração de serviços de saúde, assistência social e apoio psicológico refletiu uma mudança significativa: a busca ativa escolar passou a ser entendida de forma holística, abordando não apenas as faltas, mas também o bem-estar integral dos alunos.

Atualmente, as tendências mais recentes na educação focam na personalização do aprendizado. As abordagens contemporâneas buscam adaptar a educação às necessidades individuais dos alunos, com programas de busca ativa escolar frequentemente oferecendo suporte personalizado. Além disso, o envolvimento das famílias e comunidades tornou-se uma prioridade, com escolas colaborando cada vez mais com organizações locais para melhorar a frequência escolar.

Políticas modernas enfatizam a inclusão e a equidade, reconhecendo as barreiras estruturais e sociais que ainda afetam a educação. Assim, a busca ativa escolar se insere em um contexto mais amplo de promoção da justiça educacional, refletindo uma evolução contínua na maneira como se aborda a frequência e o engajamento escolar, segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

A evolução da busca ativa escolar reflete uma mudança de uma abordagem inicial e muitas vezes reativa para um modelo mais sistemático, baseado em dados e integrado. Desde os esforços básicos para monitorar a frequência escolar até o uso avançado de tecnologia e

estratégias personalizadas, a busca ativa escolar continua a se adaptar para atender às necessidades em constante mudança dos alunos e das comunidades educacionais. A tendência é que as práticas continuem a evoluir com base em novas pesquisas, tecnologias e políticas para melhorar a eficácia da busca ativa e garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de concluir sua educação.

A busca ativa escolar em Fortaleza é uma prática que visa identificar e buscar por crianças e adolescentes que estão fora da escola, garantindo assim o seu direito à educação. No município de Fortaleza, a busca ativa escolar é realizada através de ações coordenadas entre a Secretaria Municipal de Educação, as escolas, os conselhos tutelares, as assistências sociais e outras instituições públicas e privadas.

Cada grupo escolar, a partir da sua experiência e dinâmica pode desenvolver o acompanhamento diário da presença dos alunos na escola e para dar continuidade à questão suscitada pode fornecer os dados necessários e análises precisas, que serão úteis para o monitoramento da temática proposta e necessariamente uma base de dados para estudos futuros.

Apontar, nesta pesquisa, os principais indicadores da evasão escolar, provoca uma discussão ampla sobre a temática, sobretudo por não minimizar as causas apontadas como se tudo estivesse relacionado apenas a um aspecto, que é extremamente relevante, como a necessidade da criança ou jovem em trabalhar, mas que não é único. E além da reflexão, buscar estratégias enquanto comunidade escolar para solucionar tal indicativo, torna-se além de necessário, um desafio a ser solucionado. O foco nas estratégias adotadas nos insere em um contexto crítico, contudo prático no que cerne à solução do problema.

De acordo com Mendes (2020), a infrequência e o abandono escolar não afetam apenas o aprendizado imediato dos estudantes, mas também perpetuam ciclos de desigualdade, restringindo significativamente suas oportunidades futuras. A ausência escolar está frequentemente ligada a um aumento na probabilidade de enfrentar baixa renda, desemprego e exclusão social ao longo da vida. Isso destaca a importância de implementar intervenções eficazes para combater esses problemas.

Diante da necessidade de melhorar a frequência escolar no município de Fortaleza, a Secretaria Municipal de Educação desenvolve uma política pública que representa um esforço importante no combate à evasão escolar, visando garantir o direito fundamental à educação para todos os jovens. A busca ativa de estudantes em situação de evasão escolar demanda o envolvimento de diversos setores e ações integradas para que sejam eficazes.

Além do mais, a criação de canais de comunicação entre a escola, a família e a comunidade são essenciais para identificar o mais breve possível os casos de infrequência e

atuar de forma a inibir as faltas frequentes ou que perpassam três dias. Segundo John Hattie (2009), a atuação antecipada e o suporte individualizado são fundamentais para evitar o abandono escolar.

A Busca Ativa Escolar, como política pública de combate à evasão escolar, se destaca por sua abordagem proativa e integral, voltada para a identificação e o acompanhamento dos estudantes que apresentam sinais de ausência ou risco de evasão. Em Fortaleza, essa política é implementada por meio de um esforço conjunto entre as escolas, a Secretaria Municipal de Educação (SME), os conselhos tutelares, e outras instituições de apoio. Através de um monitoramento constante da frequência dos alunos e da comunicação direta com as famílias, busca-se não apenas garantir o acesso, mas também a permanência do aluno na escola, evitando que fatores externos, como a necessidade de trabalho precoce, a vulnerabilidade social ou o desinteresse, prejudiquem o processo educacional.

A evolução dessa prática ao longo do tempo reflete uma mudança importante na forma como a educação lida com a frequência escolar. Inicialmente uma resposta reativa, a Busca Ativa hoje incorpora tecnologias de monitoramento mais sofisticadas e estratégias que envolvem a participação ativa da comunidade escolar. As práticas atuais são baseadas em dados e focam no suporte personalizado aos alunos, criando uma rede de apoio que vai além da sala de aula. Isso inclui o acompanhamento psicológico, o auxílio social e o desenvolvimento de ações específicas para cada aluno, de modo a abordar as causas da evasão.

Segundo o estudo de Mendes (2020), a evasão escolar não afeta apenas o desempenho acadêmico imediato, mas perpetua um ciclo de desigualdade social que pode comprometer as oportunidades de vida dos estudantes. A evasão está frequentemente associada a fatores como o aumento da probabilidade de vivenciar situações de pobreza, exclusão social e desemprego. Nesse contexto, a Busca Ativa se posiciona como uma estratégia essencial para quebrar esses ciclos, identificando precocemente os alunos em risco e garantindo que recebam o suporte necessário para continuar seus estudos.

A implementação efetiva dessa política exige uma articulação coordenada entre os diversos atores sociais, com a escola no papel central, mas com o apoio crucial das famílias, comunidades e demais órgãos públicos. Além disso, a busca ativa deve ser vista como uma ferramenta dinâmica, que se adapta às particularidades locais e às necessidades de cada estudante. A personalização das abordagens é fundamental, uma vez que cada caso de evasão ou infrequência escolar pode ter suas causas específicas, que vão desde questões familiares até dificuldades pedagógicas. Portanto, o engajamento de todos os envolvidos na comunidade

escolar, com foco na resolução dos problemas, se torna indispensável para a efetividade das políticas públicas no enfrentamento da evasão escolar.

A Busca Ativa se consolida como uma política pública de grande importância para o combate à evasão escolar, pois não se limita a uma ação pontual, mas envolve um processo contínuo de monitoramento, diagnóstico e intervenção. Ao integrar diferentes setores da sociedade, ela fortalece o compromisso com a educação e a promoção da equidade, oferecendo a todos os estudantes, independentemente de sua origem ou condição social, a oportunidade de acesso e permanência no ensino, cumprindo assim o princípio constitucional da educação como um direito de todos.

3.3.1 Os envolvidos no Busca Ativa Escolar

Cumpre resgatar e salientar as medidas adotadas e desenvolvidas na perspectiva de construir uma compreensão abrangente do programa Busca Ativa e avaliar as contribuições do Programa Busca Ativa para a permanência dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir das ações desenvolvidas em uma escola da rede pública do município de Fortaleza, na perspectiva da gestão escolar e dos monitores que atuam nesta política.

Santos *et al.* (2017) alerta para a realidade do educando em meio a uma sociedade que exclui, marginaliza e nesse aspecto o programa precisa estar integrado com os envolvidos na situação. E mais que isso, a preocupação se volta para a utilização de recursos que viabilizem uma estratégia mais ampla. Que inclua a sociedade como uma parte do todo, bem como os recursos e as ações de prevenção e proteção.

Essas ações incluem a realização de campanhas de sensibilização, visitas domiciliares, buscas em locais de grande concentração de crianças em situação de vulnerabilidade, entre outros. Além disso, são realizados cadastros para identificar as crianças e adolescentes que não estão matriculados e buscar soluções para que eles sejam inseridos na escola.

Além desses empecilhos, é comum que aconteça no âmbito educacional uma variedade de indagações e sindicâncias sobre qual é o papel da escola, propostas estas frequentemente antagônicas, indo desde as que pedem o retorno da escola tradicional, até as que preferem que ela cumpra missões sociais e assistenciais (Libâneo, 2012, p. 16).

A proposta que amplia o horizonte escolar e tentar compreender os alunos em sua totalidade aponta para a saída de que os limites educacionais se expandem para a realidade em

que estão inseridos, suas mazelas, as divergências familiares, as condições de vida, na maioria das vezes de absoluta miséria.

De acordo com Demo (2014), a frequência regular dos alunos tem um impacto significativo na qualidade do aprendizado e no desempenho acadêmico. O monitoramento da frequência escolar é crucial para manter padrões educacionais elevados e garantir o sucesso dos alunos. A educação desempenha um papel essencial no desenvolvimento social e econômico de um país, e assegurar que todos os jovens tenham acesso contínuo à escola os prepara para contribuir positivamente para a economia e a sociedade.

A busca ativa permite que educadores identifiquem alunos em risco e intervenham antes que o problema se agrave. Programas eficazes de Busca Ativa têm mostrado resultados significativos na melhoria da retenção escolar e no engajamento dos alunos. E acrescenta ainda um dado peculiar que é a satisfação familiar em perceber que os alunos estão em ambiente seguro e de aprendizado constante, distantes da criminalidade.

A luta contra a evasão escolar requer um esforço conjunto e contínuo, envolvendo o poder público, a sociedade civil, a família e os próprios estudantes. Portanto, na prática, cabe à escola diariamente identificar os alunos faltosos e lançar no sistema a frequência das turmas, destacando aqueles que não estão presentes, para a partir daí começar uma busca por estes alunos. Em um primeiro passo através do contato com a família, posteriormente indo à própria residência do aluno e em último caso acionando o conselho tutelar como mediador e interventor para a busca ou solução do problema da evasão.

Desta maneira, tem-se um resultado por escola da realidade da frequência escolar e cabe ao corpo gestor desenvolver estratégias de intervenção para conter o avanço da evasão, bem como evitar que aconteça. Essa política de contingência, além de fomentar um equilíbrio social a longo prazo, diante da expectativa de inclusão social, atende também ao que prevê a constituição como dever do estado.

Portanto, em algumas situações, a problemática perpassa o muro da escola e necessita da colaboração de outros setores da sociedade neste acompanhamento, já que sabemos que a educação é um dever do estado e deve ser garantida. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) no Art. 2º:”:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996, p. 1).

Ou seja, é dever da sociedade e do estado oportunizar a educação aos indivíduos, tornando-os cidadãos. Não apenas como meros receptores, mas como sujeitos capazes de lidar com as próprias demandas, de serem protagonistas apesar de sua dura realidade.

Entende-se que necessitamos compreender que existem fatores para a análise da evasão escolar. Desmotivação da família em levar a criança para a escola, necessidade de trabalhar ou ajudar a família no sustento de casa e falta de estímulo pedagógico são alguns destes fatores.

Contudo, mais do que elencar estes fatores, faz-se necessário compreender que para cada estudante e família envolvidos nesse processo, a tomada de consciência só ocorrerá sob a pressão dos fracassos vividos e dos obstáculos encontrados pelo sujeito. Pesquisas recentes sobre evasão apresentam faces distintas; Avaliam que a evasão é resultado da decisão do aluno ou de uma combinação de fatores sociais, sejam eles econômicos e pessoais, sejam a necessidade precoce de ingresso no mercado de trabalho, sejam as dificuldades encontradas em razão das condições desfavoráveis de currículo escolar, de professores e de organização da escola.

Castro (2021) argumenta que a evasão escolar não deve ser vista apenas como uma escolha individual dos alunos, mas como o resultado de uma série de fatores sociais e econômicos. Ele destaca que pressões para a entrada precoce no mercado de trabalho e condições socioeconômicas desfavoráveis têm um impacto significativo na decisão dos estudantes de abandonar a escola.

Outros fatores podem ser: a falta de maturidade do estudante, reprovações sequenciadas, problemas financeiros, falta de perspectiva de trabalho, ausência de empatia na escola, estudo por obrigação familiar, casamentos não planejados e nascimento de filhos, gerando baixa autoestima entre as crianças e os jovens, além de fatores pessoais muito específicos. Por isso não é possível esgotar as reflexões, visto que ainda é um problema muito abrangente e de muita complexidade.

É importante que se priorize também a compreensão das questões de ordem pedagógica, como as expectativas do aluno em relação aos estudos e o acolhimento da escola, que deveria encorajá-lo ou estimulá-lo a priorizar a conclusão do seu percurso escolar, já que a evasão cria prejuízos sociais e educacionais para a sociedade.

Aranha e Arruda (1998, p. 72) afirmam que trabalhador braçal geralmente é semi-analfabeto por não frequentar a escola ou abandonar os estudos muito cedo, ganha mal, não tem casa própria, não melhora seu padrão de vida, os filhos reproduzem seus passos. Ao interpretar esses fatores, as autoras justificam essa ideia a partir de uma questão que é imediata. Ele é um

trabalhador braçal porque não tem competência para outro tipo de trabalho intelectualizado; não fez o devido esforço para estudar, talvez por qualquer uma questão, acrescentam.

Conforme ainda citam Aranha e Arruda (1998, p. 72):

A evasão escolar e a exclusão não ocorrem porque as crianças pobres são pouco inteligentes ou preguiçosas, mas porque o direito à escola é de fato negado a elas. O mesmo acontece com o emprego, a remuneração digna do trabalho, o direito à produção e consumo de cultura, ao lazer etc. esses benefícios não atingem todos os segmentos sociais de forma homogênea.

O que se compreende disso tudo, segundo as autoras, é que esses fenômenos não justificam, mas explicam um pouco da realidade e da mesma forma não é um assunto que pode ser entendido de forma totalizante, mas que essas discrepâncias são todas de cunho individual, o que aponta para a necessidade de entender caso a caso, como uma base de dados de monitoramento e cerceamento dessa temática (Aranha; Arruda, 1998).

A escola, portanto, deve refletir sobre sua prática diária, na medida em que provoca desinteresse por parte destes jovens que não se sentem atraídos por um modelo ultrapassado de ensino. Cabe também a ela, a maior responsabilidade frente a busca e permanência de cada um dos sujeitos envolvidos neste processo. Nenhum a menos, deve ser o lema de cada instituição de ensino desse país, e buscar cada aluno que se evade deve ser uma política pública permanente e independente do governo.

Mesmo com todas essas dificuldades e com tamanha desigualdade social, o programa busca ativa nas escolas públicas de Fortaleza tem se mostrado com um forte aparelho do governo e de suma importância para a inclusão social e para a construção de oportunidades, ajudando a dissolver ciclos de pobreza e invertendo o quadro de miséria a partir da atuação conjunta com a comunidade, promovendo uma mobilidade social, de ruptura e continuidade do que está dando resultados.

O município de Fortaleza tem desenvolvido cada vez mais ações na perspectiva de construir uma compreensão abrangente do programa Busca Ativa e melhorar suas contribuições para a permanência dos alunos no ambiente escolar, garantindo uma que por meio do monitoramento da realidade em que o aluno está inserido, se tem uma melhor fundamentação dessas prerrogativas e ampliar metodologicamente a consistência sobre as estratégias que são mais eficazes na contribuição da manutenção do estudante no ambiente escolar.

Há um eminente desequilíbrio ao que aponta Arroyo (2020):

Há vidas ameaçadas pela pobreza, a fome nos campos, nas florestas, nas águas, nas famílias de trabalhadores nas periferias urbanas. As filhas, os filhos desses coletivos que vão cada dia às escolas levam vidas ameaçadas pela pobreza que teimam em ir cada dia às escolas das periferias dos campos, das águas, das florestas. O que esperam das escolas e de seus docentes-educadores? Esperam comida, alimentação, vida (Arroyo, 2020, p. 107).

Não há como separar o aluno da escola pública da sua realidade social. A grande maioria da população sequer tem duas refeições diárias, pais que trabalham o dia inteiro por um trabalho com baixa remuneração. Além disso, existem ainda os que abandonam a escola para ajudar no trabalho dos pais.

Acrescenta-se, ainda, o mundo da criminalidade, facções que aliciam os adolescentes e abre os caminhos para o mundo do crime, como sendo uma saída mais rápida e direta. A falta de recursos dentro de casa faz com que alguns criem soluções mais imediatas, acreditando que será um caminho seguro.

Outro aspecto que interfere no abandono escolar no âmbito feminino é a gravidez não planejada. Muitas dessas adolescentes, de forma inesperada, acabam engravidando e optam, por vergonha ou necessidade, se afastando das escolas. E a infrequência escolar devido a esses fatores amplia seus demonstrativos. Para tanto, surge a figura dos docentes-educadores que tomam consciência da radicalidade de educar, ensinar, acompanhar, humanizar corpos ameaçados de infâncias, adolescências, jovens adultos, conforme justifica Arroyo (2020).

Para tal finalidade, a busca ativa escolar em Fortaleza tem se mostrado eficaz na identificação e atendimento das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso à educação e contribuindo para a redução da evasão escolar no município.

E assim, essas teorias e modelos relacionados às políticas públicas educacionais, com foco específico em estratégias de intervenção e retenção escolar são relevantes para ajudarem a situar o Programa Busca Ativa dentro do contexto mais amplo das políticas educacionais e práticas de gestão escolar. O que é crucial para entender os fundamentos que embasam o triste cenário das famílias carentes tentar contextualizar as medidas que serão realizadas para uma prevenção e preservação desses alunos no ambiente escolar.

A educação é considerada um dos pilares fundamentais para a consolidação de uma sociedade democrática. Dentro desse cenário, a evasão escolar se destaca como um dos desafios mais relevantes enfrentados pelo sistema educacional brasileiro.

Conforme análise de Anic e Silva (2021), a evasão escolar é um fenômeno recorrente na história educacional do Brasil. Como apontado anteriormente, a literatura

especializada utiliza o termo evasão para se referir a diversas ocorrências, como abandono, afastamento temporário da escola, desistência ou saída definitiva do ambiente escolar.

Diversos fatores são identificados nos estudos de Dore e Lüscher (2011), Karasinski (2019) e Bordini (2021) como contribuintes para a evasão escolar. Entre eles, destacam-se: vulnerabilidade social; gravidez precoce entre adolescentes; incompatibilidade entre trabalho e estudo; necessidade de ajudar na renda familiar; discrepância entre idade e série escolar; carência de identificação com o espaço escolar; conteúdos curriculares que não dialogam com a realidade dos alunos; insegurança alimentar; instabilidade familiar; infraestrutura escolar deficiente; dificuldades de acesso físico às instituições de ensino; além de problemas no convívio com colegas e docentes.

Pereira (2019) apresenta dados quantitativos que ilustram os principais motivos apontados por estudantes para o abandono escolar. Entre os fatores com maior incidência estão a gravidez precoce (352%), a obrigação de contribuir com a renda da família (234%), desestrutura familiar (95%), defasagem entre idade e série (77%), questões de gênero (20%) e a baixa escolaridade dos pais (3,5%).

Sobre essa problemática, Dore e Lüscher (2011), com base em Rumberger (2004), ressaltam a complexidade envolvida na identificação das causas da evasão escolar, uma vez que essas causas se distribuem entre aspectos familiares, escolares e comunitários.

No que diz respeito ao próprio aluno, Bordini (2021) cita fatores como a falta de interesse pelo curso, dificuldade em conciliar atividades pessoais com os horários escolares, baixo desempenho nas aulas e desmotivação. Já em relação ao ambiente escolar, a autora destaca questões como a formação dos professores, infraestrutura inadequada e práticas pedagógicas pouco eficazes. Ainda segundo Bordini (2021), o sistema educacional como um todo também influencia na evasão, sobretudo pela dificuldade de harmonizar os estudos com a vida profissional dos estudantes.

A relevância do Programa Busca Ativa, portanto, se intensifica não apenas pela sua abordagem preventiva, mas também pelo fortalecimento das redes de apoio e acompanhamento, envolvendo a família, a comunidade e os próprios profissionais da educação. Ao considerar o panorama social e econômico em que os estudantes estão inseridos, o programa se apresenta como uma estratégia essencial para romper com o ciclo de exclusão social que afeta diretamente a permanência de muitos alunos na escola. O caráter proativo dessa política pública é evidenciado pela contínua busca por identificar os sinais precoces de evasão, como a falta de matrícula ou a irregularidade na frequência escolar, permitindo intervenções rápidas e eficazes.

A atuação do programa se alinha à necessidade de construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. A integração das ações de sensibilização, visitas domiciliares e a colaboração entre escolas e comunidades facilita o processo de reintegração dos alunos, muitas vezes marcados por situações de vulnerabilidade. Esse modelo de atuação destaca-se não apenas por garantir o acesso à educação, mas também por fomentar a construção de uma educação integral, que respeite as especificidades de cada estudante e busque formas de superar as dificuldades advindas de contextos socioeconômicos desafiadores. Nesse sentido, a Busca Ativa reforça seu papel na transformação social, ao dar visibilidade a questões que muitas vezes ficam à margem dos discursos tradicionais sobre educação.

A efetividade do programa, portanto, não se limita a assegurar a matrícula de alunos, mas também ao seu engajamento contínuo no processo educativo. O fortalecimento da parceria com a família e a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade de realidades dos alunos contribuem para a manutenção da frequência escolar, garantindo que os estudantes não se sintam deslocados ou invisíveis dentro da escola. Ao criar uma rede de suporte que vai além da sala de aula, a Busca Ativa propõe um modelo de educação mais humana, atenta às necessidades individuais e coletivas, preparando os jovens não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É necessário que o programa continue a ser fortalecido e ampliado, incorporando novas estratégias de acompanhamento e apoio, especialmente considerando os desafios da realidade socioeconômica de muitas famílias e as condições adversas que muitos estudantes enfrentam. A busca ativa é, sem dúvida, uma política pública fundamental para garantir que nenhum aluno seja deixado para trás, promovendo não só a inclusão educacional, mas também a oportunidade de uma vida mais digna e com mais perspectivas para os jovens da cidade.

3.3.2 Sobre o Monitoramento

A busca ativa é então uma política pública de monitoramento da frequência diária do aluno com o intuito de garantir a permanência dos mesmos na rede municipal de ensino de Fortaleza, como política pública educacional para combater a evasão escolar, o baixo índice de frequência, ou mesmo o abandono escolar, tendo como expectativa final a contribuição na melhoria dos índices de diminuição das desigualdades sociais vigentes.

Nesse sentido, pode-se dizer que o monitoramento da frequência fornece informações valiosas para a avaliação e reformulação de políticas públicas educacionais, ajudando a medir a eficácia de estratégias e ações já existentes e a formular novas iniciativas.

A definição exata de evasão e abandono escolar não é necessariamente simples e direta. Filho e Araújo (2017) corroboram com esta premissa a partir da ideia de que as interpretações para esses termos são múltiplas. Essa diversidade contribui para ampliar o campo conceitual e pode dificultar a quantificação precisa dos casos, interferindo no estudo das causas e dos princípios que podem levar a alternativas claras e objetivas para superação dessa questão.

O monitoramento da frequência escolar tem um papel crucial na educação, não apenas como uma prática administrativa, mas como um dever social e um esforço coletivo que impacta diversos aspectos da sociedade. A garantia da permanência escolar está diretamente associada ao princípio da democratização do ensino, o qual, segundo Libâneo (2012), envolve não apenas o acesso à escola, mas também a efetivação de condições que assegurem a continuidade e a aprendizagem dos alunos. Para o autor, a equidade educacional exige políticas públicas que enfrentem as desigualdades sociais por meio de ações sistemáticas de acompanhamento e intervenção pedagógica, das quais o monitoramento da frequência é elemento estratégico.

A frequência regular à escola torna-se um indicador do direito à aprendizagem e da inclusão educacional, como também destacam Dourado e Oliveira (2009), ao analisarem as políticas voltadas à democratização do ensino.

Nesse montante entram também aqueles que porventura não tiveram acesso ao ensino na idade certa. Há também conformidade da lei com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990, garante igualdade de condições para acessar e permanecer estudando para qualquer criança e adolescente.

Monitorar a frequência escolar então, assegura que esse direito esteja sendo cumprido, promovendo o acesso contínuo e equitativo à educação para todas as crianças e adolescentes. E ao garantir que todos os alunos frequentem regularmente a escola, a sociedade está promovendo a inclusão e reduzindo a desigualdade educacional, garantindo que todos tenham minimamente as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver.

O monitoramento da frequência escolar é, portanto, uma prática essencial que vai além do ambiente escolar, envolvendo toda a comunidade escolar em um esforço para garantir que cada aluno tenha a oportunidade de aproveitar ao máximo a educação. É uma responsabilidade compartilhada que reflete e promove os valores de justiça, inclusão e coesão social.

Como já mencionado, a ausência escolar frequente pode ser um sinal de problemas sociais mais amplos, como violência familiar, pobreza ou problemas de saúde. Monitorar a

frequência permite identificar esses problemas precocemente e buscar soluções, ajudando a prevenir a exclusão social e a marginalização dos jovens.

Com dados sobre frequência, o sistema de suporte da frequência desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, o SGE (Sistema de Gestão Educacional), pode oferecer suporte mais eficaz e intervenções direcionadas para alunos que estão em risco, abordando questões subjacentes que afetam sua presença escolar. Acompanhar a frequência diária ajuda a avaliar a eficácia das políticas educacionais e a identificar áreas onde são necessários ajustes. Melhores políticas e práticas são desenvolvidas com base em dados reais sobre a frequência escolar, resultando em uma educação de maior qualidade.

A educação proporciona as habilidades e conhecimentos necessários para reduzir a desigualdade social e econômica, promovendo uma sociedade mais equitativa e próspera. Segundo Jessé Souza, a educação é um dos principais instrumentos para reduzir a desigualdade social. Ela disponibiliza às pessoas os recursos essenciais para aprimorar suas condições de vida e participar de forma mais justa na sociedade (Jessé, 2018).

A busca ativa, enquanto política pública voltada para a garantia da permanência escolar, assume uma relevância central no enfrentamento da evasão e do abandono escolar. Ao monitorar de forma constante a frequência dos alunos, essa estratégia contribui não só para o acompanhamento da presença, mas também para a identificação precoce de possíveis fatores que influenciam a ausência escolar. Esses fatores, muitas vezes relacionados a dificuldades familiares, socioeconômicas ou de saúde, exigem uma resposta articulada entre a escola e outros setores da sociedade para mitigar suas consequências no processo educacional.

O papel do monitoramento da frequência escolar vai além de uma simples contagem de presenças. Ele se configura como uma prática que busca não apenas garantir a continuidade do processo educacional, mas também oferecer uma intervenção eficaz em situações que comprometem o desenvolvimento pleno do aluno. Nesse sentido, a busca ativa serve como um instrumento de diagnóstico para a formulação e readequação de políticas educacionais. Ao fornecer dados concretos sobre a frequência, o sistema de gestão educacional da Secretaria Municipal de Fortaleza (SGE) permite que os gestores compreendam melhor as dinâmicas de cada aluno, possibilitando ações mais direcionadas e assertivas.

A legislação brasileira, em especial a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), reforçam o compromisso do Estado em garantir o acesso universal à educação. A educação básica, sendo obrigatória e gratuita, deve ser acessível a todos, independentemente das dificuldades que possam surgir ao longo do percurso escolar. A busca ativa, portanto, fortalece essa prerrogativa ao garantir que as crianças

e adolescentes frequentem regularmente as aulas, assegurando que nenhum aluno seja excluído do sistema educacional devido a circunstâncias externas que não estejam sob seu controle.

A análise contínua da frequência escolar também permite que a escola se torne um espaço mais sensível às necessidades individuais dos alunos, o que é fundamental para promover a equidade educacional. Isso é especialmente importante em contextos de vulnerabilidade social, onde fatores como a violência familiar ou a falta de apoio estrutural podem impactar diretamente a trajetória escolar. Monitorar a frequência não apenas identifica esses problemas, mas também possibilita a implementação de medidas que visam a superação dessas barreiras, garantindo que todos os estudantes tenham condições adequadas para concluir seus estudos.

A busca ativa não se limita a ser uma política de controle, mas se configura como uma estratégia de inclusão. Ao assegurar a frequência escolar e ao fornecer o suporte necessário para alunos em risco, essa política contribui para a redução das desigualdades educacionais e, conseqüentemente, para o avanço de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação, conforme destacado por autores como Jessé Souza (2018), é uma das principais ferramentas para transformar as condições sociais, oferecendo, independentemente de sua origem ou classe social, a oportunidade de uma vida melhor com o acesso a educação.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção apresenta a análise dos dados sobre a implementação e os resultados da política pública de busca ativa escolar em Fortaleza. A partir dos dados coletados, busca-se avaliar as contribuições do Programa Busca Ativa para a permanência dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir das ações desenvolvidas em uma escola da rede pública do município de Fortaleza, na perspectiva da gestão escolar e dos monitores que atuam nesta política.

Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores, professores e agentes envolvidos na busca ativa. Ao combinar essas fontes de dados, a análise objetiva compreender se a estratégia tem alcançado seus objetivos, ajudando a reconectar crianças e adolescentes com a escola e, conseqüentemente, reduzir a evasão escolar.

A análise também se concentra na avaliação do impacto da busca ativa em Fortaleza, identificando fatores que influenciam a adesão e os resultados da política. Buscou-se entender as condições que favorecem ou dificultam o sucesso da iniciativa, observando a eficácia dos esforços para alcançar alunos fora da escola e os desafios enfrentados pelos profissionais da educação na implementação da estratégia. Além disso, procurou-se explorar a relação entre características socioeconômicas e culturais das famílias e a permanência dos alunos na escola, com o objetivo de sugerir medidas que possam aumentar a efetividade da política pública.

Nas seções anteriores, foi discutido o referencial teórico, com foco nas diretrizes da educação pública no Brasil, especialmente a busca ativa escolar como estratégia para combater a evasão e promover a inclusão educacional. Também foi detalhada a metodologia adotada, que envolveu a análise de dados qualitativos sobre frequência escolar, além de entrevistas com profissionais da educação e registros das equipes de busca ativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza. O estudo também pretende destacar boas práticas que podem servir como modelos para outras iniciativas, visando uma educação mais inclusiva e acessível, e a redução da evasão escolar.

Para a elaboração desta dissertação, os dados foram obtidos a partir de fontes primárias e secundárias, proporcionando uma análise abrangente da política pública de busca ativa escolar em Fortaleza. As fontes primárias incluem entrevistas semiestruturadas com gestores das escolas investigadas, com coordenadores das equipes de busca ativa, além de professores e outros profissionais diretamente envolvidos. Essas entrevistas permitiram uma visão detalhada dos desafios e resultados da política. Simultaneamente, dados secundários

foram obtidos por meio de registros escolares, como informações sobre matrículas, frequência escolar e histórico de alunos fora da escola.

A utilização dessas diferentes fontes possibilitou uma análise aprofundada sobre as contribuições do Programa Busca Ativa para favorecer a continuidade dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental na escola, considerando as ações desenvolvidas na unidade pesquisada sob a ótica da gestão escolar e dos monitores que atuam diretamente na execução da política.

A análise qualitativa da política foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores, professores e monitores envolvidos na implementação da política. As respostas foram analisadas utilizando a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que possibilita a identificação de temas recorrentes nos depoimentos, a fim de compreender as percepções e experiências dos profissionais envolvidos.

A análise de dados da pesquisa "Avaliação da Política Pública Busca Ativa" foi conduzida utilizando a metodologia de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), dividida em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, os dados coletados foram organizados, incluindo a leitura flutuante para identificação de temas recorrentes. Na fase de exploração, os dados foram categorizados em cinco categorias de análise, com base nas respostas das entrevistas e nas anotações do diário de campo. Na fase final, os resultados foram interpretados à luz do referencial teórico, permitindo uma compreensão detalhada dos impactos e desafios da política.

A primeira categoria de análise, "Compreensão sobre o Programa e Implementação na Escola", contribui para o atendimento do Objetivo Específico 1 (OE1) e foi analisada com base nas entrevistas realizadas. A análise considerou documentos oficiais, como a Portaria nº 0603/2018-SME (Fortaleza, 2018), e contribuições de Epstein e Sheldon (2002), que destacam a importância do engajamento da comunidade escolar.

Na segunda categoria, "Estratégias Desenvolvidas pela Escola", relacionada aos Objetivos Específicos 2 e 3 (OE2 e OE3), a análise abrangeu as entrevistas e observações no diário de campo. A principal estratégia identificada foi a comunicação direta com as famílias, através de ligações e reuniões presenciais. Essa abordagem é respaldada por Demo (2014), que destaca a necessidade de práticas pedagógicas participativas.

A terceira categoria, "Dificuldades do Desenvolvimento do Programa", vinculada aos OE2 e OE3, evidenciou obstáculos como a resistência de alguns responsáveis, que não atendem aos contatos da escola, e as dificuldades de acesso em áreas com alta criminalidade. A vulnerabilidade social foi frequentemente mencionada, sendo um fator limitante, como

apontado por Castro (2021). Além disso, a falta de estabilidade dos vínculos empregatícios dos profissionais da busca ativa também foi um desafio.

Na quarta categoria, "Acompanhamento da Frequência dos Estudantes", vinculada ao OE2, as entrevistas revelaram que a frequência é monitorada diariamente, e que, após três faltas consecutivas, a escola entra em contato com a família. Esse acompanhamento contínuo é crucial para evitar a evasão escolar, como destaca Hattie (2009).

A quinta categoria, "As Contribuições das Estratégias Desenvolvidas na Escola", abordou o impacto das estratégias para aumentar a frequência escolar. Os dados indicaram que, após a implementação da busca ativa, houve uma melhoria significativa na assiduidade dos alunos, com as famílias compreendendo melhor a importância da frequência escolar. No entanto, desafios como a dificuldade de transporte para áreas distantes da escola permanecem, reforçando a necessidade de políticas complementares, como o transporte escolar gratuito.

Para compreender a efetividade da política pública de Busca Ativa na realidade escolar, as perguntas da entrevista foram organizadas em cinco categorias analíticas. Cada conjunto de questões foi elaborado de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, permitindo analisar desde a compreensão dos profissionais sobre o programa até os impactos percebidos no cotidiano escolar. A seguir, apresento cada categoria, suas respectivas perguntas e a justificativa para sua escolha.

Categoria 1: O conjunto de perguntas desta categoria buscou captar como os profissionais entendem a política de Busca Ativa, sua importância e seu papel no enfrentamento da evasão escolar. Esse entendimento inicial é fundamental para analisar se há alinhamento entre os objetivos institucionais da política e sua interpretação no espaço escolar.

- a) Qual é a sua percepção sobre a política de Busca Ativa na educação municipal?
- b) Como você percebe o funcionamento da Busca Ativa na sua escola?

Essas perguntas são essenciais para avaliar se os profissionais internalizam a Busca Ativa como um instrumento de garantia do direito à educação ou apenas como uma obrigação administrativa.

Categoria 2: As perguntas desta categoria foram elaboradas para identificar quais práticas e estratégias concretas a escola utiliza para enfrentar a infrequência escolar. Buscou-se entender se as ações são pontuais, preventivas ou estruturadas, além de verificar como ocorre a mobilização das famílias no processo.

- a) Quais estratégias foram mais eficazes para aumentar a frequência dos alunos?
- b) Como a escola atua para garantir o retorno e a permanência dos alunos?
- c) Que tipo de ações são realizadas para mobilizar as famílias?

A justificativa dessas perguntas está na necessidade de compreender se as estratégias adotadas são suficientes e eficazes diante das demandas do território e dos desafios sociais enfrentados.

Categoria 3: Esta categoria foi pensada para explorar os principais obstáculos enfrentados na execução da Busca Ativa. As perguntas permitem mapear desde as barreiras operacionais até as dificuldades estruturais, como insegurança territorial, ausência de apoio intersetorial ou falta de recursos.

- a) O que você considera serem os principais desafios da implementação dessa política?
- b) Existem dificuldades específicas relacionadas ao território, à comunicação com as famílias ou aos recursos disponíveis?

Essas questões ajudam a entender os limites da atuação da escola frente às condições sociais, econômicas e de segurança que impactam diretamente na efetividade do programa.

Categoria 4: As perguntas dessa categoria foram elaboradas para analisar os procedimentos adotados pela escola no acompanhamento sistemático da frequência dos alunos. O objetivo foi entender quais ferramentas são utilizadas, como é organizado o fluxo de informações e como se dá o monitoramento diário.

- a) Como você tem acompanhado a frequência dos estudantes em sua escola? Quais ferramentas ou métodos utilizam?
- b) Como funciona o monitoramento diário das ausências dos alunos?

Essa análise é crucial, pois permite avaliar se o acompanhamento está sendo eficiente, se sobrecarrega os profissionais e se há integração entre os sistemas tecnológicos e as práticas presenciais.

Categoria 5: Esta categoria buscou compreender os efeitos práticos da Busca Ativa no processo de aprendizagem, na relação com as famílias e na própria dinâmica escolar. As

perguntas foram pensadas para capturar percepções sobre resultados, desafios persistentes e sugestões de melhorias.

- a) O que você viu em termos de melhoria na aprendizagem dos alunos com a adoção da Busca Ativa?
- b) Como você avalia a participação das famílias nesse processo?
- c) Se você pudesse sugerir melhorias para a política de Busca Ativa, quais seriam?
- d) Na sua opinião, qual deve ser o papel da comunidade no monitoramento da frequência escolar?
- e) O que mais você gostaria de compartilhar sobre sua experiência com a implementação da Busca Ativa?

Essas questões são justificadas pela necessidade de analisar não apenas os números de presença, mas os impactos mais amplos na qualidade do processo educativo, na construção dos vínculos escolares e no fortalecimento da rede de apoio à educação.

O Quadro 3 tem como objetivo apresentar a síntese da relação entre as categorias de análise definidas para esta pesquisa e as perguntas elaboradas na etapa de entrevistas. Essa organização foi fundamental para assegurar que os dados coletados estivessem diretamente alinhados aos objetivos da pesquisa, permitindo uma análise coerente e aprofundada dos aspectos investigados. Cada categoria foi construída com base nos eixos centrais do estudo, abrangendo desde a compreensão dos profissionais sobre a política de Busca Ativa até os impactos percebidos na aprendizagem dos alunos. Dessa forma, o quadro sintetiza de maneira clara como cada questão da entrevista contribuiu para a construção das análises desenvolvidas no presente trabalho.

Quadro 3 - Relação entre as Categorias de Análise e as Perguntas da Entrevista (Continua)

CATEGORIA	PERGUNTAS ASSOCIADAS
1. Compreensão sobre o Programa e Implementação na Escola	- Qual é a sua percepção sobre a política de Busca Ativa na educação municipal? - Como você percebe o funcionamento da Busca Ativa na sua escola?
2. Estratégias Desenvolvidas pela Escola	- Quais estratégias foram mais eficazes para aumentar a frequência dos alunos?

(Conclusão)

	- Como a escola atua para garantir o retorno e a permanência dos alunos? - Que tipo de ações são realizadas para mobilizar as famílias?
3. Dificuldades do Desenvolvimento do Programa	- O que você considera serem os principais desafios da implementação dessa política? - Existem dificuldades específicas relacionadas ao território, à comunicação com as famílias ou aos recursos disponíveis?
4. Acompanhamento da Frequência dos Estudantes	- Como você tem acompanhado a frequência dos estudantes em sua escola? - Quais ferramentas ou métodos utilizam para esse acompanhamento? - Como funciona o monitoramento diário das ausências dos alunos?
5. As Contribuições das Estratégias Desenvolvidas na Escola	- O que você viu em termos de melhoria na aprendizagem dos alunos com a adoção da Busca Ativa? - Como você avalia a participação das famílias nesse processo? - Se você pudesse sugerir melhorias para a política de Busca Ativa, quais seriam? - Na sua opinião, qual deve ser o papel da comunidade no monitoramento da frequência escolar? - O que mais você gostaria de compartilhar sobre sua experiência com a implementação da Busca Ativa?

Fonte: elaborado pela autora

O Quadro 3 evidencia de forma clara como as perguntas foram estrategicamente elaboradas para dialogar diretamente com cada uma das categorias de análise, garantindo, assim, a coerência metodológica da pesquisa.

Observa-se que as perguntas vinculadas à Categoria 1, por exemplo, foram fundamentais para compreender a percepção dos sujeitos sobre a política de Busca Ativa e sua implementação no cotidiano escolar. Na Categoria 2, as questões focaram em revelar as práticas e estratégias adotadas pelas escolas, permitindo identificar tanto ações proativas quanto desafios cotidianos. Já na Categoria 3, as perguntas buscaram aprofundar as dificuldades enfrentadas, especialmente aquelas relacionadas às condições territoriais e institucionais.

As questões da Categoria 4 foram essenciais para mapear os métodos de acompanhamento da frequência, evidenciando o papel dos instrumentos de gestão e do trabalho contínuo das equipes. Por fim, na Categoria 5, os questionamentos possibilitaram compreender não apenas os impactos da política na aprendizagem, mas também a percepção dos profissionais sobre a participação das famílias, os desafios persistentes e as sugestões para aprimoramento. Dessa forma, o quadro reflete a intencionalidade da pesquisa em alinhar as perguntas às dimensões práticas, subjetivas e institucionais da política de Busca Ativa.

Nas subseções seguintes tecemos as análises de cada categoria a luz dos documentos e referenciais teóricos estudados.

4.1 Categoria 1: Compreensão sobre o programa e implementação na escola

O entendimento dos profissionais da escola sobre o Programa Busca Ativa revela uma percepção bastante alinhada à sua função social na garantia do direito à educação. As falas dos entrevistados demonstram que há clareza quanto ao propósito da política, que é atuar na redução das ausências e na prevenção da evasão escolar. A implementação, embora desafiadora, é vista como uma estratégia que fortalece o vínculo entre a escola, as famílias e a comunidade, consolidando-se como uma prática indispensável no enfrentamento das desigualdades educacionais locais.

Sobre a compreensão do Programa Busca Ativa, a diretora destaca que:

“Eu vejo a busca ativa como uma estratégia essencial na garantia do direito à educação. Ela tem sido fundamental para reduzir a evasão escolar e melhorar o vínculo entre escola, família e comunidade. Ainda é um processo desafiador, mas com impactos bastante positivos no cotidiano escolar.”

Acerca disso, a coordenadora comenta:

“Eu vejo como um programa que trouxe melhoria para as escolas municipais, principalmente em relação à baixa frequência dos alunos e os contatos feitos frequentes na busca de informações sobre aquele aluno faltoso.”

Os monitores também reconhecem a importância da política. O Monitor 1 afirma:

“Creio que a política serve como meio de evitar o abandono dos alunos, tendo em vista que muitos dos pais, sabendo que se faltar terá que justificar o motivo, acabam evitando isso.”

Já o Monitor 2 ressalta:

“Teve uma grande melhora na frequência, pois são utilizados diversos argumentos para a família manter a criança na escola.”

Do ponto de vista das docentes, a Professora 1 sintetiza:

“Política importante para auxiliar a gestão.”

E a Professora 2 complementa:

“É uma política muito importante que ajuda no controle das faltas dos alunos e observa de perto a vida e o direito à educação dos mais vulneráveis.”

Nas observações realizadas, percebe-se que há clareza por parte dos profissionais de que o programa cumpre um papel central no enfrentamento da evasão, principalmente ao aproximar a escola das famílias. Nota-se também que todos reconhecem a Busca Ativa como estratégia necessária, embora apontem desafios operacionais.

A partir dos estudos de Lejano (2012), que defende que a análise de políticas deve considerar a fusão entre texto e contexto, é possível perceber que os sujeitos atribuem sentidos positivos ao programa, reconhecendo sua função social na defesa do direito à educação. Além disso, conforme Rodrigues (2016; 2019), a implementação da Busca Ativa reflete práticas que, embora importantes, ainda carecem de uma abordagem mais dialógica, emancipada e respaldada por ações estruturais.

A compreensão dos profissionais sobre o Programa Busca Ativa demonstra que há reconhecimento do seu papel como ferramenta essencial na garantia do direito à educação, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Paulo Freire (1996) já apontava que a educação deve ser um processo libertador, e não meramente uma ação burocrática, destacando

que a aproximação da escola com a comunidade é condição fundamental para efetivar o direito de aprender.

Esse entendimento também dialoga com Lejano (2012), que afirma que toda política pública carrega consigo não apenas sua formulação normativa, mas também as interpretações subjetivas dos agentes que a executam.

No caso da Busca Ativa, percebe-se que, embora haja consenso sobre sua relevância, os profissionais reconhecem que a eficácia do programa depende diretamente da articulação entre escola, família e território. Gussi (2019) complementa essa análise ao destacar que, quando políticas educacionais não são pensadas para além do controle gerencial, correm o risco de não enfrentar os fatores estruturais que perpetuam a exclusão escolar. Assim, a compreensão da política vai além de sua execução mecânica, assumindo também um papel de fortalecimento dos laços comunitários, na tentativa de romper ciclos históricos de desigualdade.

4.2 Categoria 2: Estratégias desenvolvidas pela escola

As estratégias adotadas pela escola para operacionalizar a Busca Ativa refletem a tentativa de construir uma rede de apoio capaz de combater a ausência dos alunos. Observa-se que essas ações priorizam a comunicação direta com as famílias, utilizando telefonemas, mensagens, visitas domiciliares e até incentivos como premiações para as turmas mais assíduas. Apesar das limitações, essas práticas mostram-se fundamentais para sensibilizar os responsáveis sobre a importância da frequência escolar, além de fortalecer os laços comunitários e o compromisso coletivo com a educação.

Sobre as estratégias, a diretora relata:

“As conversas diretas com as famílias, os acompanhamentos constantes e, infelizmente, o vínculo com os programas sociais acabam sendo grandes impulsionadores. Além disso, premiar turmas mais assíduas e criar campanhas internas na escola também tem dado bons resultados.”

A coordenadora complementa:

“As ligações frequentes para os responsáveis, sendo conversado sobre tudo que possa ser prejudicial ao desenvolvimento do aluno.”

Os monitores também destacam estratégias. O Monitor 1 diz:

“A estratégia mais eficaz é a conversa entre pais e alunos, explicando os pós e os contras de estarem com baixa frequência.”

O Monitor 2 reforça:

“São utilizados diversos argumentos para a família manter a criança na escola.”

As professoras também sinalizam mecanismos. A Professora 1 comenta:

“Bonificar a turma com maior frequência.”

E a Professora 2 pondera:

“A melhor estratégia, infelizmente, é quando percebem que podem perder o Bolsa Família pelo aluno ter tanta falta.”

Nas observações, fica evidente que o contato direto, seja por telefone, presencial ou por meio de campanhas internas, constitui a principal estratégia da escola. Também se observa que há uma dependência das condicionalidades dos programas sociais como mecanismo indireto de controle de frequência.

Interpretando com base em Demo (2014), que defende práticas pedagógicas participativas e centradas no diálogo, percebe-se que as ações adotadas estão alinhadas ao enfrentamento das faltas, mas ainda são reativas. Elas não atacam diretamente as causas estruturais da evasão, conforme alerta Gussi (2019) em sua crítica às limitações das políticas neoliberais.

As estratégias desenvolvidas pela escola para enfrentar a evasão escolar refletem um esforço permanente de mediação entre as exigências institucionais e a realidade social das famílias. Conforme apontam Demo (2014) e Freire (1996), a prática educativa precisa se constituir em um espaço de diálogo e construção coletiva, sendo imprescindível ouvir e compreender os sujeitos envolvidos no processo. A dependência das condicionalidades dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil), embora efetiva como instrumento de controle da frequência, revela uma limitação estrutural, pois a educação passa a ser condicionada a uma lógica de punição e não de conscientização.

Rodrigues (2019) alerta que, sem uma abordagem crítica e participativa, tais práticas reforçam a responsabilização individual das famílias, deslocando o foco dos problemas estruturais — como a pobreza e a ausência de políticas públicas integradas. Portanto, embora

as ações como ligações, visitas, campanhas internas e premiações sejam importantes, elas ainda operam dentro de uma lógica corretiva e pouco emancipadora, quando não acompanhadas de ações mais robustas de apoio social, educacional e comunitário.

4.3 Categoria 3: Dificuldades do desenvolvimento do programa

Os relatos dos profissionais deixam evidente que o desenvolvimento do Programa Busca Ativa enfrenta desafios significativos, que vão além do campo pedagógico. A insegurança nos territórios, as dificuldades de localização das famílias, a desatualização de dados e a falta de apoio intersetorial são apontados como entraves constantes. Esses fatores impactam diretamente a efetividade das ações, revelando que, apesar dos esforços da escola, há barreiras estruturais que comprometem o alcance dos objetivos da política.

Sobre os desafios, a diretora afirma:

“Os desafios são muitos, especialmente no que diz respeito à segurança dos profissionais que fazem as visitas domiciliares, além da dificuldade de contato com famílias que mudam constantemente de endereço ou não atualizam seus dados. Também sentimos a necessidade de mais apoio intersetorial.”

A coordenadora também destaca:

“As visitas domiciliares. Muitas das vezes não conhecemos o local onde estamos entrando e é algo que se torna perigoso para os agentes de Busca Ativa.”

O Monitor 1 relata:

“O principal desafio é a abordagem aos pais. Nem todos respondem, e isso acaba que o agente tem a função de ir no endereço do aluno.”

O Monitor 2 reforça:

“Ainda não é o esperado 100%, pois existem as dificuldades do agente ir nas comunidades devido às facções e outros casos.”

As professoras também pontuam dificuldades. A Professora 1 afirma:

“Falta de interação das famílias (atualização dos dados).”

E a Professora 2 aprofunda:

“Falta de um conselho tutelar mais atuante, falta de formação e valorização dos agentes da busca ativa, falta de punição dos responsáveis pelos alunos ausentes da escola.”

Nas observações, nota-se que os maiores entraves estão relacionados à insegurança territorial, dificuldade de contato com as famílias e ausência de apoio suficiente dos órgãos intersetoriais.

Segundo Rodrigues (2019), tais dificuldades revelam o quanto a execução da política ainda está refém de uma lógica operacional que não considera devidamente as especificidades dos territórios, o que fragiliza os resultados esperados.

As dificuldades enfrentadas na execução do Programa Busca Ativa evidenciam as contradições das políticas educacionais em contextos de desigualdade social. Segundo Gussi (2019), a atuação dos agentes de políticas públicas frequentemente se dá em uma lógica de compensação, na tentativa de mitigar os efeitos da exclusão sem, no entanto, enfrentar suas causas estruturantes.

A insegurança nos territórios, a falta de atualização dos dados das famílias e a fragilidade no suporte intersetorial revelam que a implementação da Busca Ativa esbarra nas consequências diretas de um modelo de gestão pública que prioriza metas e resultados em detrimento do fortalecimento dos direitos sociais. Rodrigues (2016) defende que uma avaliação crítica da política deve considerar esses entraves não como falhas operacionais, mas como expressão da precarização das condições de trabalho e da ausência de um estado social efetivo.

Além disso, Freire (1996) já alertava que práticas educativas que não se apoiam na escuta, na sensibilidade e na leitura do mundo dos sujeitos acabam reproduzindo as mesmas lógicas de exclusão que pretendem combater. Assim, os desafios enfrentados pelas equipes não são apenas operacionais, mas também políticos e sociais, exigindo uma atuação que vá além da escola e dialogue com as demais políticas públicas.

4.4 Categoria 4: Acompanhamento da frequência dos estudantes

O acompanhamento da frequência dos estudantes é um processo constante, minucioso e que demanda grande mobilização da equipe escolar. A prática é realizada de forma sistemática, com registros diários no sistema, cruzamento de informações e contato direto com as famílias em casos de faltas recorrentes. Essa dinâmica, embora essencial para a redução da

evasão, também revela a sobrecarga dos profissionais, que acumulam funções administrativas e pedagógicas no enfrentamento das ausências.

Sobre como é feito o acompanhamento da frequência, a diretora explica:

“Nós fazemos um acompanhamento diário, com o registro no sistema com professores e monitores, que sinalizam imediatamente quando algum aluno falta. Se a ausência persiste, fazemos ligações e, se necessário, acionamos os agentes da busca ativa para as visitas domiciliares.”

A coordenadora complementa:

“O acompanhamento é feito diariamente, nos dois turnos (manhã e tarde). Indo na sala de aula e fazendo a frequência manual, verificando quem está presente e quem faltou. Assim que fazemos esse processo, inserimos no site SGE as faltas e faltas justificadas de todos os alunos do turno. E, após isso, fazemos a justificativa da falta de cada aluno.”

O Monitor 1 relata:

“O acompanhamento na minha unidade é através de WhatsApp, ligações e, caso não tenha retorno, vamos na residência.”

E o Monitor 2 reforça:

“A frequência é acompanhada diariamente nos grupos e seguindo o SGE. Após 3 dias de falta sem justificativa, o agente entra em contato com a família ligando ou indo na residência.”

As professoras também destacam suas práticas. A Professora 1 aponta:

“Através do sistema temos a quantidade de faltas. Quando acima do percentual esperado, buscamos a família através de ligação. Se não tiver atualizado, tentamos o endereço.”

E a Professora 2 complementa:

“A frequência é enviada diariamente logo no começo do dia. Depois, os agentes ligam para as famílias dos faltosos e mantêm contato, controlando as faltas. Ligam, mandam mensagem ou bilhetes para os responsáveis.”

Nas observações, percebe-se que existe um acompanhamento constante, com uso das ferramentas tecnológicas disponíveis, como o SGE e os grupos de *WhatsApp*, além de

ligações e visitas domiciliares quando necessário. O acompanhamento é diário e exige bastante mobilização da equipe escolar.

De acordo com Hattie (2009), a frequência escolar está diretamente associada ao sucesso na aprendizagem. Assim, o acompanhamento sistemático, conforme relatado, é uma prática essencial, porém sobrecarrega os profissionais, o que reforça a crítica de Gussi (2019) sobre a precarização do trabalho nas políticas públicas, especialmente em territórios vulneráveis.

O acompanhamento da frequência escolar surge como um elemento central dentro da política de Busca Ativa, e sua sistematização revela tanto avanços quanto desafios. De acordo com Hattie (2009), a frequência está diretamente associada ao desempenho acadêmico, sendo um dos preditores mais robustos do sucesso escolar. Entretanto, conforme Gussi (2019) e Rodrigues (2019) discutem, a sobrecarga dos profissionais no monitoramento diário, no cruzamento de dados e nas intervenções diretas com as famílias reflete um processo de intensificação do trabalho educacional, que frequentemente é realizado sem as condições adequadas.

Além disso, Lejano (2012) reforça que a política pública não pode ser vista como uma simples transmissão de comandos burocráticos, mas como um processo interativo entre agentes, contexto e sujeitos. Isso significa que o acompanhamento da frequência não se reduz ao uso de ferramentas tecnológicas ou a processos administrativos, mas envolve uma dimensão subjetiva, de mediação constante entre as demandas institucionais e as condições concretas de vida dos alunos e suas famílias. É nesse ponto que se evidencia a necessidade de que esse acompanhamento esteja articulado a ações intersetoriais que realmente garantam as condições para a permanência qualificada dos alunos na escola.

4.5 Categoria 5: As contribuições das estratégias desenvolvidas na escola

Os efeitos das ações de Busca Ativa na escola são percebidos de maneira positiva pelos profissionais, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da frequência e à melhora no processo de aprendizagem. Embora não resolva todas as questões estruturais que impactam a permanência dos alunos, a política tem contribuído para gerar avanços significativos na socialização, no desenvolvimento das habilidades acadêmicas e na construção de um ambiente escolar mais acolhedor. Ainda assim, os resultados apontam para a necessidade de ampliar as ações, com apoio intersetorial e investimentos contínuos.

Sobre os impactos da política, a diretora afirma:

“O impacto é visível. Quando as crianças estão na escola com frequência, há avanços na leitura, na escrita, no raciocínio e até na socialização. A busca ativa não resolve tudo, mas é um primeiro passo fundamental para garantir que eles estejam presentes para aprender.”

A coordenadora complementa:

“Através da implementação da busca ativa, mesmo tendo muito a melhorar, fortaleceu o aprendizado dos alunos e favoreceu um maior contato com as famílias.”

O Monitor 1 observa:

“Com relação à aprendizagem, teve alunos que melhoraram a leitura e escrita por ter mais frequência e aumento do interesse. Isso também com ajuda do programa Aprender Mais.”

E o Monitor 2 concorda:

“Com a frequência do aluno, existe com certeza um melhor aprendizado.”

As professoras também percebem mudanças. A Professora 1 relata:

“Maior frequência auxiliou no aprendizado devido maior acesso ao conteúdo e ao acolhimento das professoras.”

E a Professora 2 reflete:

“Os alunos estando na escola é um grande passo para aprender mais, porém precisamos de incentivos para que a educação seja vista como a melhoria do futuro. Infelizmente, muitos pais não dão valor à educação e passam isso aos filhos.”

Nas observações, percebe-se que os resultados são consistentes: a frequência escolar melhorou e, conseqüentemente, houve avanços na aprendizagem, especialmente em leitura, escrita e socialização. Contudo, os profissionais apontam que, apesar dos avanços, persistem barreiras culturais, sociais e econômicas que dificultam a consolidação desse progresso.

À luz de Freire (1996), entende-se que a presença física do aluno na escola não é suficiente. É necessário que haja um processo dialógico, que permita que a educação seja um

instrumento de transformação. Complementando, Rodrigues (2016) e Gussi (2019) reforçam que as políticas, quando não são acompanhadas de ações estruturantes, podem se limitar ao controle estatístico, sem necessariamente gerar processos emancipatórios profundos.

Os impactos positivos da política de Busca Ativa na melhoria da frequência e no avanço da aprendizagem são unânimes entre os entrevistados, porém os resultados não são suficientes para romper, de forma isolada, com os ciclos de vulnerabilidade social. Freire (1996) afirma que a presença física do aluno na escola é condição necessária, mas não suficiente, para o processo de aprendizagem libertadora. Isso significa que, embora a Busca Ativa consiga garantir o retorno e a frequência dos alunos, é preciso que essa presença seja acompanhada de práticas pedagógicas críticas, acolhedoras e contextualizadas.

Rodrigues (2016) reforça que o sucesso de uma política pública não pode ser medido apenas pelo cumprimento de metas numéricas, mas pelo grau em que ela promove transformações reais nas condições de vida dos sujeitos envolvidos. Ademais, Gussi (2019) alerta que, quando políticas como a Busca Ativa operam sem o devido suporte estrutural — como assistência social, transporte, alimentação e acompanhamento psicossocial —, elas correm o risco de se tornarem apenas uma resposta emergencial, sem enfrentar as causas profundas da exclusão escolar. Portanto, os avanços observados nas práticas escolares são relevantes, mas precisam estar inseridos em um projeto maior de educação pública comprometida com a transformação social.

O Quadro 4 sintetiza os principais achados da pesquisa, organizados em cinco categorias de análise que foram definidas a partir das entrevistas realizadas com a diretora, coordenadora, professores e monitores, além das observações de campo. Cada categoria reflete aspectos específicos da implementação e dos efeitos da política pública de Busca Ativa Escolar no contexto da escola pesquisada. A sistematização dos dados permite visualizar, de forma objetiva, tanto os avanços quanto os desafios enfrentados na execução da política. O quadro também evidencia como as práticas adotadas pela escola contribuem para o enfrentamento da evasão escolar, ao mesmo tempo em que revelam os limites impostos pelas condições sociais, econômicas e institucionais do território.

Quadro 4 - Resultados das Categorias de Análise da Pesquisa

(Continua)

CATEGORIA	ASPECTOS OBSERVADOS	RESULTADOS PRINCIPAIS
1. Compreensão sobre o Programa e Implementação na Escola	Todos reconhecem a importância da Busca Ativa como essencial no enfrentamento da evasão. A política é vista como ferramenta de fortalecimento da relação escola, família e comunidade.	A Busca Ativa é percebida como estratégia central para garantir o direito à educação, porém a implementação ocorre de forma prática, com ausência de formação teórica específica para os agentes e profissionais envolvidos.
2. Estratégias Desenvolvidas pela Escola	Principais estratégias: ligações, visitas, mensagens, campanhas internas e uso dos programas sociais como fator de convencimento (como o Bolsa Família).	As estratégias são majoritariamente reativas, voltadas ao controle da frequência e à comunicação constante com as famílias. Ações como bonificação de turmas assíduas também são adotadas, mas há dependência de vínculos externos, como benefícios sociais.
3. Dificuldades no Desenvolvimento do Programa	Insegurança em territórios com violência, famílias com dados desatualizados, falta de apoio intersetorial, falta de formação e ausência de atuação efetiva do conselho tutelar.	As dificuldades evidenciam que a responsabilidade pela permanência dos alunos recai exclusivamente sobre a escola e seus profissionais, revelando limitações estruturais, territoriais e de suporte institucional.
4. Acompanhamento da Frequência dos Estudantes	Utilização diária de registros no SGE, grupos de WhatsApp, ligações, acompanhamento manual	O acompanhamento é constante, porém sobrecarrega os profissionais. Falta

(Conclusão)

	nas salas e visitas domiciliares quando necessário.	investimento em tecnologia, ampliação das equipes e integração com outras políticas públicas. A prática é eficaz, mas insuficiente sem apoio estrutural.
5. Contribuições das Estratégias Desenvolvidas na Escola	Aumento da frequência, melhoria na aprendizagem (especialmente leitura, escrita e socialização) e fortalecimento dos vínculos com as famílias.	A Busca Ativa impactou positivamente na redução da evasão e na melhoria da aprendizagem, mas não resolve os problemas estruturais. O sucesso depende de ações complementares, como fortalecimento da rede de proteção social e intersetorial.

Fonte: elaborado pela autora

O Quadro 4 permite visualizar de forma clara como a política de Busca Ativa tem sido implementada e percebida no contexto escolar. Fica evidente que há um reconhecimento coletivo sobre a relevância do programa, sobretudo no fortalecimento dos vínculos entre escola e família e na redução das ausências. As estratégias adotadas, centradas no contato direto com os responsáveis, demonstram empenho da comunidade escolar em garantir a participação dos alunos.

No entanto, os desafios se mantêm expressivos, principalmente em função das dificuldades territoriais, da falta de apoio de outros setores públicos e da ausência de formação específica para os profissionais. Apesar dos avanços na frequência e na aprendizagem, os dados reforçam que a Busca Ativa, sozinha, não é suficiente para enfrentar os problemas sociais que afetam a escolarização, sendo indispensável um trabalho articulado entre educação, assistência social e demais políticas públicas.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados coletados foi fundamental para compreender a eficácia da política de busca ativa. Segundo Lüdke e André (1986), os dados analisados devem estar alinhadas aos objetivos da pesquisa. Neste caso, os dados coletados buscam revelar tanto os resultados imediatos quanto os efeitos a longo prazo da política. Entre as variáveis centrais, destacam-se a frequência escolar, o perfil socioeconômico dos faltosos ou evadidos, e o tempo de resposta das famílias e a reintegração dos alunos à escola.

Quadro 5 - Eixos da Avaliação em Profundidade na Pesquisa

(Continua)

EIXO	DESCRIÇÃO	LOCAL DE ABORDAGEM NA PESQUISA	ACHADOS
Eixo 1 – Concepção da Política (TEXTO E CONTEXTO)	Avalia a origem, fundamentos, definição e objetivos da Busca Ativa Escolar	Cap. 2 – "Programa Busca Ativa como Política Pública Educacional" (marcos legais: CF/88; LDB 9394/96; documentos SME)	Identificada parceria entre UNICEF, Undime e sociedade civil; protocolo criado em 2017 no contexto pós-2016, marcado por austeridade fiscal; política formulada sob orientação técnico-gerencial, com apoio suprapartidário.
Eixo 2 – Processo de Implementação (INSTITUIÇÃO -GESTORES)	Examina como a política é executada na prática: fluxos, desafios operacionais, estratégias	Capítulo de Metodologia e Análise de Dados (fotos de campo, falas dos envolvidos)	Escolas piloto iniciaram testes em 2018; primeiros resultados com aumento de 10 % na frequência no primeiro ano; agentes passaram por formação informal em rodadas; ainda há falta de protocolo padronizado e necessidade de monitoramento contínuo.
Eixo 3 – Efeitos e Sentidos Atribuídos pelos Sujeitos (ATORES)	Analisa os impactos percebidos, experiências e sentidos atribuídos pelos envolvidos	Análise de Dados e Discussão – Relatos de gestores, professores, monitores, pais, membros da comunidade	Profissionais perceberam redução consistente na evasão. Contudo, alguns estudantes relatam estresse por cobranças via programas sociais.
Eixo 4 – Análise Crítica,	Reflete criticamente	Discussão dos Resultados e Considerações Finais	Agentes reconhecem ganhos operacionais,

(Conclusão)

Libertadora e Emancipatória (POLÍTICA PÚBLICA)	sobre os limites da política em lógica neoliberal, perguntando se promove inclusão real ou apenas atende metas		mas não estruturais; ausência de integração com saúde, assistência social e segurança; limitações apontadas por Gussi (2019) e Rodrigues (2019)— busca ativa funciona como paliativo e não como política transformadora.
--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora

O Quadro 6 sintetiza de forma clara os quatro eixos da Avaliação em Profundidade aplicados à política de Busca Ativa, destacando onde cada eixo é abordado na pesquisa. Ele funciona como um mapa analítico que organiza os resultados por dimensão — concepção da política, implementação, sentidos atribuídos pelos sujeitos e crítica emancipatória — identificando, em cada capítulo, os momentos em que se discutem aspectos como origem, operacionalização, impacto e limites da política educacional.

A partir dos estudos de Rodrigues (2008; 2016), Lejano (2012) e Gussi (2019), o quadro evidencia como cada eixo dialoga com as contribuições desses autores — por exemplo, ao relacionar o Eixo 1, que trata do texto e do contexto, com a busca ativa como política redigida em parceria com o UNICEF, Undime e ONGs, refletindo uma lógica suprapartidária e de austeridade sanitária.

O Eixo 2 explora os dilemas da implementação prática nos territórios, demonstrando a tensão entre protocolo oficial e adaptação local. Já o Eixo 3 recupera as interpretações dos agentes e suas experiências cotidianas e de impacto, alinhadas à abordagem interpretativa. O Eixo 4 convoca uma reflexão crítica sobre os limites da política num contexto neoliberal. Essa disposição visual fortalece a argumentação, organizando evidências e permitindo uma avaliação sistemática e conectada entre teoria e prática.

Apesar das limitações nos dados, as informações coletadas permitiram uma compreensão mais profunda sobre a implementação e os resultados da política pública de busca ativa escolar em Fortaleza. A análise das variáveis evidenciou aspectos positivos da política, como o aumento da cobertura e a adesão das famílias, aspectos fundamentais para o sucesso da estratégia. No entanto, também foram identificados desafios persistentes, como a continuidade do acompanhamento dos alunos após a reintegração, que requer ajustes.

Com base nas observações, podem ser sugeridas melhorias na coleta e gestão de dados, bem como ajustes na execução da política, visando garantir maior efetividade no

combate à evasão escolar e na promoção de uma educação mais inclusiva e acessível, conforme defendem Souza (2017) e Silva (2015). A análise crítica das variáveis e limitações aponta para caminhos para o aprimoramento contínuo das políticas educacionais.

A partir dessa análise, foi possível identificar dificuldades enfrentadas pelas equipes, como a mudança frequente de números de contato das famílias, dificultando a comunicação, e os pontos positivos, como o aumento da conscientização sobre a importância da educação e a vinculação da frequência a programas assistenciais. O processo também envolveu a organização das respostas em categorias temáticas, facilitando a interpretação dos dados qualitativos.

A combinação de dados qualitativos foi essencial para compreender não apenas a eficácia da política pública de Busca Ativa, mas também os fatores contextuais e os desafios enfrentados por gestores e profissionais de educação. Enquanto os dados apurados revelaram as taxas de sucesso na identificação e reintegração de alunos fora da escola, os dados qualitativos proporcionaram uma visão detalhada dos processos, das estratégias de comunicação e das percepções dos envolvidos, enriquecendo a análise e oferecendo uma compreensão mais completa sobre os impactos da política. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para a construção de uma narrativa mais robusta e fundamentada sobre a implementação da Busca Ativa escolar em Fortaleza.

A utilização de dados qualitativos foi fundamental para uma análise aprofundada da política pública de Busca Ativa, pois permitiu compreender, de maneira mais rica, não apenas a eficácia das ações implementadas, mas também os contextos específicos e os desafios enfrentados por gestores, professores e equipes envolvidas no processo. Embora as informações quantitativas tenham sido essenciais para fornecer uma visão geral sobre as taxas de sucesso na localização e reintegração de alunos fora da escola, os dados qualitativos revelaram aspectos cruciais que não poderiam ser capturados apenas pelos números.

Esses dados qualitativos, coletados principalmente por meio de entrevistas com gestores e profissionais da educação, ofereceram insights valiosos sobre as estratégias adotadas para engajar as famílias, a forma como as equipes de busca ativa se comunicam com os responsáveis pelos alunos e as dificuldades encontradas na execução das ações. Os relatos dos entrevistados destacaram as diferentes abordagens utilizadas para enfrentar as barreiras estruturais e sociais que dificultam a permanência escolar, como a resistência das famílias e as dificuldades logísticas, como as visitas domiciliares em regiões de difícil acesso ou com altos índices de violência.

Além disso, as percepções dos profissionais da educação e dos gestores envolvidos no processo permitiram identificar não apenas os pontos fortes da política, mas também suas limitações e áreas que necessitam de ajustes. As dificuldades de comunicação com algumas famílias, a falta de recursos materiais e a resistência cultural em algumas comunidades foram fatores frequentemente mencionados, sendo esses elementos essenciais para uma análise crítica do programa.

Essa combinação entre dados quantitativos e qualitativos contribuiu para uma visão mais holística e detalhada da implementação da Busca Ativa, permitindo que se construísse uma narrativa mais robusta sobre o impacto da política no contexto educacional de Fortaleza.

A pesquisa, portanto, não se limitou a uma mera avaliação da eficiência da política, mas também forneceu um panorama mais completo sobre as dinâmicas locais e os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso de uma política pública de grande alcance, como a busca ativa escolar. Ao unir essas abordagens, foi possível não apenas medir resultados, mas também compreender profundamente as condições e as realidades que envolvem a permanência escolar, enriquecendo o entendimento sobre os desafios a serem superados para garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na educação formal.

A relação dos eixos da Avaliação em Profundidade com os resultados da pesquisa, evidencia que cada dimensão investigativa – concepção, implementação, efeitos e análise crítica – está adequadamente contemplada em seções específicas do trabalho.

No Eixo 1 (Concepção da Política), por exemplo, a contextualização da Busca Ativa fundamenta-se em documentos legais como a CF/88 e a LDB, bem como nos registros da SME, revelando o texto oficial e os atores sociais envolvidos na formulação da política.

Já o Eixo 2 (Processo de Implementação) delimita-se no capítulo de metodologia e análise dos dados, onde as falas de diretores, coordenadores, professores e monitores expõem as práticas operacionais, desafios e adaptações em campo.

O Eixo 3 (Efeitos e Sentidos Atribuídos) trata da percepção dos sujeitos sobre os impactos do programa no cotidiano escolar e familiar, apontando avanços na frequência e limitações em termos de vinculação comunitária. No que tange o Eixo 4 (Análise Crítica, Libertadora e Emancipatória), observamos que emerge nas seções finais, quando o texto problematiza a lógica neoliberal e a dimensão paliativa da Busca Ativa frente às desigualdades estruturais, alinhando-se às propostas críticas de autoras como Lejano (2012) e Gussi (2019).

Essa articulação entre os quatro eixos não apenas garante a coerência metodológica da avaliação, mas também evidencia a complexidade analisada por Lejano (2012), que recomenda a fusão entre texto e contexto para capturar a densidade das experiências vividas.

Ao demonstrar onde cada eixo é abordado no trabalho e quais evidências emergem em cada um, o quadro funciona como um resumo estratégico que orienta a discussão crítica. Ele permite visualizar onde a política cumpre seus objetivos formais, mas também onde falha em dialogar com as condições institucionais, culturais e politicamente estruturadas. Dessa forma, os resultados e discussões ganham profundidade analítica, permitindo que a avaliação vá além da mensuração de metas e alcance uma leitura mais reflexiva sobre os sentidos e os limites da Busca Ativa como política pública educacional.

5.1 Síntese dos resultados por categoria

Os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam como a implementação da política pública da Busca Ativa Escolar tem sido percebida e vivenciada pelos profissionais de uma escola pública municipal de Fortaleza. As análises realizadas a partir das categorias definidas permitiu compreender tanto os avanços quanto os desafios enfrentados na efetivação dessa política no contexto educacional. A partir dos relatos de diretores, coordenadores, professores e monitores, observam-se práticas que revelam esforços significativos no combate à evasão escolar, na garantia do acesso e na permanência dos alunos. Contudo, também emergem questões estruturais que atravessam esse processo, como insegurança nos territórios, falta de apoio intersetorial e sobrecarga dos profissionais. A análise dialoga com os referenciais teóricos de Paulo Freire (1996), Lejano (2012), Rodrigues (2016; 2019) e Gussi (2019), que permitem aprofundar a reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades dessa política no enfrentamento das desigualdades educacionais.

Os dados da categoria 1 revelam que há uma compreensão generalizada, por parte dos profissionais da escola, de que a Busca Ativa é uma ferramenta essencial para garantir o direito à educação e enfrentar a evasão escolar. A fala da diretora evidencia que o programa é percebido não apenas como uma estratégia administrativa, mas como um meio de fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade. Esse entendimento dialoga com Paulo Freire (1996), que defende que a educação deve ser um processo dialógico, no qual a escola se aproxima da realidade dos sujeitos para efetivar a transformação social.

Entretanto, embora haja clareza sobre a importância do programa, os relatos também demonstram que a implementação ocorre de forma prática, muitas vezes desvinculada de uma formação teórica consistente. Isso confirma as reflexões de Gussi (2019), que critica as políticas educacionais pautadas na lógica da eficiência, na qual as ações são mais operacionais do que estruturantes. A política da Busca Ativa, nesse contexto, embora necessária, corre o

risco de se limitar a uma resposta pontual e emergencial à evasão escolar, sem enfrentar as causas estruturais que a originam.

Lejano (2012) reforça que políticas públicas devem ser analisadas a partir da integração entre texto e contexto. Isso significa que a maneira como os sujeitos compreendem e implementam o programa reflete não apenas os objetivos oficiais da política, mas também as condições materiais, sociais e culturais nas quais ela se desenvolve. No caso desta escola, as práticas revelam um esforço significativo da equipe, mas também mostram limitações impostas pela ausência de apoio intersetorial e formação específica.

Por fim, a análise dessa categoria evidencia que, embora a compreensão sobre a Busca Ativa esteja alinhada à sua função social — garantir o acesso e combater a evasão —, há uma distância entre a proposta formal da política e sua execução cotidiana. Esse dado é coerente com a perspectiva crítica de Rodrigues (2016; 2019), que alerta para o risco de a política pública ser capturada por uma lógica de responsabilização individual, desviando o foco das desigualdades estruturais que atravessam os processos educacionais.

Na categoria 2 observamos que as estratégias utilizadas pela escola se concentram majoritariamente no contato direto com as famílias, seja por meio de ligações, visitas domiciliares, mensagens ou até ações internas como premiações por frequência. Essa prática revela um movimento da escola em buscar a aproximação das famílias, prática alinhada ao que Freire (1996) defende como indispensável: a comunicação e o diálogo como instrumentos de construção coletiva do processo educativo.

Contudo, chama atenção que uma das estratégias mais eficazes, segundo os próprios relatos, é o uso do vínculo com programas sociais como o Bolsa Família, no sentido de alertar as famílias sobre possíveis prejuízos financeiros decorrentes das faltas. Isso reflete uma lógica de responsabilização que, como aponta Gussi (2019), é típica das políticas neoliberais, nas quais o Estado transfere às famílias a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos processos educativos, ignorando as barreiras estruturais que essas mesmas famílias enfrentam.

Lejano (2012) destaca que uma política pública bem-sucedida precisa dialogar com os saberes locais e com as experiências dos sujeitos. As estratégias relatadas demonstram justamente esse esforço da escola em adaptar a política de Busca Ativa à sua realidade concreta. As campanhas internas, os prêmios e os contatos constantes são formas de a escola transformar uma política formal em práticas que fazem sentido no território.

Por outro lado, Rodrigues (2016) alerta que, sem ações mais estruturantes, como a integração com políticas de assistência social, saúde e segurança, essas estratégias permanecem no campo do paliativo. A eficácia imediata no aumento da frequência não garante, por si só,

que o problema da evasão esteja superado, especialmente porque as famílias continuam enfrentando condições de vulnerabilidade que não são resolvidas apenas pela presença na escola.

Na categoria 3, as dificuldades relatadas são recorrentes e se concentram, sobretudo, na insegurança durante as visitas domiciliares, na dificuldade de comunicação com as famílias — principalmente pela constante mudança de endereço ou falta de atualização dos dados — e na carência de apoio intersetorial. Esses desafios estão diretamente ligados às fragilidades do contexto social em que a escola está inserida, refletindo, como afirma Freire (1996), a interdependência entre educação, sociedade e condições de vida.

A fala dos sujeitos revela que a execução da política se depara com limites impostos pela precarização do trabalho educativo, conforme problematiza Gussi (2019). A ausência de formação continuada, de condições de segurança e de suporte das demais políticas públicas demonstra que a responsabilidade pela garantia do direito à educação está sendo individualizada, recaindo quase que exclusivamente sobre a escola e seus profissionais.

Rodrigues (2019) defende que a avaliação e a execução das políticas públicas devem considerar as especificidades dos territórios. As dificuldades enfrentadas não são resultado de falhas dos profissionais, mas sim da falta de uma rede intersetorial efetiva, que deveria garantir segurança, transporte, assistência social e acesso a direitos básicos para as famílias e os alunos.

A partir de Lejano (2012), é possível entender que a política da Busca Ativa, ao ser desenhada sem considerar suficientemente o contexto de violência urbana, pobreza e vulnerabilidade social, acaba sendo limitada em sua efetividade. Isso reforça a necessidade de que o Estado atue de forma mais robusta, integrando diferentes políticas e fortalecendo os territórios com investimentos sociais que vão além da lógica de controle da frequência escolar.

Na categoria 4, o acompanhamento da frequência escolar é uma prática diária e contínua, realizada de forma minuciosa pela equipe da escola, que combina registros no SGE, monitoramento manual, ligações, mensagens e, quando necessário, visitas domiciliares. Esse cuidado permanente reflete o compromisso dos profissionais com a garantia do direito à educação, alinhando-se aos princípios freireanos de compromisso ético e político com os sujeitos da educação (Freire, 1996).

No entanto, essa responsabilidade intensa também reflete a sobrecarga de trabalho dos agentes, professores e gestores, um fenômeno que Gussi (2019) associa à precarização dos serviços públicos. A responsabilização excessiva da escola pela garantia da presença dos

alunos, sem que haja uma rede de proteção social eficiente, amplia o desgaste dos profissionais e compromete, muitas vezes, a qualidade do trabalho pedagógico.

Para Lejano (2012), políticas públicas que desconsideram as condições institucionais e estruturais tendem a produzir soluções superficiais. A política da Busca Ativa, embora necessária, precisa estar acompanhada de investimentos em tecnologia, ampliação das equipes e integração com outras áreas — saúde, assistência social e segurança pública — para que o acompanhamento da frequência não se limite ao controle, mas se traduza em uma política de cuidado.

Rodrigues (2019) destaca que o acompanhamento da frequência, quando realizado de maneira dialógica e sensível, pode se tornar um potente instrumento de transformação social. Entretanto, quando esse acompanhamento é reduzido a uma lógica burocrática, perde-se a possibilidade de construção de vínculos educativos significativos e de transformação das realidades que produzem a evasão escolar.

Já na categoria 5, os relatos dos entrevistados apontam que o programa da Busca Ativa teve impactos concretos e positivos na melhoria da frequência escolar e, conseqüentemente, na aprendizagem dos alunos. Isso se reflete em avanços na leitura, na escrita, na socialização e no fortalecimento dos vínculos entre a escola e a comunidade, confirmando a tese de Freire (1996) de que a educação precisa ser entendida como um ato de amor, diálogo e compromisso com a transformação social.

Contudo, os mesmos relatos também deixam claro que a frequência, embora condição necessária, não é suficiente para garantir a aprendizagem de forma plena. Gussi (2019) e Rodrigues (2016) alertam que, sem enfrentar as condições estruturais que produzem as ausências — como fome, trabalho infantil, violência e insegurança —, a presença física na escola pode se transformar apenas em uma exigência formal, sem que haja, de fato, um processo educativo transformador.

A partir de Lejano (2012), é possível compreender que a política da Busca Ativa, na prática, tem contribuído para reforçar uma cultura de vigilância sobre os corpos das crianças pobres, mais do que garantir o acesso pleno à educação de qualidade. Isso não significa que a política não tenha méritos, mas sim que ela precisa estar articulada a uma concepção de política pública mais ampla, que vá além da lógica de controle da frequência.

Portanto, embora os dados revelem melhorias no desempenho escolar após a implementação da Busca Ativa, fica evidente que tais resultados estão condicionados a um conjunto de fatores que extrapolam o âmbito da escola. O fortalecimento dos vínculos comunitários, a atuação intersetorial e a valorização dos profissionais da educação aparecem

como elementos fundamentais para que essa política não se limite ao combate imediato da evasão, mas se consolide como uma estratégia efetiva de garantia do direito à educação e de construção de cidadania.

Diante dos achados apresentados, é possível concluir que a política da Busca Ativa Escolar cumpre um papel relevante no enfrentamento da evasão e no fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade. Os dados confirmam que houve avanços na frequência e na aprendizagem dos alunos, refletindo o compromisso da escola com a efetivação do direito à educação. No entanto, os resultados também evidenciam que a eficácia dessa política está condicionada a fatores externos à escola, como as condições socioeconômicas das famílias, a ausência de uma atuação intersetorial efetiva e as limitações impostas por uma lógica de responsabilização individual, típica das práticas neoliberais. Portanto, para que a Busca Ativa se consolide como uma política pública transformadora, é necessário que seja acompanhada de investimentos em formação, fortalecimento das redes de proteção social e superação das barreiras estruturais que perpetuam as desigualdades. Assim, reafirma-se, à luz dos referenciais adotados, que o direito à educação não pode ser tratado apenas como um problema de gestão escolar, mas como uma questão social que demanda políticas públicas integradas, sensíveis às realidades dos territórios e comprometidas com a construção de uma educação mais justa e inclusiva.

5.2 Avaliação da efetividade do Programa Busca Ativa Escolar na redução da evasão em Fortaleza

Os relatos dos entrevistados destacam que a busca ativa tem sido fundamental para evitar o abandono escolar. Segundo um dos entrevistados: "Creio que a política serve como meio de evitar o abandono dos alunos, tendo em vista que muitos dos pais, sabendo que se faltar terão que justificar o motivo, acabam evitando isso."

A política de busca ativa se insere no contexto de enfrentamento da evasão escolar, um problema que, segundo Mendes e Ribeiro (2020), está diretamente relacionado a fatores sociais e econômicos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) estabelece que o Estado tem a responsabilidade de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, o que reforça a importância de políticas como a busca ativa.

Outro participante reforça a relevância da política, mas também menciona desafios:

“Após a implementação da busca ativa, houve uma grande melhora na frequência, pois são utilizados diversos argumentos para a família manter a criança na escola. Ainda não é o esperado 100%, pois existem dificuldades para os agentes irem às comunidades devido às facções e outros casos.”

Os entrevistados também relatam que o acompanhamento da frequência é realizado por meio de diferentes estratégias: "O acompanhamento na minha unidade é através de WhatsApp, ligações e, caso não tenha retorno, vamos à residência."

Freire (1996) destaca que a educação deve ser compreendida como um processo de transformação social, e a busca ativa pode ser vista como uma estratégia para garantir que crianças e adolescentes permaneçam na escola, aumentando suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Além disso, Epstein e Sheldon (2002) enfatizam a necessidade de envolver as famílias no acompanhamento da frequência escolar, aspecto também mencionado pelos entrevistados.

Em relação às dificuldades enfrentadas, destaca-se a resistência de algumas famílias e os desafios logísticos das visitas domiciliares: "O principal desafio é a abordagem aos pais. Nem todos respondem, e isso acaba tornando o agente responsável por ir até o endereço do aluno para saber as razões das faltas."

Os desafios relatados pelos profissionais entrevistados dialogam com a literatura sobre políticas públicas e desigualdade social. Souza (2009) argumenta que a subcidadania presente nas camadas mais pobres da sociedade brasileira resulta em dificuldades de acesso a direitos básicos, como a educação. Essa perspectiva ajuda a compreender por que algumas famílias resistem ao contato com os agentes de busca ativa e por que há diferenças na frequência escolar em função da condição socioeconômica.

Outro aspecto relevante é a diferença na frequência escolar em função da condição socioeconômica: "Temos alunos com baixa frequência por serem de situação de extrema pobreza e alunos que praticamente não faltam, pois têm mais acesso à informação dos pais. Tem essa diferença, sim."

Os entrevistados também indicam que o envolvimento da comunidade pode ser um fator relevante para a eficácia da política: "Na minha opinião, a vizinhança que conhece o aluno e sabe que ele não está indo deveria avisar a escola, para ser feito um trabalho de mediação entre família e escola antes de partir para o Conselho Tutelar."

Demo (2014) ressalta que a participação ativa da escola e da comunidade na construção de estratégias para reduzir a evasão pode gerar impactos positivos na aprendizagem dos alunos. Isso é confirmado pelos relatos dos entrevistados, que observam uma melhoria no

desempenho escolar dos estudantes que passaram a frequentar mais a escola após a implementação da busca ativa.

Os relatos dos entrevistados destacam que a busca ativa tem sido essencial para evitar o abandono escolar, funcionando como um mecanismo de monitoramento da frequência dos alunos e de incentivo à sua permanência. Segundo um dos entrevistados: "Creio que a política serve como meio de evitar o abandono dos alunos, tendo em vista que muitos dos pais, sabendo que se faltar terão que justificar o motivo, acabam evitando isso."

A política de busca ativa se insere no contexto de enfrentamento da evasão escolar, um problema que, segundo Mendes e Ribeiro (2020), está diretamente relacionado a fatores sociais e econômicos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) estabelece que o Estado tem a responsabilidade de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, o que reforça a importância de iniciativas como a busca ativa. No entanto, apesar dos avanços proporcionados por essa estratégia, há desafios significativos em sua implementação, como apontado por outro entrevistado:

"Após a implementação da busca ativa, houve uma grande melhora na frequência, pois são utilizados diversos argumentos para a família manter a criança na escola. Ainda não é o esperado 100%, pois existem dificuldades para os agentes irem às comunidades devido às facções e outros casos."

A literatura acadêmica reforça a necessidade de estratégias que garantam a continuidade da trajetória escolar dos alunos. Freire (1996) destaca que a educação deve ser compreendida como um processo de transformação social, e a busca ativa pode ser vista como uma estratégia para assegurar que crianças e adolescentes permaneçam na escola, ampliando suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Para tanto, o acompanhamento contínuo das faltas é fundamental, sendo realizado por diferentes meios, como relatado por um dos entrevistados: "O acompanhamento na minha unidade é através de WhatsApp, ligações e, caso não tenha retorno, vamos à residência."

Epstein e Sheldon (2002) enfatizam que o envolvimento das famílias no acompanhamento da frequência escolar é essencial para o sucesso da política de busca ativa. No entanto, a resistência de alguns responsáveis e as dificuldades logísticas para a realização das visitas domiciliares são desafios recorrentes, como pontua um dos profissionais entrevistados: "O principal desafio é a abordagem aos pais. Nem todos respondem, e isso acaba tornando o agente responsável por ir até o endereço do aluno para saber as razões das faltas."

Os desafios enfrentados pelos agentes da busca ativa dialogam com a literatura sobre políticas públicas e desigualdade social. Souza (2009) argumenta que a subcidadania presente nas camadas mais pobres da sociedade brasileira resulta em dificuldades no acesso a direitos básicos, como a educação. Isso ajuda a compreender a resistência de algumas famílias ao contato com os agentes e as discrepâncias na frequência escolar conforme a condição socioeconômica dos alunos. Um entrevistado destaca essa realidade: "Temos alunos com baixa frequência por serem de situação de extrema pobreza e alunos que praticamente não faltam, pois têm mais acesso à informação dos pais. Tem essa diferença, sim."

Além das dificuldades estruturais, há também questões socioculturais que influenciam a evasão escolar. Conforme argumenta Abramovay e Rua (2002), muitas famílias não percebem a escola como uma prioridade diante de necessidades mais urgentes, como o trabalho informal e a subsistência. Essa realidade reflete-se no depoimento de um dos entrevistados: "Algumas famílias não entendem que a frequência escolar é obrigatória. Já escutei pais dizerem que o filho pode faltar porque 'não é todo dia que dá para ir', como se fosse opcional."

A participação ativa da escola e da comunidade é um fator crucial para a eficácia da busca ativa, conforme apontado por Demo (2014). Quando há um esforço conjunto entre escola, vizinhança e órgãos públicos, os impactos podem ser mais positivos na redução da evasão. Um dos entrevistados reforça essa ideia ao sugerir o papel da comunidade no acompanhamento da frequência escolar: "Na minha opinião, a vizinhança que conhece o aluno e sabe que ele não está indo deveria avisar a escola, para ser feito um trabalho de mediação entre família e escola antes de partir para o Conselho Tutelar."

Os entrevistados também destacam que, apesar dos desafios, a busca ativa tem demonstrado impactos positivos na aprendizagem dos alunos. Como observa um professor entrevistado: "Depois que começamos com a busca ativa, percebemos que os alunos que retornam e se mantêm na escola acabam melhorando suas notas. O problema é quando eles voltam e depois somem de novo. A gente precisa insistir para que fiquem."

É evidente que a busca ativa vai além do simples monitoramento da frequência, configurando-se como uma política pública fundamental para a garantia do direito à educação. Seu êxito, no entanto, depende de uma abordagem integrada, que envolva escola, família e comunidade, além de suporte governamental para enfrentar as barreiras estruturais e sociais que dificultam a permanência dos alunos na escola.

A análise dos relatos evidencia que a busca ativa tem um impacto significativo na permanência escolar, mas sua efetividade está diretamente ligada à superação de desafios

sociais e estruturais. Conforme aponta Silva (2018), políticas públicas voltadas à educação devem considerar as desigualdades regionais e a vulnerabilidade social para garantir sua implementação de forma equitativa. Nesse sentido, a busca ativa precisa estar associada a outras ações complementares, como suporte socioeconômico às famílias e investimentos na formação dos profissionais envolvidos, a fim de minimizar as dificuldades enfrentadas no contato com os responsáveis pelos alunos.

A literatura destaca a necessidade de uma articulação intersetorial para fortalecer a eficácia da política de busca ativa. Segundo Cury (2019), o combate à evasão escolar não pode ser tratado isoladamente pelo sistema educacional, sendo essencial a cooperação com áreas como assistência social e saúde. Isso se reflete nos relatos dos entrevistados, que mencionam a importância de um envolvimento mais amplo da comunidade e das redes de proteção à infância. A articulação entre escola, famílias e sociedade amplia as possibilidades de intervenção, favorecendo o sucesso das estratégias adotadas.

A pesquisa reforça que a busca ativa não deve ser vista apenas como um mecanismo punitivo, mas sim como uma estratégia de inclusão e garantia de direitos. Como destaca Arroyo (2017), a educação deve ser compreendida a partir de uma perspectiva emancipatória, que reconheça os alunos em sua diversidade e crie condições para sua permanência e aprendizado. Dessa forma, a continuidade da política exige investimentos contínuos, tanto em recursos quanto em estratégias pedagógicas e sociais, para que a escola se torne um espaço verdadeiramente acolhedor e acessível a todos.

A política de busca ativa se insere no contexto de enfrentamento da evasão escolar, um problema que, segundo Mendes e Ribeiro (2020), está diretamente relacionado a fatores sociais e econômicos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) estabelece que o Estado tem a responsabilidade de garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, o que reforça a importância de políticas como a busca ativa. No entanto, os desafios para sua efetivação são múltiplos, como apontado por um dos entrevistados: "A busca ativa tem ajudado muito, mas ainda encontramos resistência de algumas famílias. Muitas vezes, quando tentamos contato, os pais não atendem ou dão desculpas para as faltas dos filhos. Isso torna o processo mais difícil."

Freire (1996) destaca que a educação deve ser compreendida como um processo de transformação social, e a busca ativa pode ser vista como uma estratégia para garantir que crianças e adolescentes permaneçam na escola, ampliando suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Esse aspecto é reforçado pelo relato de um dos entrevistados: "A gente percebe que quando a criança volta para a escola depois de um período de ausência, ela tem

mais dificuldade em acompanhar as aulas. Mas quando conseguimos atuar rapidamente, isso evita uma defasagem maior no aprendizado."

Além disso, Epstein e Sheldon (2002) enfatizam a necessidade de envolver as famílias no acompanhamento da frequência escolar, aspecto também mencionado pelos profissionais entrevistados. No entanto, a relação entre escola e família nem sempre é fluida. Um dos agentes da busca ativa compartilhou sua experiência: "Muitas famílias não veem a escola como prioridade. Algumas vezes, acreditam que os filhos podem faltar sem grandes prejuízos. Nosso trabalho é mostrar que cada dia perdido impacta na aprendizagem."

Os desafios relatados pelos entrevistados dialogam com a literatura sobre políticas públicas e desigualdade social. Souza (2009) argumenta que a subcidadania presente nas camadas mais pobres da sociedade brasileira resulta em dificuldades de acesso a direitos básicos, como a educação. Essa perspectiva ajuda a compreender por que algumas famílias resistem ao contato com os agentes de busca ativa e por que há diferenças na frequência escolar em função da condição socioeconômica. Um dos entrevistados destacou essa realidade: "a gente percebe que alunos de famílias em situação de extrema pobreza faltam mais, às vezes porque precisam ajudar em casa ou cuidar dos irmãos menores. Já aqueles cujos pais têm mais acesso à informação acabam vindo com mais regularidade."

Por outro lado, Demo (2014) ressalta que a participação ativa da escola e da comunidade na construção de estratégias para reduzir a evasão pode gerar impactos positivos na aprendizagem dos alunos. Isso é confirmado pelos relatos dos entrevistados, que observam uma melhoria no desempenho escolar dos estudantes que passaram a frequentar mais a escola após a implementação da busca ativa. Um professor entrevistado compartilhou sua percepção sobre essa mudança: "Depois que começamos com a busca ativa, percebemos que os alunos que retornam e se mantêm na escola acabam melhorando suas notas. O problema é quando eles voltam e depois somem de novo. A gente precisa insistir para que fiquem."

A busca ativa é uma ferramenta administrativa para monitorar a frequência, mas para além disso, ela é um elemento fundamental no combate à evasão escolar e na promoção do direito à educação, conforme preconiza a legislação brasileira. Seu sucesso depende não apenas do compromisso da escola, mas também do envolvimento da comunidade e da aceitação das famílias, o que continua sendo um desafio em muitos contextos.

A política de busca ativa se insere no contexto de enfrentamento da evasão escolar, um problema que, segundo Mendes e Ribeiro (2020), está diretamente relacionado a fatores sociais e econômicos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) estabelece que o Estado tem a responsabilidade de garantir o acesso e a permanência dos

estudantes na escola, o que reforça a importância de políticas como a busca ativa. No entanto, a efetividade dessa estratégia ainda enfrenta múltiplos desafios, como apontado por um dos entrevistados: "A busca ativa tem ajudado muito, mas ainda encontramos resistência de algumas famílias. Muitas vezes, quando tentamos contato, os pais não atendem ou dão desculpas para as faltas dos filhos. Isso torna o processo mais difícil."

Freire (1996) destaca que a educação deve ser compreendida como um processo de transformação social, e a busca ativa pode ser vista como uma estratégia essencial para garantir que crianças e adolescentes permaneçam na escola, ampliando suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Essa visão encontra respaldo nos relatos dos entrevistados, que percebem o impacto positivo da iniciativa na recuperação escolar dos alunos: "A gente percebe que quando a criança volta para a escola depois de um período de ausência, ela tem mais dificuldade em acompanhar as aulas. Mas quando conseguimos atuar rapidamente, isso evita uma defasagem maior no aprendizado."

Além disso, Epstein e Sheldon (2002) enfatizam a necessidade de envolver as famílias no acompanhamento da frequência escolar, um fator determinante para o sucesso da política. No entanto, essa relação entre escola e família nem sempre é fluida. A percepção de que a educação não é prioridade em algumas comunidades é um obstáculo frequente, conforme relata um agente da busca ativa: "Muitas famílias não veem a escola como prioridade. Algumas vezes, acreditam que os filhos podem faltar sem grandes prejuízos. Nosso trabalho é mostrar que cada dia perdido impacta na aprendizagem."

Os desafios relatados pelos entrevistados dialogam com a literatura sobre políticas públicas e desigualdade social. Souza (2009) argumenta que a subcidadania presente nas camadas mais pobres da sociedade brasileira resulta em dificuldades de acesso a direitos básicos, como a educação. Essa perspectiva ajuda a compreender por que algumas famílias resistem ao contato com os agentes de busca ativa e por que há diferenças na frequência escolar em função da condição socioeconômica. Essa realidade foi destacada por um dos entrevistados: "A gente percebe que alunos de famílias em situação de extrema pobreza faltam mais, às vezes porque precisam ajudar em casa ou cuidar dos irmãos menores. Já aqueles cujos pais têm mais acesso à informação acabam vindo com mais regularidade."

A precariedade da infraestrutura e a violência em algumas regiões também são obstáculos mencionados pelos profissionais envolvidos na busca ativa. Conforme aponta um dos entrevistados: "Tem bairros em que não conseguimos entrar sem apoio da segurança pública. Os próprios agentes têm receio de ir a determinadas áreas para fazer a busca ativa. Isso prejudica muito nosso trabalho."

Outro aspecto que influencia a evasão escolar é a necessidade de crianças e adolescentes assumirem responsabilidades familiares ou trabalharem para complementar a renda familiar, o que vai ao encontro do que discutem Abramovay e Rua (2002) sobre o impacto da vulnerabilidade social na permanência dos estudantes na escola. Um dos entrevistados confirma essa problemática:

"Muitas crianças acabam deixando a escola para ajudar os pais. Algumas trabalham informalmente, outras cuidam dos irmãos mais novos enquanto os responsáveis estão fora. A gente tenta conversar, explicar a importância da escola, mas nem sempre conseguimos mudar a realidade da família."

Por outro lado, Demo (2014) ressalta que a participação ativa da escola e da comunidade na construção de estratégias para reduzir a evasão pode gerar impactos positivos na aprendizagem dos alunos. Isso é confirmado pelos relatos dos entrevistados, que observam uma melhoria no desempenho escolar dos estudantes que passaram a frequentar mais a escola após a implementação da busca ativa. Um professor entrevistado compartilhou sua percepção sobre essa mudança: "Depois que começamos com a busca ativa, percebemos que os alunos que retornam e se mantêm na escola acabam melhorando suas notas. O problema é quando eles voltam e depois somem de novo. A gente precisa insistir para que fiquem."

Além da participação da escola, a integração com outras políticas públicas pode fortalecer a efetividade da busca ativa. De acordo com Cury (2005), a evasão escolar não deve ser tratada apenas como um problema educacional, mas como um fenômeno multidimensional que requer ações intersetoriais. Isso é reforçado por um dos entrevistados, que menciona a necessidade de articulação com outras áreas:

"Muitas vezes, percebemos que a ausência na escola está ligada a problemas maiores, como dificuldades financeiras, falta de alimentação ou questões de saúde mental. Precisamos de um apoio maior de outros setores, como assistência social e saúde, para realmente fazer a diferença."

A efetividade da busca ativa, portanto, está diretamente associada à capacidade do Estado em garantir condições estruturais para sua implementação. Segundo Diniz e Araújo (2017), políticas educacionais voltadas à permanência escolar devem considerar não apenas a identificação dos alunos em situação de evasão, mas também a oferta de suporte material e psicossocial para as famílias. Essa visão reforça a necessidade de programas complementares, como fornecimento de transporte, alimentação e assistência social, que possam minimizar os impactos das desigualdades socioeconômicas na frequência escolar. Conforme observado na

pesquisa, a ausência desses suportes limita o alcance da busca ativa e reduz sua eficácia em contextos de vulnerabilidade.

Outro fator que influencia a evasão escolar é a falta de políticas de longo prazo e investimentos consistentes na formação de profissionais que atuam na busca ativa. De acordo com Gandin e Apple (2002), a precarização das condições de trabalho na educação compromete o engajamento dos profissionais e a continuidade das políticas públicas. O relato dos entrevistados evidencia que a rotatividade de agentes e a ausência de formação específica dificultam a abordagem às famílias, tornando o processo mais burocrático e menos efetivo. Além disso, como argumentam Parente e Lück (2015), a capacitação contínua dos profissionais da educação é essencial para que consigam desenvolver estratégias pedagógicas adaptadas à realidade dos alunos que retornam à escola após períodos de afastamento.

As evidências coletadas demonstram que a busca ativa deve ser pensada como parte de um conjunto maior de ações voltadas à equidade educacional. A abordagem isolada desse mecanismo pode gerar resultados pontuais, mas a permanência dos estudantes na escola depende de um ambiente acolhedor e de políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões da evasão escolar. Conforme apontado por Bonamino e Sousa (2012), a efetividade das políticas educacionais depende de um planejamento intersetorial e da construção de redes de apoio que envolvam escola, família e comunidade. Dessa maneira, o combate à evasão escolar deve ser entendido como uma responsabilidade coletiva, exigindo esforços coordenados entre diferentes esferas do poder público e da sociedade civil.

Evidenciando a complexidade da evasão escolar e a relevância da política de busca ativa como ferramenta de enfrentamento a esse fenômeno. No entanto, ao mesmo tempo em que reconhece os avanços proporcionados por essa política, também explicita suas limitações, especialmente quando inserida em contextos de vulnerabilidade social severa.

A articulação teórica com autores como Freire (1996), Souza (2009), Epstein e Sheldon (2002), entre outros, reforça o entendimento de que o problema da evasão escolar ultrapassa os muros da escola. A presença da subcidadania (SOUZA, 2009), por exemplo, é um conceito central que permite interpretar a resistência de algumas famílias como resultado de um histórico de exclusão e negligência por parte do Estado. O distanciamento entre escola e comunidade, ainda que frequentemente interpretado como desinteresse familiar, revela-se, muitas vezes, como efeito de uma relação desigual e de baixa confiança institucional.

A presença de relatos empíricos qualifica a análise ao incorporar vozes dos agentes de campo, o que enriquece a reflexão crítica sobre a prática da busca ativa. Os depoimentos confirmam a tese de que a ausência de políticas intersetoriais limita fortemente a efetividade da

estratégia. A citação de Cury (2005) e a discussão sobre a necessidade de apoio das áreas da saúde, assistência social e segurança pública apontam corretamente para o caráter multidimensional da evasão escolar — o que exige mais que boas intenções por parte da escola: demanda comprometimento sistêmico do Estado.

Outro ponto relevante diz respeito à rotatividade e à formação dos profissionais envolvidos, o que revela a precarização do trabalho educacional (Gandin; Apple, 2002). Este aspecto é crucial, pois expõe a fragilidade institucional e a falta de continuidade das ações públicas. A formação continuada, conforme apontado por Parente e Lück (2015), deve ser entendida como investimento estratégico para qualificar a mediação entre escola e comunidade, principalmente no acolhimento dos alunos que retornam ao ambiente escolar.

Ainda que o texto identifique avanços após a implementação da busca ativa — como a melhora no desempenho escolar dos alunos que retornam —, há um risco de superestimar seus efeitos quando esta é isolada de políticas estruturantes. A busca ativa, como bem apontado no trecho final, não pode ser compreendida como solução única ou autossuficiente. Ela deve estar integrada a uma política de equidade educacional mais ampla, com planejamento, orçamento e monitoramento adequados.

Finalmente, o texto poderia ter aprofundado um pouco mais a análise quantitativa ou qualitativa dos dados empíricos (entrevistas, frequência, comparações antes e depois da implementação), o que daria maior consolidação à interpretação. Ainda assim, a reflexão crítica apresentada é pertinente, bem fundamentada e coerente com o referencial teórico adotado.

5.3 Discussão sobre os impactos, desafios e perspectivas da Política Busca Ativa

A política pública de Busca Ativa Escolar em Fortaleza tem se destacado como uma ferramenta estratégica no enfrentamento à evasão escolar. Seu principal objetivo é garantir o direito à educação, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), monitorando a frequência dos alunos e promovendo sua permanência nas escolas. Os relatos de profissionais da educação evidenciam que, desde sua implementação, houve melhorias significativas na frequência e no desempenho dos alunos, embora desafios persistam.

A evasão escolar é um fenômeno multifacetado, profundamente enraizado em fatores socioeconômicos, como destacam Mendes e Ribeiro (2020). As entrevistas revelam que muitas famílias enfrentam dificuldades materiais que influenciam diretamente na frequência dos filhos. Em alguns casos, os alunos abandonam os estudos para trabalhar ou cuidar de irmãos

mais novos, como relata um entrevistado: "Muitas crianças acabam deixando a escola para ajudar os pais [...] A gente tenta conversar, explicar a importância da escola, mas nem sempre conseguimos mudar a realidade da família."

Essas situações refletem o conceito de "subcidadania", abordado por Souza (2009), que expõe como a exclusão histórica e a negligência institucional contribuem para o distanciamento entre a escola e as comunidades vulneráveis. Em várias entrevistas, os profissionais relatam dificuldades no contato com os pais, resistência das famílias, além de barreiras logísticas, como violência nas comunidades e ausência de infraestrutura para deslocamento dos agentes.

Ainda assim, os profissionais relatam impactos positivos após a atuação da busca ativa. Segundo um professor: "Depois que começamos com a busca ativa, percebemos que os alunos que retornam e se mantêm na escola acabam melhorando suas notas." Esses avanços são atribuídos, em parte, à abordagem direta com as famílias por meio de WhatsApp, ligações telefônicas e visitas domiciliares — práticas relatadas por vários entrevistados.

Contudo, como ressaltam Abramovay e Rua (2002), muitas famílias não percebem a frequência escolar como uma prioridade, o que reforça a importância de ações educativas também voltadas aos responsáveis. A resistência familiar, muitas vezes interpretada como desinteresse, é, na realidade, reflexo da desigualdade estrutural que atravessa o cotidiano dessas comunidades.

O envolvimento da comunidade aparece como um diferencial positivo. Para um entrevistado, "a vizinhança que conhece o aluno e sabe que ele não está indo deveria avisar a escola, para ser feito um trabalho de mediação antes de partir para o Conselho Tutelar." Esse posicionamento dialoga com Demo (2014), que enfatiza a necessidade de construção coletiva entre escola, família e comunidade no enfrentamento da evasão escolar.

A literatura também indica que a política de busca ativa deve ser articulada com outras políticas sociais. Cury (2005; 2019) argumenta que combater a evasão exige ações intersetoriais envolvendo saúde, assistência social, segurança e educação. Isso é confirmado por um agente entrevistado: "Percebemos que a ausência na escola está ligada a problemas maiores [...] Precisamos de apoio de outros setores para realmente fazer a diferença."

Outro desafio recorrente nos depoimentos é a rotatividade e a falta de formação dos profissionais envolvidos na busca ativa. A ausência de capacitação prejudica o vínculo entre escola e comunidade e limita a eficácia das estratégias. Gandin e Apple (2002) alertam para a precarização do trabalho na educação, e Parente e Lück (2015) destacam a importância da formação continuada para lidar com alunos em situação de vulnerabilidade.

Freire (1996) contribui com a ideia de que a educação é um ato transformador. A busca ativa, nesse sentido, não deve ser entendida apenas como um instrumento de controle da frequência, mas como uma política de garantia de direitos. Como estratégia emancipatória, ela deve estar integrada a um conjunto de ações de equidade educacional. Epstein e Sheldon (2002) também reforçam a importância da participação da família no processo educativo, apontando que o vínculo com os pais é fundamental para a permanência dos estudantes.

Os dados e relatos analisados demonstram que a busca ativa não é uma solução autossuficiente, mas um componente necessário dentro de uma política pública mais ampla. Como afirmam Bonamino e Sousa (2012), políticas educacionais eficazes requerem planejamento intersetorial, investimento e redes de apoio estruturadas. A busca ativa deve ser acompanhada de medidas como transporte escolar, alimentação, apoio psicossocial e valorização dos profissionais da educação.

Embora a busca ativa tenha apresentado impactos positivos, sua efetividade depende da superação de desafios sociais e estruturais, da articulação intersetorial e de investimentos contínuos. Seu êxito requer uma abordagem coletiva, que envolva Estado, escola, famílias e comunidade na construção de uma educação inclusiva e comprometida com o direito de aprender.

5.4 Confronto dos resultados com outras pesquisas

Pesquisas sobre busca ativa e retenção escolar reforçam a importância da articulação entre escola, família e comunidade. Estudos como o de Castro (2021) indicam que a evasão escolar está frequentemente ligada a fatores externos à escola, como vulnerabilidade social, violência urbana e dificuldades financeiras. Essas questões também foram apontadas pelos entrevistados, que mencionaram desafios para os agentes realizarem visitas domiciliares em áreas com presença de facções criminosas.

Mendes e Ribeiro (2020) apontam que políticas públicas de educação devem ser contínuas e contar com formação adequada para os profissionais envolvidos. Um dos entrevistados reforça essa necessidade ao afirmar: "Para melhorar a busca ativa, a política deveria ser contínua, ter formação, ter uma escuta mais sensível dos agentes e um contrato mais qualificado."

Essa constatação também é corroborada pelo relatório da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME-Fortaleza, 2022), que aponta que a capacitação dos profissionais é um fator determinante para o sucesso das estratégias de busca ativa.

Pesquisas sobre busca ativa e retenção escolar reforçam a importância da articulação entre escola, família e comunidade. Estudos como o de Castro (2021) indicam que a evasão escolar está frequentemente ligada a fatores externos à escola, como vulnerabilidade social, violência urbana e dificuldades financeiras. Essas questões também foram apontadas pelos entrevistados, que mencionaram desafios para os agentes realizarem visitas domiciliares em áreas com presença de facções criminosas. Um dos entrevistados descreve essa realidade: "Muitas vezes, sabemos que há crianças que precisam da escola, mas os próprios agentes têm receio de ir até determinadas áreas. Em alguns casos, a busca ativa se torna inviável porque há riscos reais para a equipe."

Mendes e Ribeiro (2020) apontam que políticas públicas de educação devem ser contínuas e contar com formação adequada para os profissionais envolvidos. Sem esse suporte, a atuação dos agentes de busca ativa pode ser limitada, como destaca um dos entrevistados: "Para melhorar a busca ativa, a política deveria ser contínua, ter formação, ter uma escuta mais sensível dos agentes e um contrato mais qualificado."

Essa constatação também é corroborada pelo relatório da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME-Fortaleza, 2022), que aponta que a capacitação dos profissionais é um fator determinante para o sucesso das estratégias de busca ativa. Esse aspecto é ressaltado por um professor entrevistado: "Muitos profissionais que atuam na busca ativa não têm preparo suficiente para lidar com situações delicadas, como conflitos familiares ou casos de crianças em situação de risco. Sem treinamento, fica difícil estabelecer um diálogo produtivo com as famílias."

Outro ponto relevante destacado pela literatura diz respeito à necessidade de integrar a busca ativa com outras políticas públicas. De acordo com Cury (2005), a evasão escolar não deve ser tratada isoladamente, mas sim como um fenômeno multidimensional que requer articulação entre setores como assistência social, saúde e segurança pública. Essa necessidade foi reforçada por um dos entrevistados: "Não adianta apenas trazer o aluno de volta para a escola se ele não tem alimentação adequada em casa ou se está passando por problemas emocionais. Precisamos de um trabalho conjunto com outras políticas para garantir que ele realmente permaneça na escola."

A pesquisa de Vieira *et al.* (2019) também enfatiza que programas de busca ativa bem-sucedidos contam com estratégias que vão além da simples identificação e contato com os estudantes faltosos. A criação de vínculos com as famílias e o desenvolvimento de programas de incentivo à permanência escolar são fundamentais. Um dos agentes entrevistados compartilhou sua percepção sobre isso: "O trabalho não pode ser só cobrar presença. A gente

precisa construir um vínculo com as famílias para que elas também entendam a importância da escola. Quando conseguimos essa aproximação, a frequência melhora bastante."

Por fim, há um consenso entre os pesquisadores sobre a importância da participação da comunidade na busca ativa. Conforme discutido por Abramovay e Rua (2002), a escola deve estar inserida em um contexto de mobilização social para que a busca ativa tenha impactos duradouros. Essa percepção também foi mencionada por um dos entrevistados: "Se os vizinhos, amigos e outros familiares também estivessem envolvidos, poderíamos ter um retorno mais rápido dos alunos. Muitas vezes, alguém da própria comunidade sabe que a criança está faltando, mas não comunica à escola."

O confronto dos dados da pesquisa com a literatura reforça que a busca ativa precisa ir além do simples monitoramento da frequência escolar. Para ser eficaz, a política deve contar com profissionais capacitados, articulação intersetorial e envolvimento da comunidade, garantindo que os estudantes não apenas retornem à escola, mas tenham condições de permanecer e aprender.

A análise dos dados em conjunto com outras pesquisas evidencia que a busca ativa deve ser compreendida como parte de um esforço mais amplo de combate às desigualdades educacionais. Segundo Peroni (2018), a garantia da permanência escolar exige um compromisso do Estado na formulação de políticas integradas, que atendam às necessidades sociais das famílias em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a busca ativa, para além da sua função de localizar estudantes que se afastaram da escola, deve ser acompanhada de estratégias que reduzam os fatores que contribuem para a evasão, como a ampliação do acesso a programas de assistência social e apoio psicopedagógico, conforme argumentam Cunha e Pinto (2020).

A literatura reforça que o sucesso da busca ativa também depende da valorização dos profissionais envolvidos, incluindo a oferta de melhores condições de trabalho e formação continuada. De acordo com Lima e Fonseca (2021), os agentes que atuam na busca ativa enfrentam desafios que vão desde a resistência das famílias até a exposição a contextos de risco social, tornando essencial que sejam capacitados para lidar com essas dificuldades de forma eficaz. Assim, as evidências apontam que, para que a busca ativa alcance resultados mais expressivos, ela deve estar inserida em um modelo educacional que reconheça as desigualdades estruturais e promova ações coordenadas entre escola, comunidade e poder público, garantindo, de fato, o direito à educação.

5.5 Uma leitura crítica do Programa Busca Ativa em Fortaleza

Ao realizar uma análise qualitativa sobre a política pública de busca ativa escolar da Prefeitura de Fortaleza, os resultados positivos observados confirmam o sucesso da estratégia implementada, destacando a redução significativa da evasão escolar e o aumento da permanência dos alunos nas escolas. A busca ativa escolar, como política pública, tem se mostrado um mecanismo eficaz para identificar e envolver alunos em risco de abandono, promovendo sua reintegração no ambiente escolar. Estes dados corroboram com as evidências apresentadas na literatura existente, que apontam a eficácia de estratégias semelhantes em contextos urbanos do Brasil, como em Belo Horizonte (Ferreira, 2017), onde políticas de busca ativa também demonstraram bons resultados.

Quadro 6 - Principais Estratégias Desenvolvidas e Resultados da Política de Busca Ativa Escolar em Fortaleza. (Continua)

Estratégias Desenvolvidas	Resultados ou Sucessos Identificados
Identificação precoce de alunos em risco de evasão.	Redução significativa nas taxas de evasão escolar.
Colaboração entre escola, famílias e Secretaria Municipal de Educação.	Aumento da permanência dos alunos e melhoria na comunicação escola-família.
Apoio psicossocial e acompanhamento individualizado.	Recuperação da confiança dos alunos e maior engajamento nas atividades escolares e avaliações externas como o SPAECE.
Ações intersetoriais com assistência social e saúde (ex: CRAS e Agentes Comunitários).	Ampliação do alcance da política em comunidades vulneráveis e abordagem mais humanizada.
Uso de tecnologias de monitoramento da frequência.	Intervenções mais ágeis e eficientes.
Formação de vínculo com as famílias a partir de visitas e escuta ativa.	Reaproximação com a escola pública e fortalecimento da confiança institucional.
Participação dos estudantes por meio de escuta ativa e rodas de conversa.	Redução de reincidência na evasão e maior vínculo com a escola.
Encaminhamento para políticas complementares (renda, alimentação, apoio psicológico).	Atendimento às necessidades sociais que influenciam a permanência na escola.

(Conclusão)

Referência a experiências positivas em outras cidades (ex: Belo Horizonte).	Consolidação de Fortaleza como modelo para outras localidades, inclusive em contexto internacional.
---	---

Fonte: elaborado pela autora

Conforme o quadro 6 a análise da política de busca ativa escolar em Fortaleza evidencia a adoção de múltiplas estratégias bem-sucedidas que contribuíram para reduzir significativamente a evasão escolar e ampliar a permanência dos alunos na escola. Entre as ações mais destacadas estão a identificação precoce dos alunos em risco, a colaboração ativa entre escolas, famílias e Secretaria Municipal de Educação, além da integração com setores como assistência social e saúde. O apoio psicossocial individualizado, o uso de tecnologias de monitoramento, a escuta ativa de alunos e familiares, bem como o encaminhamento para programas sociais, fortaleceram o vínculo dos estudantes com a escola, aumentando o engajamento e melhorando os resultados em avaliações externas. Como resultado, o município consolidou um modelo de política pública reconhecido, com efeitos positivos não apenas na redução da evasão, mas também na reaproximação entre escola e comunidade, possibilitando avanços na inclusão educacional.

A literatura sobre políticas públicas educacionais, como a de Costa e Souza (2018), que analisa programas de busca ativa em diferentes municípios, reforça a ideia de que intervenções proativas podem ter um impacto positivo em áreas com altas taxas de evasão escolar. Na pesquisa, os resultados encontrados revelam um alinhamento com essas pesquisas, uma vez que a implementação da política tem levado à diminuição dos índices de evasão, ampliando o acesso e a permanência na escola. Esse sucesso reflete o alcance da política e a eficácia das estratégias adotadas pelo município, que têm contribuído para a redução das desigualdades educacionais, em consonância com os estudos de Oliveira (2019), que destacam a importância da busca ativa como ferramenta para combater a exclusão escolar.

Os dados coletados na pesquisa evidenciam que a busca ativa não apenas contribuiu para a redução da evasão, mas também melhorou o engajamento dos alunos com as atividades escolares e avaliações externas como o Spaece (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, é uma avaliação externa que analisa as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA).

A análise qualitativa dos relatos de gestores, educadores e monitores, aponta que a colaboração entre escolas, famílias e as Secretarias Municipais de Educação tem sido fundamental para o sucesso da política. Como destacado por Lima (2020), a integração entre

esses diferentes agentes sociais tem sido um fator crucial na promoção da continuidade dos estudos e no fortalecimento do vínculo dos alunos com o ambiente escolar. Além disso, o apoio psicológico e o acompanhamento individualizado proporcionado pela busca ativa têm desempenhado um papel significativo na recuperação da confiança dos alunos em relação à sua trajetória educacional.

Diante dos resultados encontrados, evidencia-se que a política de busca ativa escolar de Fortaleza se configura como um modelo a ser seguido por outras localidades, não apenas no Brasil, mas também em contextos internacionais. As evidências coletadas demonstram que a estratégia tem sido eficaz na redução da evasão escolar, promovendo o acesso e a permanência na educação de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. A implementação de políticas semelhantes, que priorizem a identificação precoce e o acompanhamento contínuo dos alunos, pode ser crucial para enfrentar os desafios da exclusão educacional em diferentes regiões.

Os dados apresentados neste estudo indicam que a busca ativa escolar, como política pública em Fortaleza, tem sido bem-sucedida, trazendo melhorias significativas para o sistema educacional local. A combinação de fatores como o trabalho colaborativo entre escolas e famílias, o uso de tecnologias de monitoramento e a atuação das secretarias de educação têm sido essenciais para o êxito da política, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e acessível.

A análise dos dados coletados sobre a política pública de busca ativa escolar implementada pela Prefeitura de Fortaleza revela resultados amplamente positivos, indicando o sucesso da estratégia adotada para reduzir a evasão escolar e promover a permanência dos alunos nas escolas. Os principais achados apontam para uma significativa diminuição nas taxas de evasão escolar nos anos subsequentes à implementação da política, com destaque para os grupos mais vulneráveis, como estudantes de áreas periféricas e aqueles com baixos índices de desempenho acadêmico.

A política tem se mostrado eficaz ao identificar precocemente os alunos em risco e promover intervenções rápidas e direcionadas, facilitando o processo de reintegração escolar por meio de uma colaboração integrada entre as escolas, as famílias e as Secretarias Municipais de Educação.

Esses achados são consistentes com os objetivos iniciais da política de busca ativa, que visa identificar e engajar alunos em risco de abandono escolar. Além disso, a análise qualitativa revelou um aumento no engajamento dos alunos com as atividades escolares, o que reflete um vínculo mais forte entre os estudantes e as instituições educacionais. A melhoria na

comunicação entre as escolas e as famílias também se mostrou um fator determinante para o sucesso da política, já que facilitou a implementação de ações de apoio psicopedagógico e o acompanhamento mais eficaz dos alunos. A colaboração entre a escola, os pais e a comunidade tem sido crucial para a eficácia da busca ativa em Fortaleza, corroborando a importância de um esforço coletivo para garantir a inclusão educacional.

As implicações dos resultados para a política de busca ativa em Fortaleza são claras e indicam que a política tem cumprido seu papel de forma eficiente ao combater a evasão escolar e promover a inclusão educacional. Contudo, apesar dos resultados positivos, a análise sugere que algumas melhorias podem ser feitas para expandir ainda mais o impacto da política, especialmente em relação à cobertura e profundidade das ações implementadas.

Uma das principais sugestões é a ampliação da capacitação dos profissionais envolvidos na execução da política, como educadores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. A formação contínua em estratégias de acompanhamento psicossocial e em métodos de engajamento familiar pode fortalecer as ações da busca ativa e melhorar ainda mais o atendimento às especificidades de cada aluno em risco de evasão.

Além disso, é fundamental que o município invista em tecnologias de monitoramento mais robustas para garantir que as informações sobre os alunos em risco de evasão sejam acessadas e atualizadas de forma eficiente. O uso de sistemas de gestão escolar mais avançados permitiria uma atuação mais precisa e rápida das equipes responsáveis pela busca ativa.

Outro ponto importante é a ampliação do apoio às famílias dos alunos em risco de evasão. Embora a comunicação entre as escolas e as famílias tenha melhorado, ainda existem desafios relacionados à integração dos pais, especialmente em áreas de difícil acesso. Nesse contexto, políticas de engajamento mais intensivas, como a criação de centros de apoio psicológico e social nas comunidades mais vulneráveis, poderiam proporcionar um acompanhamento mais próximo das famílias, contribuindo para o sucesso das intervenções.

Os dados analisados indicam que a política de busca ativa escolar em Fortaleza é bem sucedida, mas que ajustes podem ser feitos para garantir uma atuação ainda mais eficaz. As melhorias sugeridas não apenas fortaleceriam a política local, mas também poderiam servir como modelo para outras cidades que enfrentam desafios semelhantes na área da educação.

Embora os dados apontem para resultados positivos da política pública de Busca Ativa em Fortaleza, é necessário compreender que o sucesso dessa iniciativa não elimina os desafios enfrentados no cotidiano escolar. A redução da evasão, por si só, não garante a permanência efetiva dos alunos nem melhora automaticamente as condições de aprendizagem.

Muitos estudantes retornam à escola, mas permanecem em situação de vulnerabilidade, com dificuldades de acompanhamento das atividades, ausência de apoio familiar e baixa motivação, o que coloca em risco a continuidade de seus estudos. Como já alertado por Cury (2002), a presença física do aluno na escola não deve ser confundida com o pleno acesso ao direito à educação.

A Busca Ativa, ao articular diferentes setores da gestão pública, como educação, assistência social e saúde, propõe um esforço importante para localizar e reintegrar alunos que se afastaram da escola. No entanto, esse processo depende da capacidade administrativa das redes de ensino, que muitas vezes enfrentam limitações estruturais, falta de profissionais capacitados e descontinuidade das ações em razão de mudanças de governo. Em contextos onde as políticas públicas sofrem com a rotatividade de gestores e com a ausência de planejamento a longo prazo, manter a continuidade da Busca Ativa se torna um desafio concreto.

Outro ponto a ser considerado é a tendência de tratar a Busca Ativa como uma política baseada apenas em números e registros. Embora os dados sejam fundamentais para o monitoramento, não se pode perder de vista a realidade concreta dos alunos. Muitos deles vivem em contextos de pobreza, violência doméstica ou abandono social, e o retorno à escola exige muito mais do que uma visita ou um cadastro atualizado. A atuação das equipes precisa ir além do contato inicial: requer acompanhamento constante, escuta, e, muitas vezes, intervenções que envolvem não apenas a escola, mas outros órgãos do poder público.

Além disso, é preciso considerar que a política ainda enfrenta dificuldades em atingir áreas mais afastadas ou comunidades com menor presença do Estado. Regiões periféricas ou rurais muitas vezes não contam com estrutura suficiente para manter o acompanhamento necessário. A ausência de transporte escolar regular, de profissionais suficientes e de serviços básicos, como atendimento psicológico ou social, compromete a efetividade da Busca Ativa. Nesses locais, o retorno de um aluno à escola pode ocorrer, mas sua permanência é ameaçada por condições externas que escapam ao controle da gestão educacional.

Quadro 7 - Limitações e Alcances da Política de Busca Ativa Escolar em Fortaleza.

Limitações Identificadas	Alcances ou Implicações
Dificuldade de permanência efetiva mesmo após retorno.	Nem todos os alunos mantêm regularidade ou conseguem acompanhar plenamente as atividades escolares.
Falta de apoio familiar em contextos de vulnerabilidade.	Descontinuidade no processo de reintegração escolar.
Carência de formação contínua dos profissionais envolvidos.	Reduz a eficácia das intervenções e sobrecarrega as equipes escolares.
Falta de infraestrutura e serviços públicos em áreas periféricas e rurais.	Dificulta o monitoramento, acompanhamento e acesso às famílias
Sobrecarga de trabalho e pressão por resultados nas equipes.	Pode gerar desmotivação e perda de qualidade na atuação.
Descontinuidade da política por mudanças de gestão e falta de planejamento a longo prazo.	Fragiliza a sustentabilidade da política e ameaça a continuidade das ações.
Enfoque excessivo em dados numéricos e registros administrativos.	Risco de invisibilizar a complexidade das trajetórias de vida dos alunos.
Acesso limitado a tecnologias mais robustas de gestão escolar.	Dificulta respostas rápidas e sistematizadas
Desafios de replicação da política em outros municípios com menor capacidade administrativa.	Necessidade de adaptações locais para que a política tenha o mesmo sucesso
Persistência de barreiras socioeconômicas (pobreza, violência, trabalho infantil, etc.).	Mantém altos níveis de risco de evasão, mesmo com a atuação da busca ativa

Fonte: elaborado pela autora

O Quadro 7 demonstra que apesar dos avanços, a política de busca ativa escolar apresenta limitações que comprometem sua efetividade plena, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Entre os principais desafios identificados estão a dificuldade de garantir a permanência efetiva dos alunos após o retorno, a falta de apoio familiar contínuo, a sobrecarga e a ausência de formação específica para profissionais envolvidos, além da precariedade de infraestrutura em regiões periféricas e rurais. Também se observam problemas relacionados à instabilidade política, à descontinuidade das ações, ao foco excessivo em indicadores numéricos e à ausência de um suporte mais robusto para casos complexos. Essas limitações mostram que,

embora a política tenha ampliado o acesso à escola, sua sustentabilidade e impacto de longo prazo dependem da superação de barreiras estruturais, da ampliação dos serviços públicos e da manutenção de políticas intersetoriais para garantir o direito à educação de maneira plena e eficaz.

A atuação dos profissionais envolvidos também merece atenção. Relatos de professores, coordenadores e técnicos indicam uma sobrecarga de responsabilidades, falta de formação específica e escassez de recursos para realizar as ações planejadas. A pressão por resultados, aliada à complexidade dos casos enfrentados, pode gerar frustração e desmotivação nas equipes. Sem investimento contínuo em formação e melhores condições de trabalho, a política corre o risco de perder força ao longo do tempo, tornando-se apenas mais uma iniciativa pontual.

Embora a experiência de Fortaleza seja vista como positiva, é importante lembrar que replicar modelos de políticas públicas entre diferentes municípios exige cautela. A realidade local, o perfil da população atendida e a capacidade de gestão variam amplamente. Tentar aplicar a Busca Ativa em outras regiões sem considerar esses aspectos pode resultar em iniciativas pouco efetivas ou mal adaptadas. É necessário um planejamento realista, com diagnóstico prévio e metas alcançáveis, evitando promessas que não podem ser cumpridas com os recursos disponíveis.

A política de Busca Ativa em Fortaleza apresenta avanços relevantes, principalmente ao conseguir trazer de volta muitos alunos às salas de aula. No entanto, ela também expõe limites claros da gestão educacional brasileira, que ainda enfrenta desafios ligados à infraestrutura, à formação dos profissionais e à articulação entre os serviços públicos. Seu sucesso depende de ações contínuas, realistas e adaptadas às condições concretas de cada comunidade atendida.

Portanto, a análise dos dados confirma que a política de busca ativa tem desempenhado um papel essencial na manutenção da frequência escolar na rede municipal de Fortaleza. Contudo, para amplificar seus efeitos a longo prazo, é necessário aprimorar a formação dos agentes responsáveis, melhorar as condições de trabalho e investir em políticas intersetoriais para superar as barreiras sociais e econômicas que ainda dificultam o acesso e a permanência dos alunos na escola.

Além das estratégias escolares, a atuação intersetorial entre educação, assistência social e saúde mostrou-se um fator-chave para o fortalecimento da política de busca ativa. Os dados analisados evidenciam que ações articuladas entre esses setores ampliam a capacidade de alcance das famílias em situação de vulnerabilidade. A colaboração com os Centros de

Referência de Assistência Social (CRAS) e os Agentes Comunitários de Saúde, por exemplo, tem facilitado a identificação de alunos evadidos e promovido uma abordagem mais humanizada e eficaz. Segundo Oliveira e Duarte (2020), a intersetorialidade é essencial para enfrentar problemas complexos, como a evasão escolar, que têm múltiplas causas e exigem respostas integradas.

Outra constatação importante foi a percepção, por parte dos profissionais entrevistados, de que o fortalecimento do vínculo entre escola e família é um dos principais resultados da busca ativa. Muitos relataram que, ao serem procuradas diretamente pelos agentes ou professores, as famílias passam a se sentir mais acolhidas e valorizadas, o que contribui para a reconstrução da confiança na escola pública. Essa reaproximação também cria oportunidades para o encaminhamento de demandas sociais mais amplas, como a inclusão em programas de transferência de renda, alimentação escolar e apoio psicossocial, que são fundamentais para garantir a permanência dos alunos na escola, conforme apontam Silva e Pacheco (2019).

A análise dos dados também revelou a importância de ampliar os canais de escuta e participação dos estudantes no processo. Embora a política de busca ativa tenha foco no contato com as famílias, os relatos apontam que o envolvimento dos próprios alunos, sobretudo adolescentes, pode ser decisivo na prevenção de novas evasões. Estratégias como rodas de conversa, escuta ativa e a criação de espaços de acolhimento têm sido mencionadas como práticas eficazes na construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. Assim, reforça-se a ideia de que a permanência na escola depende não apenas da presença física, mas também da criação de vínculos significativos com a comunidade escolar, conforme defendem Arroyo (2012) e Nogueira (2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho de pesquisa destacamos a avaliação da política pública Busca Ativa como monitoramento da frequência diária do estudante da rede municipal de ensino de Fortaleza. Procuramos destacar que a implementação do Programa Busca Ativa Escolar, implantado pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, evidencia a importância e a necessidade de políticas públicas organizadas para combater o desafio persistente do abandono escolar. Este programa, ao agregar metodologias sociais e ferramentas tecnológicas, apresenta uma inovação no campo educacional, aliado a uma equipe multidisciplinar, consolidando-se como um modelo de prevenção e aspecto continuado. Sua competência para monitorar de imediato alunos em risco de evasão escolar e agir de forma metódica e eficiente para garantir sua reinserção possibilita uma melhoria significativa na inclusão de medidas eficazes que promovem a assídua permanência na escola.

O sucesso do Programa Busca Ativa Escolar deve-se à sua atividade coordenada e aliada a outros mecanismos, que extrapolam o limite escolar e passam a envolver as famílias e a comunidade local como sujeitos essenciais no fortalecimento educacional. Os dados e resultados obtidos nesta investigação apontam que o programa, por meio do mapeamento rigoroso, do monitoramento frequente da presença dos alunos e da criação de vias de comunicação entre a escola e a família, possibilita um acompanhamento preciso e particularizado, representando uma melhora significativa na redução da taxa de evasão e estreitando os laços entre os agentes envolvidos. Esta rede de apoio contribui para um espaço educacional mais inclusivo e agradável, em que a individualidade de cada aluno pode ser vista e trabalhada de forma singular.

Foi constatado que tivemos que compreender como o programa se infiltra e se estabelece no sistema educacional escolar brasileiro, e foram identificadas causas e motivações do abandono escolar nas escolas de Fortaleza. Foi feito um registro de dados pesquisados na literatura utilizada como referencial teórico para a implementação do Programa Busca Ativa na escola. Ao mesmo tempo, foram analisados os impactos e o cotidiano da situação econômica e social dos envolvidos. O referencial teórico, embalado por autores como Mendes (2020), Epstein e Sheldon (2002), John Hattie (2019), Souza (2017), Paulo Freire (2007), Libâneo (2012), corrobora a importância de intervenções focadas no envolvimento familiar e na abordagem individualizada como caminhos para a redução da infrequência escolar. Em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas, tais táticas tornam-se ainda mais

necessárias, sendo que na maioria das vezes as causas do abandono escolar estão associadas a questões estruturais mais complexas.

Levando em consideração que os aspectos positivos e negativos do Programa Busca Ativa Escolar agem de forma profunda para amenizar esses fatores que favorecem o abandono escolar, fornecendo suporte e adequada solução na observação direta de cada caso, há a possibilidade de obtenção de resultados para melhorar a frequência e minimizar as precárias condições de vida dos alunos envolvidos. Compreendendo todos esses fenômenos e parâmetros que norteiam a pesquisa sobre o Programa Busca Ativa, percebe-se que sua função imediata extrapola os muros das escolas e amplia o território educacional para os limites da sociedade, pensando sobre o combate à evasão e gerando impactos sociais amplos e duradouros. É uma forma de criar vínculos com a sociedade e os grupos multidisciplinares que estão envolvidos diretamente.

No decorrer do trabalho de investigação foram encontradas respostas aos objetivos específicos e geral com um olhar criterioso, deixando portas abertas para novos estudos que possam ampliar e enriquecer esse debate. Vale destacar que as oportunidades criadas através do dispositivo do Busca Ativa Escolar podem iluminar os rumos da educação no território brasileiro. O programa Busca Ativa Escolar não resolve de forma definitiva as falhas e empecilhos que travam as estradas escolares, mas se trata de uma ferramenta valiosa que impulsiona cada aluno a desenvolver suas habilidades e alcançar novas conquistas, gerando benefícios para a cidade e para o projeto de educação do país.

Esse mecanismo que auxilia na permanência escolar contribui para a igualdade educacional e assegura que o direito à educação seja garantido de maneira equitativa e voltada para a realidade do município de Fortaleza. Com sua abordagem abrangente, o Busca Ativa Escolar se revela uma estratégia indispensável para a construção de um sistema educacional mais integrador, capaz de encarar os desafios educacionais e promover o desenvolvimento social e cultural da comunidade local, abrindo espaço para sua ampliação como uma política eficaz no combate à infrequência escolar. O Programa Busca Ativa Escolar, como ferramenta de monitoramento e combate à evasão escolar, representa uma inovação significativa na educação municipal de Fortaleza. Sua implementação não apenas responde às dificuldades históricas de abandono escolar, mas também se configura como uma política pública essencial para garantir a permanência dos estudantes na escola.

Por meio da utilização de metodologias sociais e tecnologias de ponta, o programa consegue identificar de forma precoce os alunos em risco de evasão e desenvolver ações eficientes para sua reintegração no ambiente escolar. A dinâmica do programa vai além do

simples monitoramento da frequência escolar. Ao envolver uma equipe multidisciplinar e estabelecer uma comunicação constante entre a escola e as famílias, o Busca Ativa Escolar fortalece a rede de apoio social, permitindo intervenções personalizadas de acordo com as necessidades de cada aluno. Isso proporciona uma gestão mais eficaz e humanizada, que visa não apenas a frequência, mas também o bem-estar dos estudantes, favorecendo um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

O impacto positivo dessa abordagem tem sido visível na redução das taxas de evasão, refletindo uma maior colaboração entre os diversos atores sociais envolvidos, como pais, professores, gestores escolares e membros da comunidade local. Contudo, os desafios ainda são muitos, pois as causas do abandono escolar estão frequentemente ligadas a questões sociais e econômicas estruturais, que não podem ser resolvidas exclusivamente dentro dos muros da escola. Por essa razão, o Programa Busca Ativa Escolar vai além da escola, envolvendo a sociedade e criando laços duradouros que facilitam a inclusão social dos estudantes. O acompanhamento individualizado e o envolvimento das famílias são fundamentais para que os alunos se sintam valorizados e apoiados em sua trajetória escolar.

Embora o programa não seja uma solução definitiva para todos os problemas educacionais, ele desempenha um papel crucial ao oferecer uma resposta imediata e coordenada aos casos de infrequência escolar, ajudando a superar barreiras e proporcionando melhores condições para o aprendizado. Ao tratar a evasão escolar como um fenômeno multifacetado, o Busca Ativa Escolar representa um modelo que pode ser adaptado e expandido para outras realidades educacionais do país, levando em consideração as especificidades de cada região. Diante do exposto, a pesquisa realizada reafirma a importância do programa e abre portas para novos estudos que possam aprofundar a análise de seus impactos e sugerir aprimoramentos. O modelo implementado em Fortaleza pode servir de base para reflexões mais amplas sobre a educação pública no Brasil, sendo uma referência na busca por soluções eficazes para garantir o direito à educação e fomentar o desenvolvimento social e cultural nas comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. A. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1995.
- ALVES, R. **A theology of human hope**. Washington: Corpus Books, 1969.
- ANIC, C C.; SILVA, R. A. da. Evasão escolar na Educação profissional na Amazônia: uma revisão de literatura. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 2, n. 26, p. 86-103, jul./dez. 2021.
- ASSIS, M. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -Faculdade do Sertão, 2013.
- BATISTA, E. C; MATOS, L. A. L; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.
- BONETI, L. W. (coord.) **Educação, Exclusão e Cidadania**. Ijuí: Unijuí, 2003.
- BORDINI, M. A evasão escolar: uma metassíntese qualitativa de estudos brasileiros (2015-2020). **Revista Eletrônica Interfaces**, v.12. n.01. 2021. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6511/4727. Acesso em: 11 maio 2025.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 SP: Ática, 1983a.
- BRABO, T. S. M. A educação voltada para valores humanos de Paulo Freire continua atualíssima. **Jornal da Unesp**, 24 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/09/24/a-educacao-voltada-para-valores-humanos-de-paulo-freire-continua-atualissima/>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. LDB: Congresso Nacional, Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** –Brasília, DF Coordenação de Edições Técnicas, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística: Análise multivariada**. São Paulo: Makron Books, 2017.
- CASTRO, G. de. **Evasão Escolar: análise das determinantes sociais e econômicas**. [S.l.]: Educação e Sociedade, 2021.
- CRESWELL, J. W. **Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. [S.l.]: SAGE Publications, 2018.

DEMO, P. **Educação e Conhecimento: a reivindicação da prática**. [S.l.]: Cortez, 2014.

DESLANDES, S. F. A Construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770-789, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 3 jun. 2025.

EPSTEIN, J. L.; SHELDON, S. B. Present and accounted for: Improving student attendance. **Theory Into Practice**, v. 1, 2002.

FERREIRA, M. P. **Políticas públicas de educação: análise crítica e desafios para a inclusão**. São Paulo: Cortez, 2013.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

FILHO, A. B.; ARAÚJO, C. D. **Educação e Evasão: Abordagens e Desafios**. São Paulo: Educação e Sociedade, 2017.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação De Fortaleza (SME-Fortaleza). (2022). **Relatório Anual de Acompanhamento do Programa Busca Ativa**. Fortaleza: SME-Fortaleza.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: os saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90. In: LINHARES, C. (Org). **Os professores e a reinvenção da escola**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA É UMA AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. São Paulo: UNICEF; CENPEC, abr. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. [S.l.]: Atlas, 2021.

GUSSI, A. F. Outras epistemologias e metodologias: a experiência do mestrado de avaliação de políticas públicas. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 2, n. 16, p. 168-183, jul./dez. 2019.

HATTIE, J. **Visible Learning**: a synthesis of over 800 meta-analyses relating to achievement. [S.l.]: Routledge, 2009.

KARASINSKI, E. do N. Formação docente e a permanência e êxito na educação profissional e tecnológica. **RBEPT – Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 02, n. 122, p. 01-19, 2019.

LEJANO, R. **Parâmetros para análise de políticas**: fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: a escola do conhecimento para os ricos, a escola do conhecimento social para os pobres. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38 n. p.13-28. 2012.

LIMA, S. M. G. **Pesquisa Qualitativa em Educação**: Caminhos e Desafios. [S.l.]: Vozes, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 8. ed. São Paulo: EPU, 2004. cap. 3, p. 25-44.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São São Paulo: EPU, 1986.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1984.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO_EV081_MD1_SA139_ID1815_16092017000149.pdf acesso em 16 out 2024.

MENDES, L. F. **Políticas de busca ativa e retenção escolar**. [S.l.]: Educação e Sociedade, 2020.

MENDES, L. F.; RIBEIRO, M. C. **Políticas de busca ativa e retenção escolar**: Uma análise comparativa. [S.l.]: Educação e Sociedade, 2020.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. 9. ed. ampliada e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: teoria, estratégias e técnicas. In: MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014, p. 407.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 15. ed. [S.l.]: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, L. F. **Políticas públicas e desigualdade educacional: A busca ativa escolar como estratégia de inclusão**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

PARO, V. H. **A produção do fracasso escolar**. 4. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

PEREIRA, M. C. Evasão escolar: causas e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 01, pp. 36-51. fev. 2019.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 118.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação Do Brasil Contemporâneo, Colônia**. [S.l.]: Brasiliense, 1961 P.13.

PRIORE, M. D. **Histórias da gente brasileira: colônia**. São Paulo: LeYa, 2016.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR**, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf> Acesso em: 8 fev. 2024.

RODRIGUES, L. C. **Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível**. 2019.

RODRIGUES, L. C. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em debate**, v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016.

ROGRIGUES, L. C. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 16, mar. 2011

RUA, S. **Pesquisa e práticas em educação: perspectivas e tendências**. [S.l.]: Penso, 2014.

RUMBERGER, R. Why students drop out of school. In: ORFIED, G. (Org.) **Dropouts in America: confronting the graduation rate crisis**. Cambridge, MA: Harvard Education, 2004. p.131-155.

SANTOS, A. R.; OLIVEIRA, J. M. S.; COELHO, L. A. (orgs.). **Educação e sua diversidade**. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, 322 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8t823/epub/santos-9788574554891.epub>. Acesso em: 5 jul. 2025

SANTOS, B. de S. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. [S.l.]: Cortez, 2015.

SANTOS, F. E. L. **Busca ativa escolar: análise de uma estratégia para superação do abandono escolar através de um estudo de caso**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4597>. Acesso em: 5 jul. 2025.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 294 p.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECCHI, L. **Educação e práticas docentes: perspectivas e experiências**. [S.l.]: Editora Universitária, 2010.

SILVA, T. R. **Educação e desigualdade: desafios e oportunidades na implementação de políticas públicas de inclusão**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, T. R. **Evasão escolar e políticas públicas: análise e propostas para a educação básica**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2025.

SOUZA, A. M. **Política pública e inclusão escolar: uma análise da busca ativa no combate à evasão escolar**. Fortaleza: UFC, 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.6, p.20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, J. **A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. [S.l.]: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro**. [S.l.]: LeYa, 2018.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2017.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (tcle)

Você está sendo convidado por CAROLINA SONNTAG CAPELO como participante da pesquisa intitulada “AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA BUSCA ATIVA COMO MONITORAMENTO DA FREQUÊNCIA DIÁRIA DO ESTUDANTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

A presente pesquisa pretende avaliar de que modo as ações vinculadas ao Programa Busca Ativa que são desenvolvidas pela escola contribuem para a permanência dos alunos no ambiente escolar. Será uma pesquisa de natureza básica, pois envolve verdades e interesses universais, procurando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista.

Para a observação do Programa Busca Ativa, a pesquisa participante é especialmente adequada, pois valoriza a construção do conhecimento a partir das experiências dos sujeitos envolvidos, como educadores, gestores e pais de alunos. Esta metodologia facilita a compreensão contextualizada das práticas educativas e permite intervenções mais eficazes. Ao adotar a pesquisa participante, espera-se produzir conhecimento científico e fomentar processos de transformação social na unidade escolar.

Para esta pesquisa, será realizado um estudo de caso intrínseco, buscando compreender as ações vinculadas ao Programa Busca Ativa que são desenvolvidas pela escola no combate à infrequência escolar.

A escolha pela Escola Municipal Maria Odnílra Cruz Moreira justifica-se por sua posição eficaz na implementação da política de Busca Ativa. A escola tem um histórico extenso de práticas exitosas em relação a Busca Ativa escolar e possui um elevado percentual de alunos matriculados e frequentando a escola.

Os principais sujeitos da pesquisa serão a gestão escolar, professores e monitores de Busca ativa, além das famílias dos alunos atendidos. A coleta de dados incluirá entrevistas semiestruturadas. A escolha dos participantes considerará a assiduidade dos alunos nas salas de aula regular.

A coleta de dados incluirá entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo do material institucional, buscando uma compreensão profunda e contextualizada das práticas educacionais inclusivas e pesquisa bibliográfica.

A pesquisa participante visa não apenas a produção de conhecimento científico, mas também a transformação social, promovendo uma educação equitativa para todos os alunos. A metodologia escolhida permitirá uma investigação minuciosa e contextualizada, alinhada aos objetivos específicos desta pesquisa. Assim, a escolha metodológica pela pesquisa participante, aliada à pesquisa de campo, a documental e bibliográfica, se mostram pertinentes e adequadas para a presente investigação. Esta combinação metodológica assegura uma análise detalhada e contextualizada, promovendo a participação ativa dos sujeitos envolvidos e a construção coletiva do conhecimento.

Destaco ainda, que a qualquer momento o participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garantir que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: CAROLINA SONNTAG CAPELO

Instituição: ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA ODNILRA CRUZ MOREIRA

Endereço: AVENIDA ADENATERAS N800 BAIRRO MANOEL DIAS BRANCO

Telefones para contato: 85 986304454

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/____

Nome do participante da pesquisa	
Data	Assinatura
Nome do pesquisador	
Data	Assinatura
Nome da testemunha	
Data	Assinatura
(se o voluntário não souber ler)	
Nome do profissional que aplicou o TCLE	
Data	Assinatura

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 1**ROTEIRO PARA A ENTREVISTA
(DURAÇÃO APROXIMADA ENTRE 20 E 50 MINUTOS)**

OBS.: Antes de iniciar a entrevista realizar a leitura do TCLE e solicitar a autorização para relação da entrevista com a gravação das falas para posterior análise.

Data da entrevista: ____/____/____

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome:

Formação acadêmica:

Escola que atua:

Atuação na escola/programa:

PERGUNTAS

ENTREVISTA

Qual é a sua percepção sobre a política de busca ativa na educação municipal?

O que você considera serem os principais desafios da implementação dessa política?

Como você avalia o impacto da busca ativa na frequência dos estudantes?

Como você tem acompanhado a frequência dos estudantes em sua escola? Quais ferramentas ou métodos utilizam?

Quais estratégias foram mais eficazes para aumentar a frequência dos alunos?

Que tipo de formação ou apoio você recebeu para implementar uma política de busca ativa?

Você identifica alguma diferença na frequência dos alunos em função de fatores sociais e econômicos?

O que você viu em termos de melhoria na aprendizagem dos alunos com a adoção da busca ativa?

Como você avalia a participação das famílias nesse processo de busca ativa?

Se você pudesse sugerir melhorias para a política de busca ativa, quais seriam?

Na sua opinião, qual deve ser o papel da comunidade no monitoramento da frequência escolar?

O que mais você gostaria de compartilhar sobre sua experiência com a implementação da busca ativa?

Essas perguntas podem ser ajustadas de acordo com o perfil do entrevistado (professores, gestores, alunos ou familiares)

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 2**FORMULÁRIO DE OBSERVAÇÃO
ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA ROTINA ESCOLAR****Data:****Escola:****Foco da observação:****01) Que atividades pedagógicas foram realizadas na escola neste dia?****02) Que ações desenvolvidas pela escola estão relacionadas com a Busca Ativa escolar?****03) Como os professores realizaram o planejamento das atividades pedagógicas?****04) Como são manifestados os resultados do Busca Ativa escolar no ambiente escolar diariamente?****05) Como a escola se organiza pedagogicamente a partir dos resultados da Busca Ativa escolar?****06) Como se manifesta o currículo formal da escola, e de que modo ele se relaciona com a Busca Ativa escolar?****07) Como se manifesta o currículo oculto da escola, e de que modo ele se relaciona com a Busca Ativa escolar?****08) Comente sobre os aspectos considerados importantes na rotina escolar observada em relação à Busca Ativa escolar?**

APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 3**DIÁRIO DE CAMPO**

Data: ____/____/____

1. **Como os profissionais da educação percebem a importância da política pública de busca ativa na rede municipal de ensino de Fortaleza?**
2. **Quais são os principais desafios enfrentados pelos educadores na implementação da busca ativa no contexto escolar?**
3. **De que maneira a busca ativa é integrada com outras políticas educacionais já existentes no município, como o acompanhamento pedagógico ou programas de inclusão?**
4. **Quais são os critérios utilizados para identificar alunos que serão incluídos nas ações de busca ativa?**
5. **Como as escolas e os gestores municipais avaliam o impacto da busca ativa no aumento da frequência escolar e no combate à evasão?**
6. **Quais estratégias são adotadas pelas escolas para envolver as famílias na busca ativa e garantir o retorno dos alunos à escola?**
7. **Quais recursos (humanos, financeiros, materiais) são considerados essenciais para o sucesso da busca ativa nas escolas da rede municipal de Fortaleza?**
8. **Como a comunidade escolar (professores, alunos, familiares) é informada e sensibilizada sobre a implementação da política de busca ativa?**
9. **Há algum acompanhamento contínuo dos alunos que retornam ao ambiente escolar após as ações de busca ativa? Caso sim, quais ações são realizadas para garantir a permanência?**
10. **Quais são as percepções dos alunos e das suas famílias em relação à política de busca ativa e ao suporte recebido por parte da escola e dos gestores municipais?**